

**observatório
universitário**

**A Singularidade Brasileira:
Ensino Superior Privado e Dilemas
Estratégicos da Política Pública**

Documento de Trabalho n.º 87

Edson de Oliveira Nunes

Márcia de Carvalho

Julia Vogel de Albrecht

Versão Preliminar – Trabalho em Elaboração

FÓRUM DE REITORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Agosto de 2009

** Versão anterior, ainda mais preliminar, foi submetida ao Seminário sobre os BRICs e o Ensino Superior, Realizado na UFMG, Belo Horizonte, em parceria com a Universidade de Stanford nos dias 8 e 9 de agosto de 2009*

O Observatório Universitário dedica-se ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior, aliando, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior.

A série *Documentos de Trabalho* tem por objetivo a divulgação de trabalhos e pesquisas em andamento, com o intuito de colher sugestões e críticas para aperfeiçoamentos e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Autoria

Edson de Oliveira Nunes

Márcia de Carvalho

Julia Vogel de Albrecht

Equipe Técnica

Coordenação

Edson Nunes

Coordenação de Projetos

André Magalhães Nogueira

Equipe Técnica

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Ives Ramos

Márcia Marques de Carvalho

Julia Vogel de Albrecht

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

Este trabalho encontra-se em progresso. É um projeto de pesquisa do **Observatório Universitário**. Os dados, tabelas, gráficos, correlações, regressões, bem como as revisões bibliográficas, ainda estão sendo compiladas para a elaboração posterior de um livro sobre as singularidades do ensino superior brasileiro. Pede-se que qualquer referência ao trabalho cuide de registrar este caráter preliminar.

Sumário

1. A singularidade é plural, começando pelo fato de ter fundamento legal	8
2. Educação Superior no Brasil: crescimento recente, mas insuficiente	13
2.1. Matrículas na Graduação: Federais, São Paulo e o Brasil	15
3. Expansão da educação superior através do setor privado	21
4. Instituições Mercantis	24
5. Singularidades adicionais?	31
5.1. Turno Noturno.....	31
5.2. Idade dos alunos.....	33
5.3. Trabalho durante o curso de graduação.....	36
5.4. Horas por semana de estudo discente	38
5.5. Profissionalização precoce, conteúdos impertinentes e restrições à expansão	39
5.6. Restrições ao acesso ao Ensino Superior.....	46
5.7. Tipos de Carreiras Docente.....	53
6. Economia política, arena política: um setor novo em ação	57
7. Tamanho do Brasil em termos Latinos	62
8. A onda demográfica	63
9. O que entendemos por Universidade?.....	67
9.1. A universidade de pesquisa à vista da literatura recente	70
9.2. Sistemas de educação superior: uma nota comparativa	75
9.2.1 Alemanha	75
9.2.2. Estados Unidos	76
9.2.3. França.....	79
9.2.4 China.....	81
10. Taxionomias de sistemas de ensino superior em perspectiva comparada.....	82
10.1. Carnegie	82
10.2. China.....	85
10.3. A classificação de João Steiner	86
10.4. Japão	88
10.7. Regulação inglesa.....	89
11. Os rankings internacionais.....	89
11.1. The Times Higher Education Supplement (THES).....	89
11.2. Academic Ranking of World Universities (ARWU)	91
11.3. Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities	91
11.4. Webometrics	92
12. Instituições Universitárias no Brasil	93
12.1. Universidades de Pesquisa?	95
13. Alguns exercícios classificatórios aplicados ao Brasil, mas certamente ilegais à luz de nossas leis	110
13.1. Critério Carnegie Foundation segundo dados da Capes para Universidades ...	110
13.2. Possível classificação com base no nº de cursos de doutorado com conceito 5 ou mais	111
13.3. Classificação com base no nº de cursos de doutorado com conceito 6 ou 7 ...	113
13.4. Classificação com base na diversidade dos cursos de doutorado (% abrangência das áreas de conhecimento)	114
13.5. Classificação segundo o número de doutorados e mestrados observando o conceito do doutorado	114
14. Temas inevitáveis para um futuro alternativo	117
15. Referências bibliográficas	132
16. Sobre os autores	134

Índice de Tabelas

Tabela 1. Universidades com pelo menos três mestrados e um doutorado.....	11
Tabela 2. Taxa de Graduação do Ensino superior – Brasil – 1995,2002,2007	14
Tabela 3. Matrículas na Graduação, por UF– Brasil – 2007.....	16
Tabela 4. Matrículas na Graduação em IES federais – Brasil – 2007	17
Tabela 5. População Adulta e Matrículas nas Federais – Brasil – 2007.....	19
Tabela 6. Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior (Graduação) – Brasil e UF - 2007	20
Tabela 7. Evolução da Matrícula em públicas e privadas – Brasil – 1999-2007	23
Tabela 8. Matrículas em IES, segundo o regime jurídico da mantenedora - Brasil – 2000-2007.....	25
Tabela 9. Projeção das Matrículas em cursos de graduação – Total e Privadas – 2000-2017.....	28
Tabela 10 - Distinções entre Instituições com e sem fins lucrativos	29
Tabela 11. Diferença entre os modelos institucionais	31
Tabela 12. Evolução das matrículas em cursos de graduação segundo o turno – Brasil – 1999-2007.....	32
Tabela 13. Matrículas em curso de graduação em 30/4, por turno, segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa da IES – Brasil – 2007	33
Tabela 14. Perfil etário dos alunos matriculados no curso de graduação em 30/09 – Brasil – 1999-2007.....	34
Tabela 15. Perfil etário dos alunos matriculados no curso de graduação em 30/09, segundo a rede de ensino – Brasil –2007	34
Tabela 16. Taxa de escolarização bruta e líquida no ensino superior – Brasil – 1991-2007.....	35
Tabela 17. Gênero dos alunos matriculados nos cursos de graduação em 30/09 – Brasil – 1999 e 2007	35
Tabela 18. Gênero e idade dos alunos matriculados nos cursos de graduação em 30/09 – Brasil – 2007.....	36
Tabela 19. Jornada de Trabalho e o custeio dos estudos dos graduandos dos cursos – Provão – 2003.....	36
Tabela 20. Condição de ocupação na semana de referência dos matriculados no ensino superior – Brasil – 2007	37
Tabela 21. Horas por semana dedicado aos estudos, excetuando as horas de aula – Concluintes participantes do Provão 2003	38
Tabela 22 . Profissões Regulamentadas de Nível Superior – Brasil – 2004	39
Tabela 23. Nº dos diferentes nomes de programas de mestrado/doutorado, por área de conhecimento.....	41
Tabela 24. Titulados no Mestrado/Doutorado por programa – Brasil - 2008	42
Tabela 25. Exemplo de nomes de programas – Medicina.....	44
Tabela 26. Distribuição dos estudantes por décimos de rendimento mensal familiar, segundo os níveis de ensino – Brasil – 2002 e 2007	46
Tabela 27. . Distribuição dos estudantes por grupos de décimo de rendimento mensal familiar, segundo o nível de ensino e a rede – Brasil – 2002 e 2007 Grupos de Decis dos	46
Tabela 28 – Evolução da Demanda Potencial – Brasil – 1995-2001.....	48
Tabela 29. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Regime de Trabalho – Brasil – 2007	53

Tabela 30. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Grau de Formação – Brasil – 2007.....	54
Tabela 31 . N° de Docentes nos programas de Mestrado e Doutorado (sem dupla contagem ¹), segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa – Brasil - 2008.....	56
Tabela 32 – Participação da receita e da despesa da educação superior no PIB (%) e receitas e despesas por aluno na educação superior, por dependência administrativa – Brasil - 2002	61
Tabela 33 – Receitas e despesas das IES, públicas e privadas R\$ (%) – Brasil - 2002..	61
Tabela 34 – O Brasil em comparação com a América Latina.....	62
Tabela 35 - Posição das Universidades Brasileiras nos Rankings em 2008	93
Tabela 36. Evolução da Matrícula em IES Universitárias (Universidades e Centros Universitários) e não universitárias – Brasil – 1999-2007.....	93
Tabela 37. Matrículas em IES Universitárias (Universidades e Centros Universitários) segundo a categoria administrativa – Brasil - 2007.....	94
Tabela 38. Ano de criação dos cursos de doutorado (os 30 mais) , que existiam em 2008	96
Tabela 39. N° de Mestrados e Doutorados em Universidades – Brasil – 2008.....	98
Tabela 40. Cenário 2: Universidades com pelo menos cinco mestrados e um doutorado	99
Tabela 41. Cenário 3: Universidades com pelo menos três mestrados e dois doutorados	99
Tabela 42. Cenário 4: Universidades com pelo menos cinco mestrados e dois doutorados	100
Tabela 43. Dados Gerais dos cursos de Doutorado, Mestrado e Graduação das Universidades – Brasil – 2008 e 2007	100
Tabela 44. Universidades que não cumprem o critério de pelo menos 1 doutorado e 3 mestrados - 2008.....	102
Tabela 45. 50 primeiras universidades ordenado por n° de cursos de doutorado.....	105
Tabela 43. Universidades ordenadas por n° de matrículas na graduação	107
Tabela 47. Matriz de correlação entre as variáveis das universidades - 2008.....	109
Tabela 48 . Classificação das universidades segundo o critério da Carnegie Foundation	110
Tabela 49. Classificação das Universidades segundo o critério do Steiner	110
Tabela 50. Classificação das Universidades segundo o critério do Steiner	111
Tabela 51 . Classificação das Universidades 2008.....	113
Tabela 52. N° de universidades e critério.....	113
Tabela 53. Universidades e critérios	114
Tabela 54 - Em cortes de 30 universidades, segundo o n° de cursos de doutorado e mestrado	116
Tabela 55. Em cortes de 30 universidades, segundo o n° de doutores em tempo integral	116
Tabela 56. Corte em grupos de 20 universidades	116

Índice de Gráficos

Gráfico 1. População adulta com nível superior - 2006.....	14
Gráfico 2 . Taxa de Graduação ¹ (nível 5A) no ensino superior – Brasil e outros países - 2003.....	15
Gráfico 3. Matrículas nas Federais e Relação entre Matrículas nas Federais sobre população 18-24 anos – Brasil - 2007.....	21
Gráfico 4. Matrículas no ensino superior em instituições privadas, independentes do governo - 2003.....	22
Gráfico 5. Evolução da Matrícula em cursos de graduação – Brasil – 1980-2007	23
Gráfico 6. Projeção das Matrículas nas IES Privadas com Fins lucrativos.....	27
Gráfico 7. Projeção das Matrículas em IES Privadas– 1980-2017.....	27
Gráfico 8. Projeção das Matrículas Total – 1980-2017	28
Gráfico 9. Pessoas de 23 anos ou mais trabalhando em área correspondente ao diploma – Brasil - 2000	45
Gráfico 10 . Distribuição dos estudantes da graduação Privada segundo os decis de renda familiar – Brasil – 2002 e 2007.....	47
Gráfico 11 . Distribuição dos estudantes da graduação Pública segundo os decis de renda familiar – Brasil – 2002 e 2007.....	47
Gráfico 12 – Renda Familiar Média da Demanda Potencial e da População Universitária – Brasil - 2007	48
Gráfico 13 . Rendimento médio mensal (R\$) em todos os trabalhos, segundo a faixa etária e o nível de instrução – Brasil - 2000	49
Gráfico 14. Rendimento médio e mediano de todos os trabalhos das pessoas com 23 anos ou mais por curso mais elevado concluído – Brasil - 2005.....	49
Gráfico 15 . Rendimento mediano (R\$) em todos os trabalhos, para os cursos de Medicina e Engenharia, segundo a idade – Sudeste - 2000	50
Gráfico 16 - Rendimento mediano (R\$) em todos os trabalhos, para os cursos de Direito, Administração e Letras, segundo a idade – Sudeste - 2000.....	50
Gráfico 17. Índice do efeito multiplicador da educação no rendimento médio da população de 25-64 anos – Brasil (ensino médio completo = 1,00).....	51
Gráfico 18. Índice do efeito multiplicador da educação no rendimento médio da população de 25-64 anos – Países Selecionados – 2004 e 2005	52
Gráfico 19 . Pirâmide etária da população brasileira – 1970	63
Gráfico 20 . Pirâmide etária da população brasileira - 1980.....	63
Gráfico 21. Pirâmide etária da população brasileira - 1990.....	64
Gráfico 22. Pirâmide etária da população brasileira - 2000.....	64
Gráfico 23. Pirâmide etária da população brasileira - 2010.....	65
Gráfico 24. Pirâmide etária da população brasileira - 2020.....	65
Gráfico 25. Projeção populacional do grupo de 18 a 24 anos no Brasil	66
Gráfico 26. Estimativa da população entre 18 e 24 anos entre 1980 e 2050 no Brasil... ..	66
Gráfico 27. Ano de criação dos cursos de doutorado que existiam em 2008	96
Gráfico 28 . Ano de criação dos cursos de mestrado que existiam em 2008.....	97
Gráfico 29 . Ano de início dos mestrados profissionais que existiam em 2008.....	97

1. A singularidade é plural, começando pelo fato de ter fundamento legal¹

O artigo 295 do Código de Processo Penal Brasileiro, de 1941, data em que vigia regime ditatorial varguista-militar, interessadamente referendado pelo Código de Processo Penal Militar de 1968, exarado por Decreto-Lei da reforçada ditadura militar de então, diz que serão recolhidos a quartel ou prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes da condenação irrecorrível...os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional.

No compadrio elitista da política brasileira, os portadores de diploma superior são protegidos por prisão especial, em companhia das seguintes categorias: 1) ministros de Estado; 2) governadores de Estados ou interventores de Estados e do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, vereadores e os Chefes de Polícia; 3) membros do Congresso Nacional; 4) Cidadãos inscritos no “Livro do Mérito”; 5) oficiais das Forças Armadas e militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 6) magistrados; 7) os diplomados em curso de nível superior; 8) ministros de confissão religiosa; 9) ministros do Tribunal de Contas; 10) cidadãos que exerceram função de jurados; 11) delegados de polícia e policiais civis dos Estados e Territórios.

O Código Penal Brasileiro, civil ou militar, apresenta um bom resumo do que seja a “elite brasileira”, a coligação essencial de poder, que talvez ainda governe boa parte do imaginário e da vida nacional: governo, igreja, judiciário, ministros, políticos com mandato, polícia, exército e cidadãos do “livro do mérito”. E com eles, os “diplomados”.

Em 1941, para uma população de 5 milhões de brasileiros em idade entre 18 e 24 anos, havia 27 mil estudantes no ensino superior o que corresponde a uma taxa de escolarização de 0,52%. Já em 1968, para uma população de cerca de 15 milhões de pessoas na idade entre 18 a 24 anos, existiam cerca de 278 mil estudantes, isto

¹ *Edson Nunes – Ph.D., Ciência Política, UC-Berkeley. Integrante do Conselho Nacional de Educação, Vice-Reitor da Universidade Cândido Mendes. Endereço: Rua da Assembléia, 10, sala 4205 – CEP 20011-901, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: edsondnunes@gmail.com Telefone: (21) 32-219550

** Márcia Marques de Carvalho – Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ. Graduada em estatística pela ENCE/IBGE. Professora da Universidade Cândido Mendes e pesquisadora do Observatório Universitário. (21) 32219562. E-mail: mmcarv@globo.com

***Julia Vogel de Albrecht – graduanda em ciências sociais pelo CPDOC-FGV, estagiária do Instituto Databrasil associado à Universidade Cândido Mendes. Telefone: (21) 32-219551. E-mail: julia.vogel.albrecht@gmail.com

representa uma taxa de escolarização de 1,9%². Em 2007, para uma coorte de cerca de 24 milhões de pessoas entre 18 e 24 anos, conforme o Censo Demográfico, Contagem de 1996 e PNADs de 2001 a 2007, haveria cerca de 6 milhões de matriculados, equivalendo à taxa bruta de 25.7% e líquida de 13.2%. Sem dúvida, portanto, as leis de 1941 e de 1968, incluíram os “diplomados” como consorciados à elite de então. E estas leis ainda não foram revogadas, permanecendo em validade o esdrúxulo consórcio.³

Existem 181 mil leis válidas no Brasil. Deste total, 53 mil estariam efetivamente em vigor. Entre elas existe um pouco de tudo. Leis que colidem umas com as outras, leis que contrariam a Constituição, que são contrariadas por decretos ou portarias, que já não se aplicam à realidade efetiva. Não por outra razão se costuma dizer que no Brasil há “leis que pegam” e “leis que não pegam”.

O ensino superior brasileiro é todo regulado e definido por leis, seguidas por muitos decretos e por infindável, porque incessante, número de atos ministeriais e portarias, exaradas pela burocracia do MEC, configurando um desarmônico, por vezes contraditório, e voraz painel micro ou nano-regulatório, capaz de tirar do sério os mais circunspectos especialistas da área.

As leis relativas ao ensino superior brasileiro estão entre aquelas da família das “leis que não pegam”, pelo menos totalmente.

²A taxa de escolarização líquida expressa a razão do total de estudantes com idades correspondentes ao nível de escolaridade adequado sobre o total da população na mesma faixa etária. No caso da educação superior, normalmente são utilizadas faixas que variam da idade mínima de 18 até o máximo de 25 anos. O clássico sistema de Martin Trow teria dificuldade em acomodar, em seu famoso “continuum”, a composição brasileira para a década de 40 e 60. Trow sugeriu que um sistema de elite é aquele que apresenta taxa de escolarização líquida abaixo de 15%. Sistemas com taxa de escolarização líquida entre 15% e 33% seriam considerados como massificados, e aqueles com valores superiores a 33% seriam classificados como universais. Se o Brasil de hoje ainda seria classificado como um sistema de ensino superior de elite, o de 1941 e o de 1968, iriam requerer, talvez, uma nova categoria, o de “sistema super-elitizado”. Vale ressaltar que atualmente, o sistema de classificação de Trow pode ser considerado muito conservador, uma vez que muitos países (como EUA, Coreia, Canadá, Bélgica, França) apresentam taxas de escolarização líquida maior do que 40%.

³ Se depender do Projeto de Lei n. 50, de 2007, do Senador Expedito Junior, contudo, os “diplomados” estão prestes à exclusão do consórcio. O projeto, que vem tramitando regularmente, diz que não há razão para que o benefício seja concedido aos diplomados. “Diferentemente das demais hipóteses enumeradas, não desempenham qualquer cargo ou função pública que justifique a distinção de tratamento. “A nosso ver, o fundamento do benefício é essencialmente elitista: separar o culto do inculto, o rico do pobre”..”que prejuízo teria um diplomado em nível superior ficar detido na mesma cela de um agricultor sem qualquer instrução formal?...”Assim, acreditamos que extirpar os dispositivos que prevêm tal regalia para portadores de diploma de nível superior é medida que se impõe a fim de promover a justiça e igualdade do sistema criminal brasileiro”. Evidentemente, à luz dos exemplos recentes que vem sendo dados à nação pelo Senado Brasileiro, não se pode disfarçar uma certa perplexidade ao ler este texto de justificação do projeto e, naturalmente, uma certa curiosidade sobre o que seria de fato, aos olhos do Senado, a mencionada justiça e igualdade no sistema criminal, bem como de que maneira se entender esta separação entre o culto e o inculto na política de hoje.

Começamos pela mais alta das normas, a Constituição Brasileira. Ela diz que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Constituição, cujo comando, certamente, “não pegou”, foi regulamentada, neste aspecto, pela LDB, lei que, neste aspecto também “não pegou”, que determina que as universidades são instituições pluri-disciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: 1) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; 2) um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica e de mestrado ou doutorado; 3) um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

A LDB, como se disse, também “não pegou”. Grande parte das 183 universidades, atualmente existentes no país, ignoram o comando constitucional, bem como a regulamentação da LDB. Muitas delas tem nenhuma dedicação à “produção institucionalizada do conhecimento”. E muitas não preenchem o requisito da percentagem do corpo docente em tempo integral, nem a percentagem de professores com título de mestre e doutor.

Exemplificando de maneira quase caricatural, 19 universidades brasileiras sequer oferecem um curso de mestrado. Levando-se em conta que o projeto de lei da reforma universitária enviada pelo Presidente da República ao Congresso indique o ponto de corte que o governo considera como o mínimo para que uma instituição de ensino se classifique como universidade, que seria o da oferta de um curso de doutorado e três de mestrado, observe-se o precário perfil do parque universitário brasileiro, claramente desobediente das leis que o regulam:

Tabela 1. Universidades com pelo menos três mestrados e um doutorado

Categoria	Cumpram em 2001 *		Total	Cumpram em 2006 *		Total	Cumpram em 2008 *		Total
	Não	Sim		Não	Sim		Não	Sim	
Federal	6 15,38%	33 84,62%	39 100,00%	10 18,87%	43 81,13%	53 100,00%	8 14,55%	47 85,45%	55 100,00%
Estadual	23 76,67%	7 23,33%	30 100,00%	20 60,61%	13 39,39%	33 100,00%	18 51,43%	17 48,57%	35 100,00%
Municipal	2 100,00%	0 0,00%	2 100,00%	3 60,00%	2 40,00%	5 100,00%	3 50,00%	3 50,00%	6 100,00%
Privada	73 85,88%	12 14,12%	85 100,00%	58 67,44%	28 32,56%	86 100,00%	51 58,62%	36 41,38%	87 100,00%
Total	104 66,67%	52 33,33%	156 100,00%	91 51,41%	86 48,59%	177 100,00%	80 43,7%	103 56,3%	183 100,00%
	* Sistema CAPES; dados sem data		* Aval. Trienal 2004; dados de dez/2006			* Aval. Trienal 2007, dados de out/2008			

Elaboração: Observatório Universitário /DataBrasil Ensino e Pesquisa

Há outras leis e decretos, igualmente desobedecidos, na totalidade ou em parte, tais como, por exemplo, a Lei 10.172, de 9/01/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. Este Plano contém metas para o ensino superior, mas não recursos para o atingimento das metas, muitos menos responsáveis por sua efetivação. Para o ensino superior, a meta mais conhecida é a da matrícula de 30% da coorte geracional correta, de 18 a 24 anos, em 2011. Pelo que hoje se sabe, esta lei está por ser decididamente desobedecida pela realidade numérica nos meses à frente.

Outra particularidade brasileira é a da definição, por leis federais, das profissões reconhecidas. São legalmente reconhecidas 43 profissões, cada qual dispendo de uma lei específica que detalha seus direitos, monopólios e obrigações. Os estudantes brasileiros são atraídos pelas carreiras profissionais protegidas por leis. Cerca de 70% de todos os estudantes estão matriculados em cursos relativos a profissões reconhecidas. Apesar desta adesão estudantil às profissões reconhecidas, os números mostram que, na média, menos de 50% dos egressos das faculdades trabalham na profissão para a qual estudaram. Neste caso, é o mercado que provê a base para a desobediência à lei, tendo já, o mercado, flexibilizado a utilidade que atribui à formação superior, separando-a da trilha específica da profissão legal. O mercado, neste sentido, já reformou sua utilização dos diplomados, embora as casas de ensino, e principalmente o governo, ainda não tenham se dado conta de inutilidade prática de insistirem na aliança acadêmica e de poder entre corporações e governo.

Para finalizar a exemplificação da singularidade legal brasileira, principalmente sua sistemática desobediência às leis que a governam⁴, vale a pena lembrar que a norma legal diz que a família de instituições de ensino superior no Brasil é composta por um número finito de tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos. Como já sabemos, universidades fazem pesquisa indissociadamente do ensino (e já sabemos que não é verdade), centros universitários não fazem pesquisa, mas tem autonomia universitária, faculdades ensinam. O país, contudo, por meio de Parecer do CNE, homologado pelo Ministro da Educação, deu aos Centros Universitários o direito de se identificarem com o prefixo UNI, o que colabora para que se imagine, como recente autor inglês, que o Brasil tenha inventado outro tipo de universidade, a universidade de ensino. Se não inventou formalmente, incentivou sim sua existência. Hoje 79 carregam em sua sigla o prefixo UNI⁵, certamente para se identificarem como entidades universitárias. Para todos os efeitos práticos, o Brasil tem hoje 183 universidades do tipo UNIVERSIDADE e 126 universidades do tipo CENTRO. Muitas das universidades do tipo I (universidades de nome) não oferecem sequer um mestrado e muitas universidades do tipo II (centro) começam a oferecer cursos de mestrado⁶.

Se apontamos as “leis que não pegam” como uma das singularidades brasileiras em insistir que tudo relativo ao ensino superior fica melhor servido se constitucionalizado e formalizado em lei, é preciso, agora, inverter, para apontar outra singularidade brasileira, talvez a mais relevante entre as particularidades únicas do ensino superior brasileiro, esta baseada numa “lei que pegou”.

Trata-se do incentivo formal à constituição de entidades educacionais de natureza empresarial. A Lei 9.870 de 23/11/1999, adicionou à LDB o comando de que as pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior,

⁴ Para melhor exemplificar e não cansar o leitor, selecionamos um conjunto de Leis, Decretos e Portarias que regulam a educação superior, em complemento às já citadas no presente texto: Lei nº 4.024/1961, revogada pela LDB, com exceção dos arts. 6º e 9º, alterados pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.870/1999, Lei nº 10.861/2004 {SINAES}; MP nº 2.143-36/2001; Decreto nº 2.026/1996, Decreto nº 2.207/1997, Decreto nº 2.208/1997, Decreto nº 2.306/1997, Decreto nº 3.860/2001, Decreto nº 5.622/2005, Decreto nº 5.773/2006, Decreto nº 6.303/2007; Portaria MEC nº 2.051/2004, Portaria MEC nº 1.874/2005, Portaria MEC nº 1.027/2006, Portaria MEC nº 147/2007 e Portaria MEC nº 658/2008; Portaria Normativa nº1/2007, Portaria Normativa nº 40/2007, Portaria Normativa nº 4/2008, Portaria Normativa nº 12/2008, Portaria Normativa nº 10/2009.

⁵ São eles: UNINORTE; UNINIL; UNIRG; UNIJORGE; UNICEUMA; UNIPÊ; UNICEUB; UNIEURO; UniEVANGÉLICA; UNIDESC; Uni-ANHANGÜERA; UNIGRAN; UNIRONDON; UNIVAG; UNIFEG; Uni-BH; UNIFORMG; Universitas; UNILAVRAS; UNIPAM; UNIFEMM; UNICERP; UnilesteMG; UNIARAXÁ; UNIS-MG; UNITRI; UNIABEU; UNISUAM; UNICARIOCA; UniverCidade; UniFOA; UNIFLU; UNI IBMR; UNIPLI; UNIPINHAL; UNIFIA; UNIFIAN; UniFAI; UNICAPITAL; UNISALESIANO; UNICEP; UNIFEB; UNIFAE; UNIARA; Uni-FACEF; UNIJALES; UNILINS; UNIRP; UniA; UNIFEV; UNIVEM; UNIFIEO; UNIFEOB; UNIARARAS; UNIBERO; Unifitalo; UNILUS; UNIMESP; UNIMONTE; UniAnchieta; UniPaulistana; UNISAL; UNISANT'ANNA; UNITOLEDO; UniFIAM-FAAM; UNIANDRADE; UNICURITIBA; UNIFAE; UNIFIL; UNICS; UNIUV; UNILASALLE; UNIVATES; UniRitter; Unifra; Unifebe; UNIASSELVI; UNIBAVE; UNIDAVI.

⁶ Atualmente, 65 Centros Universitários ofertam cursos de mestrado.

previstas no inciso II do artigo 19 da LDB, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial.

Estejamos seguros, esta pequena mudança na trajetória histórica de todas as leis brasileiras sobre as mantenedoras de ensino superior, acabou trazendo a maior inovação e a maior singularidade do ensino superior brasileiro em perspectiva comparada. Em menos de 10 anos as entidades empresariais já respondem por um terço do total de estudantes matriculados no ensino privado, respondem por um quinto do total de estudantes brasileiros e, em breve, responderá pela maioria de todos os inscritos em instituições de ensino superior no Brasil.

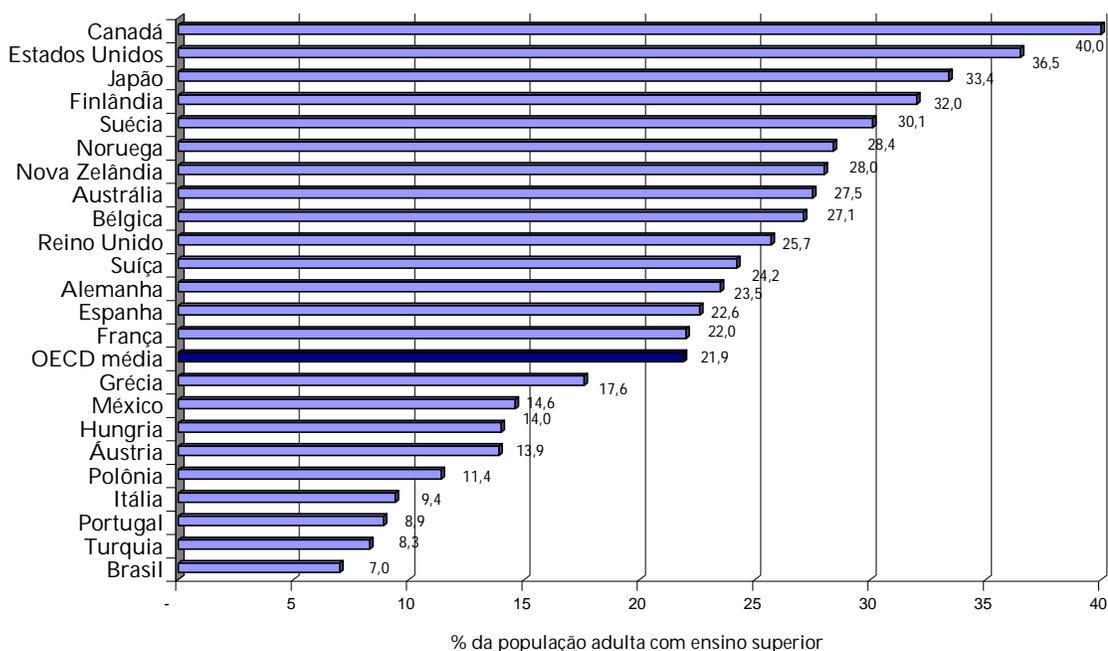
Nas seções que se seguem, apontaremos uma série de outras singularidades brasileiras. Mas se tivéssemos que destacar somente uma singularidade como a mais relevante entre todas, como aquela que seria a principal “portadora de futuro”, para usar o termo típico dos estudos de cenários futuros, esta seria a natureza mercantil/empresarial da educação superior brasileira como política oficial. Voltaremos a este tema crucial, após observar outros traços do setor privado.

2. Educação Superior no Brasil: crescimento recente, mas insuficiente

O gráfico a seguir mostra o percentual, estoque, da população adulta com ensino superior, em 24 países no ano de 2006. O Canadá aparece como o país que detém a população mais educada: 40% de seus habitantes obtiveram diploma de educação superior. Estados Unidos, Japão, Finlândia e Suécia permanecem na faixa de 30% a 40%. A média dos países da OECD⁷ é de 21,9% quase o triplo do percentual brasileiro que é de 7%.

⁷ São países membros da OECD: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia.

Gráfico 1. População adulta com nível superior - 2006



Fonte: OECD Factbook 2006. Economic, Environmental and Social Statistics. Brasil: IBGE, Censo Demográfico.

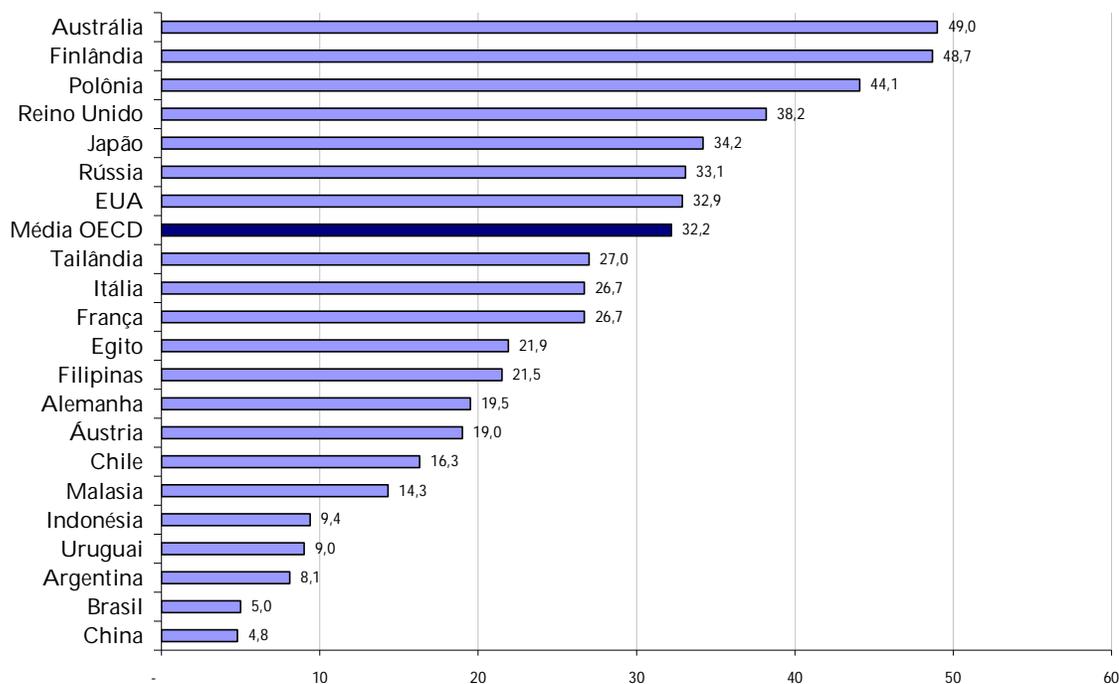
A tabela 2 e o gráfico 2 apontam a taxa de graduação do ensino superior, o fluxo. Em 2007 o Brasil apresentou uma taxa de 7,5, pouco mais do dobro da taxa de 1995. Esta taxa de graduação corresponde ao número *total* de concluintes do ensino superior sobre o número total da população com idades entre 22 a 24 anos, a idade “ideal” de conclusão do ensino superior . A Austrália apresenta o maior fluxo de graduados por ano com 49,0 seguido da Finlândia e da Polônia. A média dos países da OECD fica em 32,2 quase 5 vezes a taxa do Brasil.

Tabela 2. Taxa de Graduação do Ensino superior – Brasil – 1995,2002,2007

Ano	População 22 a 24 anos (P)	Concluintes da Graduação (A)	Taxa de Graduação (A)/(P)×100
1995	7.157.546	245.887	3,4
2002	9.400.730	466.260	5,0
2007	10.024.704	756.799	7,5

Fonte: IBGE, Pnads e MEC/INEP. Censo da Educação Superior.

Gráfico 2 . Taxa de Graduação¹ (nível 5A) no ensino superior – Brasil e outros países - 2003



Fonte: OECD/UNESCO. Education Trends in Perspective – Analysis of the World Indicators 2005.

Nota: ¹ Concluintes da graduação como percentual da população na idade típica de conclusão (taxa bruta). No Brasil de 22 a 24 anos.

2.1. Matrículas na Graduação: Federais, São Paulo e o Brasil

O estado de São Paulo é responsável por quase 30% do total de matrículas no país. Se somarmos São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro contamos quase metade de todas as matrículas em cursos de graduação do país. O estado de Pernambuco, é o estado com *menor* participação do setor privado. Enquanto em todos os outros estados brasileiros a discrepância entre público e privado é robusta, em São Paulo, por exemplo, o setor público corresponde a menos de 15% do total de matrículas, em Pernambuco o setor privado corresponde a “apenas” 55% do total de matrículas. O estado de Santa Catarina, apesar da forte presença do setor privado, registra muitas matrículas no setor público municipal, três vezes mais do que no setor público federal.

Tabela 3. Matrículas na Graduação, por UF- Brasil – 2007

UF/Dep. Adm.	Matrículas Graduação	
	Total	%
Brasil Total	4.880.381	100,0
Privadas	3.639.413	74,6
Federais	615.542	12,6
Estaduais	482.814	9,9
Municipais	142.612	2,9
São Paulo	1.346.612	27,6
Privadas	1.159.571	23,8
Federais	12.166	0,2
Estaduais	115.589	2,4
Municipais	59.295	1,2
Minas Gerais	505.090	10,3
Privadas	411.374	8,4
Federais	77.977	1,6
Estaduais	14.002	0,3
Municipais	1.737	0,0
Rio de Janeiro	490.394	10,0
Privadas	399.682	8,2
Federais	67.719	1,4
Estaduais	22.624	0,5
Municipais	369	0,0
Rio Grande do Sul	345.029	7,1
Privadas	292.942	6,0
Federais	51.295	1,1
Estaduais	792	0,0
Municipais	-	-
Paraná	316.496	6,5
Privadas	208.215	4,3
Federais	33.209	0,7
Estaduais	71.871	1,5
Municipais	3.201	0,1
Bahia	218.754	4,5
Privadas	148.063	3,0
Federais	23.660	0,5
Estaduais	47.031	1,0
Municipais	-	0,0
Santa Catarina	202.739	4,2
Privadas	132.954	2,7
Federais	18.666	0,4
Estaduais	8.874	0,2
Municipais	42.245	0,9

UF/Dep. Adm.	Matrículas Graduação	
	Total	%
Pernambuco	157.220	3,2
Privadas	87.555	1,8
Federais	30.965	0,6
Estaduais	19.113	0,4
Municipais	19.587	0,4
Goiás	155.851	3,2
Privadas	103.451	2,1
Federais	17.309	0,4
Estaduais	25.607	0,5
Municipais	9.484	0,2
Distrito Federal	128.061	2,6
Privadas	109.005	2,2
Federais	18.494	0,4
Estaduais	562	0,0
Municipais	-	-
Ceará	121.135	2,5
Privadas	68.622	1,4
Federais	26.199	0,5
Estaduais	26.314	0,5
Municipais	-	-

Com relação ao setor público federal, o estado de Minas Gerais detém a maioria das matrículas, 12% do total de alunos (em números absolutos 77.977). O Rio de Janeiro aparece com 11,0%, e São Paulo, apesar de responsável pelo maior número de matrículas no total geral, corresponde a apenas 2% das matrículas do setor público federal.

Tabela 4. Matrículas na Graduação em IES federais – Brasil – 2007

Unidade da Federação	IES		Matrículas	
	Nº	%	Nº	%
Brasil	106	100,0	615.542	100,0
Minas Gerais	24	22,6	77.977	12,7
Rio de Janeiro	10	9,4	67.719	11,0
Rio Grande do Sul	10	9,4	51.295	8,3
Pará	3	2,8	34.823	5,7
Paraná	2	1,9	33.209	5,4
Pernambuco	5	4,7	30.965	5,0
Paraíba	3	2,8	28.239	4,6

Ceará	3	2,8	26.199	4,3
Bahia	3	2,8	23.660	3,8
Rio Grande do Norte	3	2,8	22.031	3,6
Santa Catarina	3	2,8	18.666	3,0
Distrito Federal	1	0,9	18.494	3,0
Goiás	4	3,8	17.309	2,8
Amazonas	2	1,9	16.596	2,7
Piauí	2	1,9	16.047	2,6
Mato Grosso do Sul	2	1,9	15.355	2,5
Espírito Santo	3	2,8	14.912	2,4
Sergipe	2	1,9	14.099	2,3
Alagoas	3	2,8	13.394	2,2
Mato Grosso	3	2,8	13.368	2,2
Maranhão	2	1,9	12.485	2,0
São Paulo	5	4,7	12.166	2,0
Acre	1	0,9	9.159	1,5
Rondônia	2	1,9	8.729	1,4
Amapá	1	0,9	7.610	1,2
Tocantins	2	1,9	7.368	1,2
Roraima	2	1,9	3.668	0,6

Tabela 5. População Adulta e Matrículas nas Federais – Brasil – 2007

Unidade da Federação	População Adulta			Matrículas Federais (M)	Matrículas Federais sobre Pop. Adulta		
	18 a 24 anos	25 anos ou mais	18 anos ou mais		18 a 24 anos	25 anos ou mais	18 anos ou mais
	(A)	(B)	(T)		(M)/(A)x100	(M)/(B)x100	(M)/(T)x100
Brasil	23.845.483	107.404.550	131.250.033	615.542	2,6	0,6	0,5
Minas Gerais	2.373.411	11.510.315	13.883.726	77.977	3,3	0,7	0,6
Rio de Janeiro	1.739.433	9.997.637	11.737.070	67.719	3,9	0,7	0,6
Rio Grande do Sul	1.249.017	6.836.078	8.085.095	51.295	4,1	0,8	0,6
Pará	1.005.754	3.470.936	4.476.690	34.823	3,5	1,0	0,8
Paraná	1.220.801	6.144.448	7.365.249	33.209	2,7	0,5	0,5
Pernambuco	1.147.781	4.591.131	5.738.912	30.965	2,7	0,7	0,5
Paraíba	479.652	1.948.900	2.428.552	28.239	5,9	1,4	1,2
Ceará	1.157.654	4.335.403	5.493.057	26.199	2,3	0,6	0,5
Bahia	1.917.026	7.461.245	9.378.271	23.660	1,2	0,3	0,3
Rio Grande do Norte	441.618	1.623.965	2.065.583	22.031	5,0	1,4	1,1
Santa Catarina	778.086	3.606.509	4.384.595	18.666	2,4	0,5	0,4
Distrito Federal	334.859	1.378.444	1.713.303	18.494	5,5	1,3	1,1
Goiás	754.279	3.303.283	4.057.562	17.309	2,3	0,5	0,4
Amazonas	466.633	1.532.000	1.998.633	16.596	3,6	1,1	0,8
Piauí	408.176	1.636.869	2.045.045	16.047	3,9	1,0	0,8
Mato Grosso do Sul	290.646	1.310.127	1.600.773	15.355	5,3	1,2	1,0
Espírito Santo	432.920	2.029.788	2.462.708	14.912	3,4	0,7	0,6
Sergipe	292.257	1.056.863	1.349.120	14.099	4,8	1,3	1,0
Alagoas	417.293	1.576.558	1.993.851	13.394	3,2	0,8	0,7
Mato Grosso	364.399	1.569.322	1.933.721	13.368	3,7	0,9	0,7
Maranhão	850.905	2.964.660	3.815.565	12.485	1,5	0,4	0,3
São Paulo	5.060.504	25.275.351	30.335.855	12.166	0,2	0,0	0,0
Acre	92.957	296.673	389.630	9.159	9,9	3,1	2,4
Rondônia	218.984	804.696	1.023.680	8.729	4,0	1,1	0,9
Amapá	92.502	282.856	375.358	7.610	8,2	2,7	2,0
Tocantins	191.764	670.986	862.750	7.368	3,8	1,1	0,9
Roraima	66.172	189.507	255.679	3.668	5,5	1,9	1,4

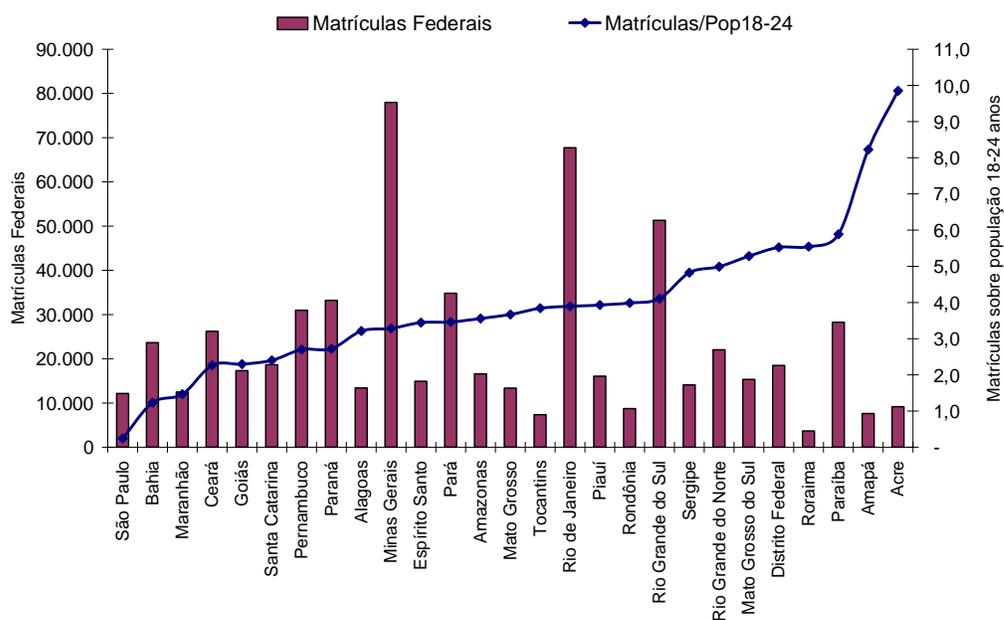
A tabela 6 apresenta as taxas de escolarização bruta e líquida para cada estado brasileiro. A partir da tabela percebe-se que a região sul é a que apresenta, em média, as maiores taxas de escolarização, tanto líquida quanto bruta. A região nordeste detém as piores taxas. A média da taxa de escolarização bruta do nordeste é pouco mais da metade da média nacional, enquanto o nordeste apresenta taxa de 15,9, o Brasil apresenta taxa de 24,3. Com relação aos estados, o Distrito Federal e São Paulo apresentam as maiores taxas, enquanto o Pará é responsável pelas menores.

Tabela 6. Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior (Graduação) – Brasil e UF - 2007

UF	População 18-24 anos (T)	Matrículas no curso de Graduação				Taxa de escolarização	
		Total (A)	16-17 anos	18-24 anos (B)	25 ou mais	Bruta (A)/(T)	Líquida (B)/(T)
BRASIL	23.845.483	5.794.127	62.141	3.119.478	2.612.508	24,3	13,1
NORTE	2.134.766	411.004	5.419	192.482	213.103	19,3	9,0
Rondônia	218.984	48.093	-	24.985	23.108	22,0	11,4
Acre	92.957	26.728	333	11.794	14.601	28,8	12,7
Amazonas	466.633	107.181	2.129	49.965	55.087	23,0	10,7
Roraima	66.172	21.066	-	8.651	12.415	31,8	13,1
Pará	1.005.754	137.969	1.070	64.805	72.094	13,7	6,4
Amapá	92.502	23.664	249	11.001	12.414	25,6	11,9
Tocantins	191.764	46.303	1.638	21.281	23.384	24,1	11,1
NORDESTE	7.112.362	1.130.598	11.413	533.223	585.962	15,9	7,5
Maranhão	850.905	126.286	871	53.127	72.288	14,8	6,2
Piauí	408.176	66.734	2.607	26.071	38.056	16,3	6,4
Ceará	1.157.654	184.406	448	96.798	87.160	15,9	8,4
Rio Grande do Norte	441.618	82.919	1.374	44.894	36.651	18,8	10,2
Paraíba	479.652	74.583	932	38.692	34.959	15,5	8,1
Pernambuco	1.147.781	175.066	450	84.823	89.793	15,3	7,4
Alagoas	417.293	60.496	2.068	28.440	29.988	14,5	6,8
Sergipe	292.257	64.620	328	30.506	33.786	22,1	10,4
Bahia	1.917.026	295.488	2.335	129.872	163.281	15,4	6,8
SUDESTE	9.606.268	2.750.189	16.520	1.577.427	1.156.242	28,6	16,4
Minas Gerais	2.373.411	585.217	2.048	323.164	260.005	24,7	13,6
Espírito Santo	432.920	111.180	1.967	64.939	44.274	25,7	15,0
Rio de Janeiro	1.739.433	522.379	1.285	294.189	226.905	30,0	16,9
São Paulo	5.060.504	1.531.413	11.220	895.135	625.058	30,3	17,7
SUL	3.247.904	1.000.746	19.391	544.940	436.415	30,8	16,8
Paraná	1.220.801	376.155	10.528	209.330	156.297	30,8	17,1
Santa Catarina	778.086	241.646	3.052	139.745	98.849	31,1	18,0
Rio Grande do Sul	1.249.017	382.945	5.811	195.865	181.269	30,7	15,7
CENTRO-OESTE	1.744.183	501.590	9.398	271.406	220.786	28,8	15,6
Mato Grosso do Sul	290.646	74.235	2.202	44.665	27.368	25,5	15,4
Mato Grosso	364.399	79.557	1.090	38.145	40.322	21,8	10,5
Goiás	754.279	206.572	4.582	110.698	91.292	27,4	14,7
Distrito Federal	334.859	141.226	1.524	77.898	61.804	42,2	23,3

Fonte: IBGE, Pnad 2007.

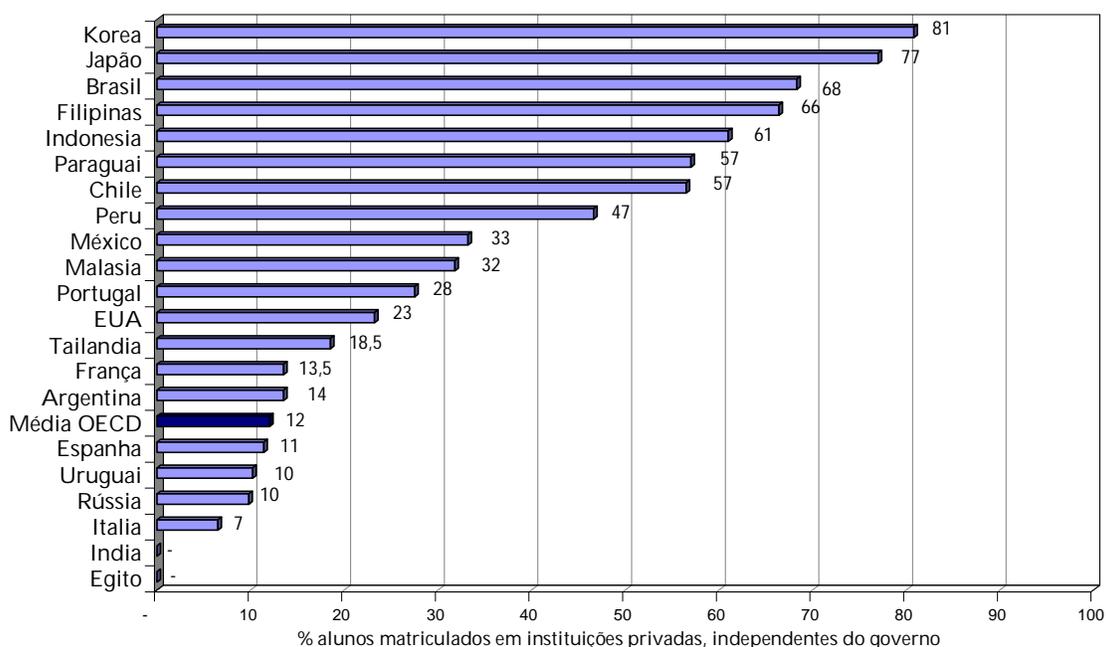
Gráfico 3. Matrículas nas Federais e Relação entre Matrículas nas Federais sobre população 18-24 anos – Brasil - 2007



3. Expansão da educação superior através do setor privado

No registro da OECD, apenas **sete** países apresentam número de matrículas em instituições de ensino superior privadas maior do que 50% (Gráfico 13). A Coreia aparece como caso mais extremo com pouco mais de 80% de estudantes matriculados em instituições de ensino privado. O Japão fica logo atrás da Coreia com 77% dos estudantes em instituições privadas. O Brasil encontra-se em terceiro lugar com o total de 68% de estudantes no ensino superior privado. É interessante lembrar que dos dez países com o maior predomínio do setor privado, cinco estão na América Latina.

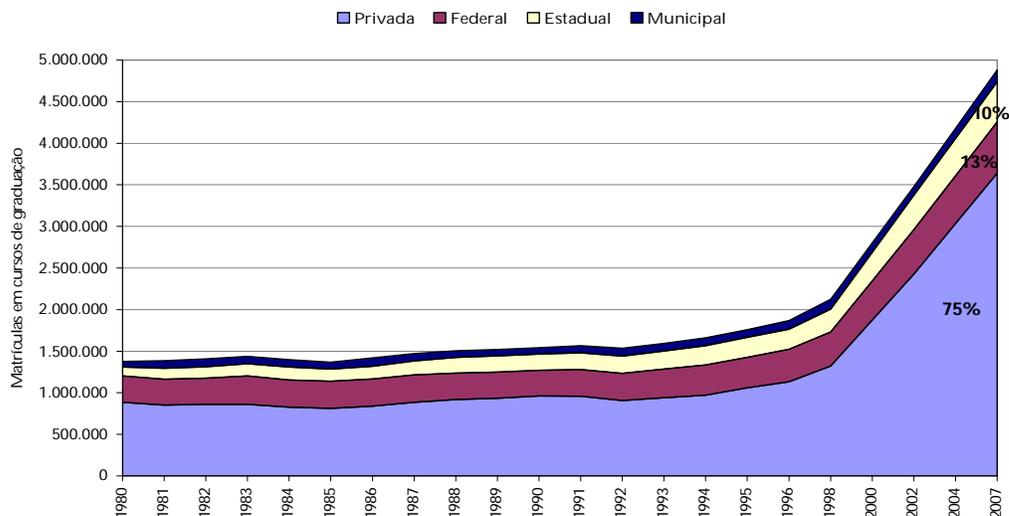
Gráfico 4. Matrículas no ensino superior em instituições privadas, independentes do governo - 2003



Fonte: OECD/UNESCO/WEI . Education Trends in Perspective, 2005.

No Brasil, o tamanho relativo do setor privado, que já era elevado nos anos 60, aumentou, sobretudo, com a expansão recente da educação superior brasileira. De 1980 a 1997, o número de IES particulares manteve-se razoavelmente constante, em torno de 670. A partir de 1998, porém, houve um forte crescimento de IES privadas. O gráfico 5 demonstra, a partir da evolução do número de matrículas, como o setor privado tem crescido no Brasil. Entre 1998 e 2007 o país passou de 1,5 milhão de matrículas no ensino privado para pouco mais de 3,5 milhões de matrículas. Ou seja: em apenas nove anos o setor privado mais que dobrou o número de matrículas.

Gráfico 5. Evolução da Matrícula em cursos de graduação – Brasil – 1980-2007



Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior.

Entretanto, a singularidade brasileira, não é apenas a forte presença do setor privado na educação superior, esta é uma tendência que se repete em alguns outros países. A tabela 7 ajuda a explicitar esta característica. Em 2007 quase 75% das matrículas em graduação estavam em Instituições privadas. Deste total, as particulares em sentido estrito, ou seja, as que não são consideradas filantrópicas, confessionais ou comunitárias, foram responsáveis por quase 50% de todas as matrículas.

Se em 1999 as particulares eram responsáveis por 27,5% do total de matrículas, em 2007 elas pularam para quase 50%. Isto representa um aumento percentual de 246,6. Este aumento é quase cinco vezes maior do que o crescimento no número de matrículas em instituições públicas que entre 1999 e 2007 variou 50%.

Tabela 7. Evolução da Matrícula em públicas e privadas – Brasil – 1999-2007

Ano	Matrículas em cursos de graduação				% Matrículas				% Privadas (A)+(B)
	Pública	Particular em sentido estrito	Com/Conf/Filant	Total	Pública	Particular em sentido estrito (A)	Com/Conf/Filant (B)	Total	
1999	832.022	651.362	886.561	2.369.945	35,1	27,5	37,4	100,0	64,9
2000	887.026	880.555	926.664	2.694.245	32,9	32,7	34,4	100,0	67,1
2001	939.225	1.040.474	1.051.055	3.030.754	31,0	34,3	34,7	100,0	69,0
2002	1.051.655	1.261.901	1.166.357	3.479.913	30,2	36,3	33,5	100,0	69,8
2003	1.136.370	1.475.094	1.275.558	3.887.022	29,2	37,9	32,8	100,0	70,8
2004	1.178.328	1.596.894	1.388.511	4.163.733	28,3	38,4	33,3	100,0	71,7
2005	1.192.189	1.753.184	1.507.783	4.453.156	26,8	39,4	33,9	100,0	73,2
2006	1.209.304	1.924.166	1.543.176	4.676.646	25,9	41,1	33,0	100,0	74,1
2007	1.240.968	2.257.321	1.382.092	4.880.381	25,4	46,3	28,3	100,0	74,6
Variação	408.946	1.605.959	495.531	2.510.436	-	-	-	-	-
%	49,2	246,6	55,9	105,9	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior. Sinopses.

4. Instituições Mercantis

Entretanto, o que torna o caso brasileiro peculiar é a forte presença do setor privado *com fins lucrativos*⁸. A existência de instituições de educação superior lucrativas é pouco tratada nas análises internacionais, apesar do segmento estar em franco desenvolvimento.⁹ Nos países listados acima, em apenas um, além do Brasil, a existência de instituições de ensino superior lucrativas é explicitamente aceita (Filipinas). Em outros quatro não são admitidas instituições lucrativas e, nos demais, o assunto não é tratado na legislação pertinente. Observe-se, contudo, que mesmo em países onde o setor privado não é majoritário, como os Estados Unidos e a China¹⁰, sua participação na educação superior é significativa, sendo expressivo o crescimento das instituições lucrativas no passado recente.

Nas normas legais brasileiras atinentes à educação superior, apenas em 1997, com a edição da Medida Provisória n.º 1.477-39, de 8 de agosto, e do Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto, foi aprovado ato que explicitamente previa que o setor privado educacional poderia

⁸ Nos EUA, por exemplo, as For-Profit representam um número muito baixo de matrículas, segundo dados do Departamento Nacional de Educação norte-americano, em 2005 o total de matrículas em Instituições de ensino superior foi de 17.487.475, deste total apenas 1.010.949 de matrículas foram realizadas em Instituições *com fins lucrativos*. Isto quer dizer que em 2005 as Instituições de ensino superior privadas for-profit corresponderam a menos de 10% do total de matrículas, apenas 5,7%. Informações extraídas de: <http://nces.ed.gov/pubs2007/2007067.pdf> acesso em 06/07/2009. No Chile país com forte presença do setor privado no ensino superior, a regulação determina que as instituições *não* podem ser caracterizadas com fins lucrativos: “Artículo 30.- Las universidades, los institutos profesionales y los centros de formación técnica estatales sólo podrán crearse por ley. Las universidades que no tengan tal carácter, deberán crearse conforme a los procedimientos establecidos en esta ley, y serán siempre corporaciones de derecho privado, sin fines de lucro para el efecto de tener reconocimiento oficial”. Extraído de <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30330> acesso em 09/07/2009. A Ucrânia é apontada como caso extremo de expansão do setor *com fins lucrativos*, todas as suas Instituições privadas são assim caracterizadas, entretanto o setor é responsável por apenas 16% do total de matrículas (Kinsler, Kevin & Levi, Daniel, 2005).

⁹ A finalidade lucrativa no ensino superior é fenômeno recente no mundo e desperta os mais e interessantes, senão imperdíveis, debates, tanto do ponto de vista ideológico, quanto do ponto de vista das políticas públicas. Ver, por exemplo, Breneman, Pusser & Turner (Orgs.) **Earnings from Learning: The Rise of For-Profit Universities**, State University of New York Press, 2006; Kezar, Chambers, Birkhardt, and Associates, **Higher Education for the Public Good: Emerging Voices from a National Movement**, Jossey-Bass, 2005; Ruch, Richard, **Higher Education, Inc.: The Rise of the For-Profit University**, The Johns Hopkins University Press, 2001; Lyall, K. & Sell, K., **The True Genius of America at Risk: Are We Losing Our Public Universities to De Facto Privatization?** ACE/Praeger on Higher Education, 2006; Slaughter, S. & Rhoades, G., **Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State, and Higher Education**, The Johns Hopkins University Press, 2004, Priest, Douglas M. e St. John, Edward P., **Privatization and Public Universities**, Indiana University Press, 2006 Obviamente, é compulsória a leitura do livro sobre o empreendimento que deu origem à enorme polêmica mundial: John Sperling, **Rebel with a Cause: The Entrepreneur who Created the University of Phoenix and the For-Profit Revolution in Higher Education**, John Wiley & Sons, 2000.

¹⁰ Ver, a esse respeito, Daniel C. Levy, *Unanticipated Development: Perspectives on Private Higher Education's Emerging Roles*, PROPHE Working Paper, no 1, abril de 2002, e Kevin Kinser e Daniel C. Levy, *The For-Profit Sector: U.S. Patterns and International Echoes in Higher Education*, PROPHE Working Paper, nº 5, fevereiro de 2005.

se organizar com finalidades lucrativas.¹¹ A Reforma Universitária de 1968, principal norma vigente até a edição da Lei n.º 9.131/1995 e da LDB de 1996, determinava que as universidades e estabelecimentos isolados, quando particulares, deveriam constituir-se sob a forma de fundações ou associações.¹²

A tabela abaixo ajuda a compreender o setor *com fins* lucrativos brasileiro. Já em 2000 as Instituições privadas *com fins* lucrativos, foram responsáveis por 324,578 matrículas em cursos de graduação, 12% com relação ao total de matrículas e 18% com relação ao total de matrículas em IES particulares. Em 2007 o aumento é evidente: as IES com fins lucrativos matricularam 1.244.347 alunos, um aumento de 283,4% em relação ao ano de 2000. Atualmente, as IES privadas *com fins* lucrativos matriculam um quarto do total de matrículas do país.

Tabela 8. Matrículas em IES, segundo o regime jurídico da mantenedora - Brasil – 2000-2007

Ano	Total (T)	Matrículas em cursos de graduação						% Mercantis (Com fins lucrativos)	
		Pública		Privada				Sobre o total de matrículas (B)/(T)	Sobre as Privadas (B)/(A)
		Total	Federais	Total (A)	Com fins lucrativos (B)	Sem fins lucrativos	Sem informação		
2000	2.694.245	887.026	482.750	1.807.219	324.578	1.433.058	49.583	12,0	18,0
2001	3.030.754	939.225	502.960	2.091.529	396.896	1.639.501	55.132	13,1	19,0
2002	3.479.913	1.051.655	531.634	2.428.258	506.360	1.873.483	48.415	14,6	20,9
2003	3.887.022	1.136.370	567.101	2.750.652	630.080	2.084.269	36.303	16,2	22,9
2004	4.163.733	1.178.328	574.584	2.985.405	725.637	2.226.688	33.080	17,4	24,3
2005	4.453.156	1.192.189	579.587	3.260.967	831.447	2.394.382	35.138	18,7	25,5
2006	4.674.646	1.239.119	589.821	3.435.527	936.486	2.499.041	-	20,0	27,3
2007	4.880.381	1.270.885	615.542¹	3.609.496	1.244.347	2.365.042	107	25,5	34,5
Variação	2.186.136	383.859	132.792	1.802.277	919.769	931.984			
%	81,1	43,3	27,5	99,7	283,4	65,0			

Fonte: MEC/INEP/DAES. Dados sobre matrícula extraídos da Planilha 5.1 do Censo da Educação Superior 2007. Não computadas as matrículas em EaD.

Nota: As 10 maiores IES Privadas totalizam 624.816 matrículas. São elas: UNIP (145.498 alunos), UNESA (116.959 alunos), UNINOVE (84.398), UNIBAN (69.074), UNIVERSO (47.853), ULBRA (43.620), PUC/MG (30.834), UCS (30.798), MACKENZIE (29.113) e PUC/RS(26.669).

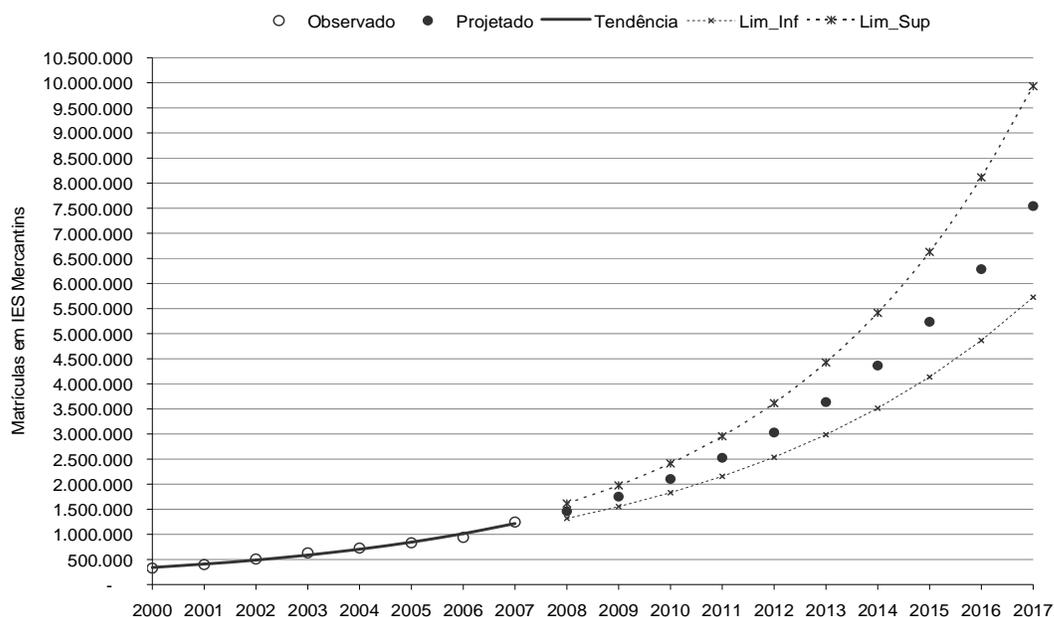
¹¹ O Decreto n.º 2.207, de 15 de abril de 1997, revogado pelo Decreto n.º 2.306/1997, foi o primeiro a dispor sobre a questão (parágrafo único do art. 1º). Porém, apenas com a edição da MP n.º 1.477/39, que amparou o novo Decreto, houve sustentação em norma superior. Essa reedição da MP, cuja origem remonta à MP n.º 550/1994 que não tratava dessa questão, alterou artigo da Lei n.º 9.131/1995. Ainda houve reedições até a 67ª versão, MP n.º 1.890/1999, que pelo Projeto de Conversão n.º 5/1999 transformou-se na Lei n.º 9.870, 23 de novembro de 1999, ainda vigente.

¹² Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Ressalte-se, contudo, que decisões do antigo Conselho Federal de Educação, tomadas nos anos 1970, admitiam que entidades que pleiteavam a manutenção de cursos superiores estivessem constituídas como sociedades mercantis. Ver, por exemplo, o Parecer CFE n.º 1.002/1972.

O gráfico 6 projeta, partindo da tendência¹³ observada ao longo dos anos, o crescimento das matrículas em IES *com fins lucrativos* até o ano de 2017. O volume de matrículas no setor *privado com fins lucrativos* poderá aumentar em *mais de seis milhões* até o ano de 2017.

¹³ Tendência representa o padrão comportamental estável da variável estudada ao longo do tempo. É uma função suave que representa os dados. Estima-se uma tendência nos dados conhecidos através do método dos mínimos quadrados ordinários. A projeção ou previsão de um valor futuro é realizada através de uma tendência usando os dados existentes.

Gráfico 6. Projeção das Matrículas nas IES Privadas com Fins lucrativos

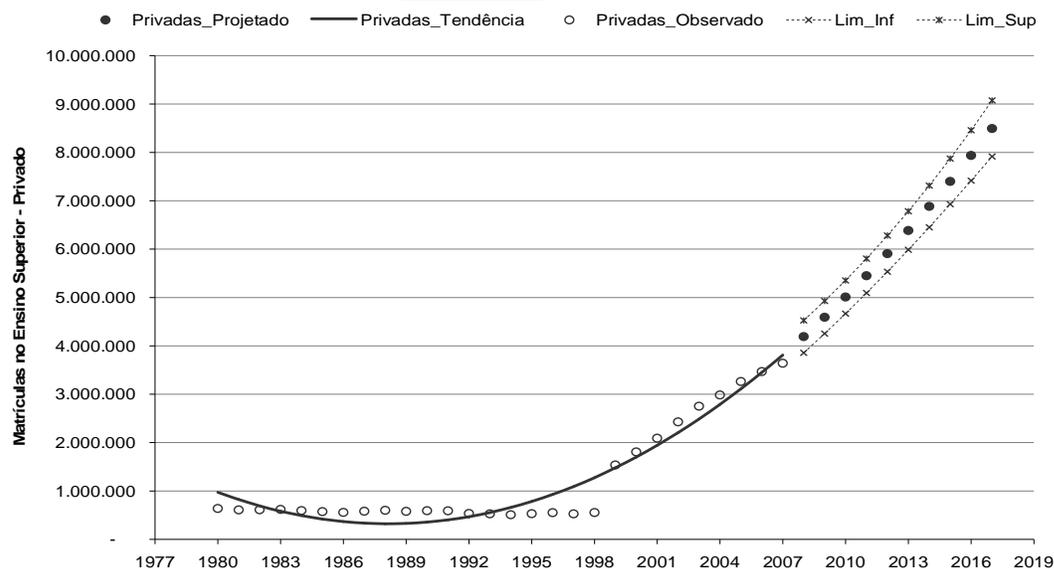


Nota: Método de projeção da tendência. Tendência estimada pela regressão logarítmica:

$$\log(\text{Matrículas}) = -352,22 + 0,1825 \cdot \text{Ano} \quad R^2 = 0,9908$$

O gráfico 7 projeta o total de matrículas para todas as IES privadas. A partir do gráfico percebe-se que o setor privado poderá chegar a um total de 8 milhões de matrículas. Se o setor com fins lucrativos for responsável por algo em torno de 7 milhões de matrículas, em 2017 o setor privado com fins lucrativos corresponderá a quase 90% do total de matrículas em IES privadas (ver tabela 9).

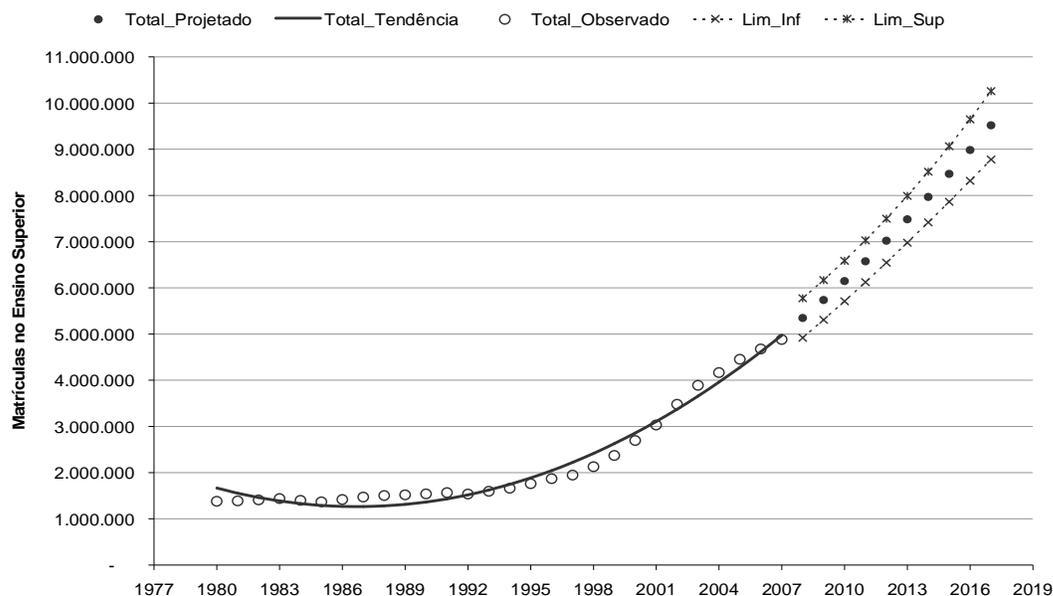
Gráfico 7. Projeção das Matrículas em IES Privadas– 1980-2017



Nota: Método de projeção da tendência. Tendência estimada pela regressão polinomial:

$$Matrículas = 4 \times 10^{10} - 4 \times 10^7 \cdot Ano + 9.813 \cdot Ano^2 \quad R^2 = 0,9408$$

Gráfico 8. Projeção das Matrículas Total – 1980-2017



Nota: Método de projeção da tendência. Tendência estimada pela regressão:polinomial:

$$Matrículas = 4 \times 10^{10} - 4 \times 10^7 \cdot Ano + 8977 \cdot Ano^2 \quad R^2 = 0,9778$$

Tabela 9. Projeção das Matrículas em cursos de graduação – Total e Privadas – 2000-2017

Ano	Matrículas em cursos de graduação					% Com fins lucrativos	
	Total (T)	Privada			Sem informação	Sobre o total de matrículas (B)/(T)	Sobre as Privadas (B)/(P)
		Total (P)	Com fins lucrativos (B)	Sem fins lucrativos			
2000	2.694.245	1.807.219	324.578	1.433.058	49.583	12	18
2001	3.030.754	2.091.529	396.896	1.639.501	55.132	13,1	19
2002	3.479.913	2.428.258	506.360	1.873.483	48.415	14,6	20,9
2003	3.887.022	2.750.652	630.080	2.084.269	36.303	16,2	22,9
2004	4.163.733	2.985.405	725.637	2.226.688	33.080	17,4	24,3
2005	4.453.156	3.260.967	831.447	2.394.382	35.138	18,7	25,5
2006	4.674.646	3.435.527	936.486	2.499.041	-	20,0	27,3
2007	4.880.381	3.609.496	1.244.347	2.365.042	107	25,5	34,5
2008	5.345.869	4.191.233	1.459.577	2.731.656	-	27,3	34,8
2009	5.737.633	4.590.756	1.751.767	2.838.989	-	30,5	38,2
2010	6.147.351	5.009.905	2.102.449	2.907.456	-	34,2	42,0
2011	6.575.023	5.448.679	2.523.333	2.925.346	-	38,4	46,3
2012	7.020.649	5.907.080	3.028.474	2.878.606	-	43,1	51,3
2013	7.484.229	6.385.106	3.634.737	2.750.370	-	48,6	56,9
2014	7.965.763	6.882.759	4.362.366	2.520.393	-	54,8	63,4
2015	8.465.251	7.400.037	5.235.658	2.164.379	-	61,8	70,8
2016	8.982.693	7.936.941	6.283.772	1.653.169	-	70,0	79,2
2017	9.518.089	8.493.471	7.541.705	951.766	-	79,2	88,8

Fonte: MEC/INEP/DAES. Dados sobre matrícula extraídos da Planilha 5.1 do Censo da Educação Superior

2007.

Não computadas as matrículas em EaD.

Como mencionado anteriormente, o setor privado com fins lucrativos, nos moldes encontrados no Brasil é uma grande singularidade. Alguns países inclusive proibem que as Instituições se caracterizem como *for-profit* (é o caso da Índia e do Chile). Nos EUA, por exemplo, ainda que corresponda a 5% do total de matrículas, o ensino superior privado com fins lucrativos tem sido questionado. Diversos autores apontam que é preciso demonstrar as diferenças estruturais e curriculares existentes entre IES públicas e as privadas com fins lucrativos.

O autor Richard S. Ruch em livro intitulado “Higher Ed, Inc. The rise of the For-profit University” (2001) demonstra como as IES com e sem fins lucrativos tendem a operar com mecanismos institucionais e organizacionais distintos. A tabela abaixo ajuda a explicitar as diferença dos dois modelos institucionais:

Tabela 10 - Distinções entre Instituições com e sem fins lucrativos

Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos
Isenção de impostos	Pagadora de impostos
Doadores	Investidores
Dotações	Capital de Investimento privado
Partes interessadas	Acionistas
Governança Conjunta	Administração tradicional
Motivada pelo prestígio	Motivada pelo lucro
Cultivo do conhecimento	Ensino aplicado
Orientada por disciplinas	Orientada pelo mercado
Qualidade dos inputs	Qualidade dos resultados
Poder com o corpo docente	Poder com os 'clientes'
Poder com os 'clientes'	Poder com os 'clientes'

Fonte: Ruch, 2001, p.10.

Uma primeira importante distinção é a questão do pagamento de impostos. Enquanto as IES sem fins lucrativos recebem subsídios de impostos governamentais para a manutenção de suas funções, as IES com fins lucrativos não só não recebem subsídios como pagam uma significativa carga de impostos.

A segunda característica diz respeito aos doadores x investidores. Enquanto as IES sem fins lucrativos recebem grande parte de seu orçamento de doações, as IES com fins lucrativos compõem o orçamento a partir da compra e venda de ações. Segundo Ruch, os investidores que compram ações esperam retorno financeiro o que acaba gerando uma demanda maior por prestação de contas, diferente das IES sem fins lucrativos.

A quarta característica apresentada na tabela (Partes interessadas x Acionistas) diz respeito aos interesses daqueles que de alguma forma investem e esperam retorno das Instituições. Ruch aponta que o modelo de acionistas tende a ser o mais simples, pois os

acionistas normalmente buscam a mesma coisa: o lucro. Os interesses são os mesmos e isso geraria uma maior estabilidade.

O modelo das IES sem fins lucrativos, por sua vez, é mais complexo, pois lida com os interesses conflitantes de diversos atores: estudantes, famílias, membros do corpo docente, líderes comunitários, administradores, empregados, doadores, etc. Neste sentido as Instituições sem fins lucrativos acabam gastando uma grande parte de tempo lidando com os conflitos de interesse internos e externos a Instituição. O argumento não é que as IES com fins lucrativos não tenham que lidar com estes atores, é que as IES sem fins lucrativos dão maior importância a participação dos diversos atores.

A participação é a quinta característica apresentada na tabela acima. Segundo Ruch, enquanto as IES sem fins lucrativos tendem a utilizar uma governança mais conjunta, com um grande número de tomadores de decisão, as IES com fins lucrativos são hierarquizadas, com funções bem definidas e clara distribuição de poder. Segundo o autor, a grande inovação das com fins lucrativos é conciliar uma administração mais estratégica com algum tipo de governança compartilhada, no âmbito mais micro.

A sexta característica apresentada é a que contrapõe a orientação para o prestígio das IES sem fins lucrativos com a orientação para o lucro das IES com fins lucrativos. Argumenta-se que as IES com fins lucrativos estão sempre buscando um maior reconhecimento, buscam ganhar posições nos rankings internacionais, esta busca por prestígio levaria as IES a tomarem decisões precipitadas.

Já as IES com fins lucrativos, por orientarem-se pelo modelo de acionistas, buscam somente o lucro: “(...) in the simplest of terms, the for-profit universities have taken a highly traditional model of education – a teacher in front of a class of students – and run it like a business” (Ruch, 2001, p.17).

Uma outra forma de diferenciar os dois modelos Institucionais é através das diferentes atribuições dos reitores. A tabela 11 aponta as diferenças administrativas das com e sem fins lucrativos.

Tabela 11. Diferença entre os modelos institucionais

Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos
Representa a Instituição tanto para grupos internos quanto grupos externos	Supervisiona o trabalho da Faculdade
Mantém o apoio a programas acadêmicos existentes	Administra a criação de novos programas
Protege Turf	Administra mudanças rápidas
Provê justificção para a alocação de novos recursos	Mensura a satisfação e performance dos estudantes

Fonte: Ruch, 2001, p.115.

5.Singularidades adicionais?

Os dados demonstram as IES brasileiras poderiam ser classificadas como IES de graduação. Entretanto, mesmo na graduação o ensino superior brasileiro apresenta enormes desafios e singularidades. A começar pela diferença no turno do ensino ofertado.

5.1.Turno Noturno

Observe-se, na tabela abaixo, outra particularidade brasileira: 61,7% dos estudantes estão matriculados em turno noturno¹⁴, além disto, o percentual tem aumentado gradativamente ao longo dos anos. Se em 1999, quase 45% dos alunos ainda estudava durante o dia, em 2007 o percentual diminuiu para 38,3%. Enquanto o ensino diurno aumentou o número de matrículas em 821.961, o ensino noturno cresceu o dobro: 1.688.475 novos alunos se matricularam em cursos noturnos.

¹⁴ Outros países também ofertam ensino noturno, claro, mas normalmente esta não é a regra. O modelo institucional das *for profit* nos EUA, como a University of Phoenix, assim como os community colleges, constituem bom exemplo. O ensino noturno é oferecido para os estudantes que trabalham durante o dia e não tem tempo disponível para cursar as Universidades tradicionais norte-americanas. Entretanto, este tipo de ensino está inserido em um processo de diversificação das finalidades e das instituições de ensino superior. As *for profit*, assim como as faculdades locais, da comunidade, não conferem aos seus graduados essencialmente o mesmo diploma de uma Universidade tradicional. O ensino, tampouco se presta a ser o mesmo ofertado pelas Universidades, caracterizando-se por uma aspecto mais vocacional. A *predominância* do ensino noturno é uma característica tão particular do Brasil que dados internacionais, para adequada comparação sobre o tema são difíceis de encontrar. A OECD, por exemplo, registra adequadamente a informação. Para mais sobre o assunto ver: Albacht, Philip G. & Levy, Daniel C.:**Private Higher Education a Global Revolution**. Sense Publisher, 2005. Bailey, Thomas & Badway Norena. **For Profit Higher Education and Community Colleges**. Disponível em: <http://www.stanford.edu/group/ncpi/documents/pdfs/forprofitandcc.pdf> .

Vale ressaltar que os cursos noturnos, apesar de tratados pela regulação brasileira como cursos que oferecem a mesma qualidade que os diurnos¹⁵, na prática apresentam carga horária menor do que os cursos diurnos, ou em tempo integral¹⁶.

Tabela 12. Evolução das matrículas em cursos de graduação segundo o turno – Brasil – 1999-2007

Ano	Matrículas em cursos de graduação			% Matrículas	
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
1999	1.048.887	1.321.058	2.369.945	44,3	55,7
2000	1.183.907	1.510.338	2.694.245	43,9	56,1
2001	1.295.818	1.734.936	3.030.754	42,8	57,2
2002	1.476.158	2.003.755	3.479.913	42,4	57,6
2003	1.616.556	2.270.466	3.887.022	41,6	58,4
2004	1.709.385	2.454.348	4.163.733	41,1	58,9
2005	1.775.401	2.677.755	4.453.156	39,9	60,1
2006	1.828.976	2.847.670	4.676.646	39,1	60,9
2007	1.870.848	3.009.533	4.880.381	38,3	61,7
Variação	821.961	1.688.475	2.510.436	-	-
%	78,4	127,8	105,9	-	-

Se a média geral de ensino noturno no Brasil é de 67,7%, a média das Instituições privadas é um pouco maior, naturalmente: quase 70% do total de matrículas. As Universidades Federais apresentam o menor percentual, apenas 24,2% dos alunos matriculados em Instituições universitárias federais estudam à noite. Nas Faculdades, Escolas e Institutos a média de estudo noturno é de 75,5%. As Instituições municipais sejam elas Universidades, Centros Universitários ou Faculdades também ofertam ensino majoritariamente noturno¹⁷.

¹⁵ A LDB discorre sobre os cursos noturnos de ensino superior da seguinte maneira: “Art. 47. § 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária”. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm acesso em 24/07/2009.

¹⁶ Os cursos noturnos normalmente têm carga horária de 20 horas/aula semanais. A hora/aula noturna é de quarenta e cinco minutos. Ou seja, os estudantes noturnos só têm efetivamente, 15 horas/relogio de escolaridade semanal, o que corresponde a três horas por dia. Nos duzentos dias letivos, os estudantes dos cursos noturnos recebem apenas 600 horas de aulas. Para se ter uma idéia do que representa, comparativamente, esse volume de estudos, basta observar o sistema europeu de transferência de créditos, o ECTS. Tal sistema aponta para uma carga de trabalho no ano letivo em torno de 1560 horas de trabalhos discentes.

¹⁷ Podemos argumentar que as Instituições municipais estariam funcionando como as Community Colleges nos EUA. Atuam na formação dos profissionais que trabalham no mercado.

Tabela 13. Matrículas em curso de graduação em 30/4, por turno, segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa da IES – Brasil – 2007

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Matrículas na Graduação			% Noturno
	Diurno	Noturno	Total	
Total Geral	1.870.848	3.009.533	4.880.381	61,7%
Federal	458.261	157.281	615.542	25,6%
Estadual	278.673	204.141	482.814	42,3%
Municipal	39.465	103.147	142.612	72,3%
Privada	1.094.449	2.544.964	3.639.413	69,9%
Universidades	1.266.729	1.377.458	2.644.187	52,1%
Federal	438.538	139.998	578.536	24,2%
Estadual	261.109	178.476	439.585	40,6%
Municipal	21.146	43.417	64.563	67,2%
Privada	545.936	1.015.567	1.561.503	65,0%
Centros Universitários	213.785	467.153	680.938	68,6%
Municipal	3.016	14.601	17.617	82,9%
Privada	210.769	452.552	663.321	68,2%
Faculdades, Escolas, Institutos	355.232	1.091.886	1.447.118	75,5%
Federal	1.274	201	1.475	13,6%
Estadual	9.390	16.337	25.727	63,5%
Municipal	15.303	45.129	60.432	74,7%
Privada	329.265	1.030.219	1.359.484	75,8%
CET/FAT	35.102	73.036	108.138	67,5%
Federal	18.449	17.082	35.531	48,1%
Estadual	8.174	9.328	17.502	53,3%
Privada	8.479	46.626	55.105	84,6%

5.2. Idade dos alunos

A tabela 14 registra que a idade média do estudante brasileiro se manteve relativamente estável ao longo dos anos, a despeito da robusta taxa de expansão de matrículas. Se em 1999 a idade média era 25,3, em 2007 passou para 26,4 anos. O percentual por faixa etária, entretanto, mostra que o alunado brasileiro envelheceu um pouco. Se em 1999, mais de 60% dos estudantes estava na faixa etária de 15 a 24 anos, em 2007 apenas 55,0% se encontravam na mesma faixa. A faixa de 25 anos ou mais, por sua vez, apresentou um crescimento de exatos 7% saindo de 38% em 1999 para 45% em 2007.

Tabela 14. Perfil etário dos alunos matriculados no curso de graduação em 30/09 – Brasil – 1999-2007

Ano	Matriculados no ensino superior segundo a idade (em anos)					% matrículas por faixa etária (anos)			Idade média
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 ou mais	Total	15 a 24	25 ou mais	Total	
1999	11.315	1.553.863	421.124	538.679	2.524.981	62,0	38,0	100,0	25,3
2000	36.833	1.705.768	483.216	638.230	2.864.047	60,8	39,2	100,0	26,0
2001	26.868	2.070.441	665.341	969.575	3.732.225	56,2	43,8	100,0	27,0
2002	26.178	2.291.744	736.637	1.078.768	4.133.327	56,1	43,9	100,0	27,0
2003	42.129	2.481.650	741.246	1.084.440	4.349.465	58,0	42,0	100,0	26,2
2004	39.439	2.522.755	793.818	1.128.694	4.484.706	57,1	42,9	100,0	26,2
2007	62.141	3.110.533	1.097.793	1.497.813	5.768.280	55,0	45,0	100,0	26,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Pnads.

A tabela 15 também apresenta o perfil dos alunos, mas separa a classificação não só por faixa etária, mas também pelo tipo das Instituições (pública ou privada). A idade média dos estudantes do ensino superior público é quase dois anos menor do que a do ensino privado, ficando em 25,1 anos em comparação com 26,8 do segundo.

Nas duas categorias administrativas a maioria dos estudantes matriculados está na faixa etária considerada correta (ou idade de coorte). Neste aspecto o ensino superior público apresenta 11,1% a mais de alunos na idade ideal do que o ensino privado. O setor privado demonstra considerável concentração de alunos com mais de trinta anos, quase 30% do total. No total, 45% dos alunos brasileiros encontra-se na faixa etária acima dos 25 anos.

Tabela 15. Perfil etário dos alunos matriculados no curso de graduação em 30/09, segundo a rede de ensino – Brasil – 2007

Dep Adm	Matriculados no ensino superior segundo a idade (em anos)					Idade Média
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 ou mais	Total	
Total	62.141	3.110.533	1.097.793	1.497.813	5.768.280	26,4
	1,1%	53,9%	19,0%	26,0%	100,0%	
Público	15.103	811.082	227.723	244.759	1.298.667	25,1
	1,2%	62,5%	17,5%	18,8%	100,0%	
Privado	47.038	2.299.451	870.070	1.253.054	4.469.613	26,8
	1,1%	51,4%	19,5%	28,0%	100,0%	

Fonte: IBGE. Pnad. Tabulações do Observatório Universitário.

Com relação à taxa de escolarização líquida, a tabela 16 indica positiva evolução nos últimos anos, de 4,3 em 1991, para 13,2 em 2007. A taxa bruta passou de 7,1% para 25,7%.

Tabela 16. Taxa de escolarização bruta e líquida no ensino superior – Brasil – 1991-2007

Ano	População 18 a 24 anos, Mil pessoas (T)	Matriculados no ensino superior (Mil pessoas)				Taxa de escolarização	
		Total (B)	inferior à idade	grupo de idade oficial 18 a 24 (A)	superior à idade oficial 25 ou +	Bruta (B)/(T)x100	Líquida (A)/(T)x100
1991	19.322	1.376	19	833	524	7,1	4,3
1996	20.718	1.732	34	1.131	567	8,4	5,5
2001	22.940	3.732	27	2.070	1.635	16,3	9,0
2002	23.333	4.178	26	2.316	1.836	17,9	9,9
2003	23.646	4.714	43	2.548	2.123	19,9	10,8
2004	24.072	4.813	39	2.558	2.216	20,0	10,6
2005	24.433	5.190	60	2.772	2.358	21,2	11,3
2006	24.285	5.874	43	3.091	2.740	24,2	12,7
2007	23.845	6.125	62	3.151	2.912	25,7	13,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Contagem 1996 e Pnad's 2001 a 2007. Tabulações do Observatório Universitário.

Com relação ao gênero, os percentuais para homens e mulheres são exatamente os mesmos, nos anos de 1999 e 2007, com a predominância numérica do sexo feminino nos dois anos. Em 2007 havia quase um milhão a mais de estudantes do sexo feminino¹⁸.

Tabela 17. Gênero dos alunos matriculados nos cursos de graduação em 30/09 – Brasil – 1999 e 2007

Gênero	Matriculados nos cursos de graduação			
	1999		2007	
Masculino	1.082.345	42,9	2.476.555	42,9
Feminino	1.442.840	57,1	3.291.725	57,1
Total	2.525.185	100,0	5.768.280	100,0

Fonte: IBGE. Pnad's.

A tabela 18 aponta que não há diferença etária significativa entre homens e mulheres. A idade média dos homens matriculados no ensino superior é de 26,3 enquanto a idade média das mulheres é de 26,5 anos. Os percentuais também são basicamente os mesmos para cada faixa etária: a maior diferença é de 1,5% na faixa de 30 anos ou mais, o sexo feminino apresenta proporcionalmente mais mulheres com 30 anos ou mais nas IES.

¹⁸ Segundo dados da Unesco de 2003, a China matriculou 44% de mulheres; a Rússia 56%, o Chile 47%, a Índia 38%.

Tabela 18. Gênero e idade dos alunos matriculados nos cursos de graduação em 30/09 – Brasil – 2007

Gênero	Matriculados no ensino superior segundo a idade (em anos)					Idade média
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 ou mais	Total	
Masculino	28.177	1.343.825	483.820	620.733	2.476.555	26,3
	1,1%	54,3%	19,5%	25,1%	100,0%	
Feminino	33.964	1.766.708	613.973	877.080	3.291.725	26,5
	1,0%	53,7%	18,7%	26,6%	100,0%	
Total	62.141	3.110.533	1.097.793	1.497.813	5.768.280	

Fonte: IBGE. Pnad.

5.3. Trabalho durante o curso de graduação

As duas tabelas a seguir indicam que os estudantes brasileiros, em sua maioria, trabalham durante seus cursos de graduação. A tabela 19, elaborada a partir do questionário do provão de 2003, aponta que pouco mais de 60% dos estudantes afirmaram trabalhar em tempo parcial ou em tempo integral. O curso com o maior percentual de alunos trabalhando é o de ciências contábeis com 68% dos estudantes em tempo *integral*. A soma dos alunos que trabalhavam em tempo integral, com os de tempo parcial, engloba 90% dos estudantes. O curso de administração também apresenta alto percentual de alunos trabalhando (60,8%). Os cursos com os menores percentuais são: Odontologia (quase 80% não trabalhavam, Medicina (72,3%) e Fonoaudiologia (71,4%).

Tabela 19. Jornada de Trabalho e o custeio dos estudos dos graduandos dos cursos – Provão – 2003

Curso	Jornada de Trabalho				Total	Bolsa de Estudo - Nenhuma
	Não exerceu atividade remunerada	Trabalhou em tempo parcial	Trabalhou em tempo integral	Total		
Total	38,1	36,5	25,4	100	70,2	
Administração	14,2	25	60,8	100	70,4	
Agronomia	61,7	36,1	2,2	100	68,9	
Arquitetura e Urbanismo	42,7	47,1	10,2	100	74,2	
Ciências Biológicas	36	39,4	24,6	100	66,2	
Ciências Contábeis	11,9	20,1	68	100	69,2	
Comunicação Social	29,9	45,3	24,8	100	69,9	
Direito	32,6	32,5	34,9	100	72,2	
Economia	20,6	29,3	50,1	100	75,9	
Enfermagem	51,2	34,5	14,3	100	65,2	
Engenharia Civil	40,3	40,3	19,4	100	76,2	

Curso	Jornada de Trabalho				Bolsa de Estudo - Nenhuma
	Não exerceu atividade remunerada	Trabalhou em tempo parcial	Trabalhou em tempo integral	Total	
Engenharia Elétrica	36,3	32,6	31,1	100	71,6
Engenharia Mecânica	34,8	32,1	33,1	100	74
Engenharia Química	41,4	38	20,6	100	72,8
Farmácia	62,1	26,8	11,1	100	70,6
Física	24,3	53,2	22,5	100	70,3
Fonoaudiologia	71,4	24,2	4,4	100	66,4
Geografia	23,1	44	32,9	100	71,6
História	22,3	44,6	33,1	100	68,7
Letras	20,1	48,1	31,8	100	68,8
Matemática	19,6	44,9	35,5	100	67,9
Medicina	72,3	27	0,7	100	78,6
Medicina Veterinária	69,2	29,7	1,1	100	71
Odontologia	79,8	18,4	1,8	100	72
Pedagogia	16,1	47,2	36,7	100	61,2
Psicologia	43,9	38,9	17,2	100	64,7
Química	27,8	39,8	32,4	100	67,8

Fonte: MEC/INEP. Exame Nacional de Cursos (Provão)

Os dados a seguir foram extraídos da Pnad de 2007 e indicam que 76% dos estudantes trabalhavam durante o período de graduação. Nas IES particulares o predomínio de estudantes/trabalhadores é de 80%.

Tabela 20. Condição de ocupação na semana de referência dos matriculados no ensino superior – Brasil – 2007

Condição de Ocupação na semana de referência	Matriculados no ensino superior					
	Total	%	IES Pública		IES Privada	
			Total	%	Total	%
Total	5.794.127	100%	1.310.934	100%	4.483.193	100%
Trabalhavam	4.063.275	70%	761.175	58%	3.302.100	74%
Não trabalhavam	1.730.852	30%	549.759	42%	1.181.093	26%
Total Trabalhavam	4.063.275	100%	761.175	100%	3.302.100	100%
Até 14 horas	136.803	3,4%	47.559	6,2%	89.244	2,7%
De 15 a 39 hs	1.160.025	28,5%	307.942	40,5%	852.083	25,8%
40h ou mais	2.766.447	68,1%	405.674	53,3%	2.360.773	71,5%

Fonte: IBGE, Pnad. Tabulações do Observatório Universitário.

5.4. Horas por semana de estudo discente

A tabela 21 registra, com base nos dados do provão de 2003, o tempo que os alunos dedicam aos estudos *fora* da sala de aula, por semana. Apenas 11,5% dos matriculados afirmam estudar mais de 8 horas por semana. Quase 35,1% estudam entre 1 e 2 horas. Os cursos de administração e ciências contábeis apresentaram os maiores percentuais de estudantes que dedicam apenas 1 a 2 horas por semana aos estudos, 47,9% e 46,9%, respectivamente. Na outra ponta estão os estudantes de medicina e arquitetura e urbanismo: cerca de 33% dos estudantes de medicina e 31% dos de arquitetura afirmaram estudar mais de 8 horas por semana.

Tabela 21. Horas por semana dedicado aos estudos, excetuando as horas de aula – Concluintes participantes do Provão 2003

Curso	Tempo dedicado aos estudos				Total
	1 a 2 horas	3 a 5 horas	6 a 8 horas	Mais de 8 horas	
Total	35,1	33,6	19,8	11,5	100,0
Administração	47,9	27,3	21,3	3,5	100,0
Agronomia	31,3	37,0	20,6	11,1	100,0
Arquitetura e Urbanismo	17,4	30,5	21,2	30,9	100,0
Ciências Biológicas	34,7	36,2	18,8	10,3	100,0
Ciências Contábeis	46,9	29,2	19,7	4,2	100,0
Comunicação Social	42,3	30,3	21,2	6,2	100,0
Direito	41,0	29,6	21,3	8,1	100,0
Economia	41,0	32,4	19,3	7,3	100,0
Enfermagem	32,0	36,9	18,8	12,3	100,0
Engenharia Civil	31,0	34,3	21,5	13,2	100,0
Engenharia Elétrica	30,0	32,9	22,9	14,2	100,0
Engenharia Mecânica	32,6	33,3	22,0	12,1	100,0
Engenharia Química	24,5	34,2	23,3	18,0	100,0
Farmácia	26,2	36,6	21,5	15,7	100,0
Física	19,1	31,2	21,4	28,3	100,0
Fonoaudiologia	22,8	39,7	20,1	17,4	100,0
Geografia	39,6	33,7	17,5	9,2	100,0
História	34,4	36,0	18,1	11,5	100,0
Letras	38,2	34,4	17,6	9,8	100,0
Matemática	35,1	33,5	18,7	12,7	100,0
Medicina	14,5	31,9	20,7	32,9	100,0
Medicina Veterinária	31,9	35,1	21,2	11,8	100,0
Odontologia	30,6	36,7	20,3	12,4	100,0
Pedagogia	41,2	34,1	16,7	8,0	100,0
Psicologia	25,4	39,0	20,8	14,8	100,0
Química	28,5	36,4	19,8	15,3	100,0

Fonte: MEC/INEP. Exame Nacional de Cursos (Provão)

5.5. Profissionalização precoce, conteúdos impertinentes e restrições à expansão¹⁹

Se na graduação há mais cursos relacionados a profissões regulamentadas, cursos vocacionais, na pós-graduação o perfil dominante inclui cursos relacionados a disciplinas.

A tabela 22 indica que quase 80% das matrículas de graduação refere-se a cursos com profissões regulamentadas. O curso mais procurado é o de administração, com 15% do total de matrículas, bem como, o segundo maior número de programas em IES.

Tabela 22 . Profissões Regulamentadas de Nível Superior – Brasil – 2004

Nome do Curso/Programas	Cursos/Programas		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total Brasil	18.644	100%	4.163.733	100,0%
Regulamentadas	12.505	67,1%	3.317.158	79,7%
1 Administrador	1.734	9,3%	620.718	14,9%
2 Advogado	729	3,9%	533.317	12,8%
3 Agrimensor	10	0,1%	1.660	0,0%
4 Arquiteto	180	1,0%	47.675	1,1%
5 Arquivista	9	0,0%	1.599	0,0%
6 Assistente Social	161	0,9%	36.073	0,9%
7 Atuário	13	0,1%	1.771	0,0%
8 Bibliotecário	36	0,2%	6.894	0,2%
9 Biólogo	507	2,7%	91.491	2,2%
10 Biomédico	54	0,3%	6.711	0,2%
11 Contabilista	763	4,1%	162.150	3,9%
12 Economista	266	1,4%	59.020	1,4%
13 Economista Doméstico	9	0,0%	1.308	0,0%
14 Enfermeiro	415	2,2%	120.851	2,9%
15 Engenheiro	971	5,2%	247.748	6,0%
16 Engenheiro Agrônomo	130	0,7%	31.522	0,8%
17 Engenheiro de Segurança ¹	-	----	-	----
18 Estatístico	26	0,1%	4.628	0,1%
19 Farmacêutico	237	1,3%	61.277	1,5%
20 Fisioterapeuta	339	1,8%	95.749	2,3%
21 Fonoaudiólogo	99	0,5%	13.123	0,3%
22 Geógrafo	425	2,3%	54.187	1,3%

¹⁹ O tema sobre ensino superior profissionalizante já foi explorado em outros trabalhos do Instituto DataBrasil, para mais sobre o assunto ver: (1) Nunes, Edson & Molhano, Leandro. A outra reforma do Conhecimento. In: Velloso, João Paulo R. & Albuquerque, Robert.C. **Novo modelo de educação para o Brasil**. INAE, 2004. (2) Nunes, Edson. **Ensino Universitário, Corporação e Profissão: Paradoxos e Dilemas Estratégicos do Brasil**. Disponível em: http://www.databrasil.org.br/DataBrasil/..%5Cpdf_docs%5CDoctrab55.pdf ; Nunes, Edson, **Desafio Estratégico da Política Pública: O Ensino Superior Brasileiro**. Texto preparado para o número que celebra o quadragésimo aniversário da RAP, Revista de Administração Pública, da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

Nome do Curso/Programas	Cursos/Programas		Matrículas	
	Total	%	Total	%
23 Geólogo	18	0,1%	3.188	0,1%
24 Jornalista	605	3,2%	187.701	4,5%
25 Médico	136	0,7%	64.965	1,6%
26 Meteorologista	6	0,0%	801	0,0%
27 Museólogo	2	0,0%	174	0,0%
28 Músico	84	0,5%	6.970	0,2%
29 Nutricionista	201	1,1%	38.929	0,9%
30 Odontologia	174	0,9%	46.039	1,1%
31 Orientador Educacional ²	-	----	-	----
32 Professor ³	2.478	13,3%	389.591	9,4%
33 Profissional de Educação Física	469	2,5%	136.605	3,3%
34 Psicólogo	272	1,5%	94.501	2,3%
35 Químico	248	1,3%	33.190	0,8%
36 Relações Públicas	19	0,1%	1.943	0,0%
37 Secretário	144	0,8%	17.829	0,4%
38 Sociólogo	108	0,6%	20.071	0,5%
39 Tecnólogo ⁴	207	1,1%	25.839	0,6%
40 Terapeuta Educacional	39	0,2%	5.385	0,1%
41 Treinador de Futebol	-	0,0%	-	0,0%
42 Veterinário	119	0,0%	34.657	0,8%
43 Zootecnista	63	0,0%	9.308	0,2%
Não regulamentadas⁵	6.139	32,9%	846.575	20,3%

Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior, 2004. Tabulações do Observatório Universitário.

Notas: ¹ Não foi localizado nem um curso com essa denominação ou com denominação equivalente.

² Computado junto com professor tendo em vista o Decreto n.72.846 que regulamenta.

³ Considera os alunos de pedagogia e os de formação de professor.

⁴ Mecânica, mineração e extração nos termos da Lei 5.194/66 que dispõe sobre o exercício dos tecnólogos.

⁵ Registre-se ainda que em setembro de 2005 estavam em tramitação no Congresso 73 propostas de regulamentação de profissões das quais 18 referidas a profissões de nível superior.

Na pós-graduação, a história é um pouco distinta. O maior número de cursos de pós-graduação (mestrado ou doutorado) está na área de conhecimento interdisciplinar. Além disto, o curso de ciências biológicas, que apresenta baixo número de matrículas na graduação (apenas 5% do total), oferece elevado número de cursos de pós. No outro extremo está a carreira de administrador: campeã em matrículas na graduação, só oferta 17 programas de mestrado e doutorado, ficando atrás de 12 outras disciplinas.

Tabela 23. Nº dos diferentes nomes de programas de mestrado/doutorado, por área de conhecimento.

Área de Conhecimento	Nº de Nomes de Programas
Interdisciplinar	141
Medicina	117
Ciências Biológicas	106
Engenharias	103
Ciências Agrárias	87
Letras/Linguística	53
Odontologia	34
Geociências	26
Ensino de Ciências e Matemática	24
Veterinária	24
Psicologia	23
Ecologia e Meio Ambiente	19
Administração	15
Ciência da Computação	14
Comunicação	14
Educação	14
Planejamento Urbano	14
Química	14
Ciência de Alimentos	13
Direito	13
Farmácia	13
Economia	12
Educação Física	12
Saúde Coletiva	12
Astronomia/Física	11
Filosofia	9
História	9
Arquitetura e Urbanismo	8
Artes / Música	8
Zootecnia	8
Ciência Política e Rel.Intern.	7
Ciências Contábeis	7
Enfermagem	7
Matemática/Estatística	7
Antropologia/Arqueologia	6
Sociologia	6
Geografia	5
Ciências Sociais Aplicadas	4
Ciência da Informação	2

Fonte: MEC/CAPES. Tabulação do Observatório Universitário.

Com relação aos egressos, de um total de cerca de 40 mil titulados²⁰ a área que mais titulou mestres e doutores, em 2008, foi a de educação, com 2.468. Direito e Engenharia Elétrica ficaram em segundo e terceiro lugar com 1.356 e 985 (respectivamente). Destaque para os cursos de Química, Letras e História, que na graduação apresentam baixo número de alunos e na pós estão entre os 10 cursos que mais titulam.

Tabela 24. Titulados no Mestrado/Doutorado por programa – Brasil - 2008

Programa	Titulados no Mestrado/Doutorado		
	Total	%	% Acumulado
TOTAL	39.294	100,0	-
1 Educação	2.468	6,3	6,3
2 Direito	1.356	3,5	9,7
3 Engenharia elétrica	985	2,5	12,2
4 Administração	796	2,0	14,3
5 Química	787	2,0	16,3
6 Letras	693	1,8	18,0
7 Engenharia mecânica	691	1,8	19,8
8 História	678	1,7	21,5
9 Engenharia civil	604	1,5	23,1
10 Odontologia	556	1,4	24,5
11 Engenharia de produção	545	1,4	25,9
12 Física	542	1,4	27,2
13 Psicologia	515	1,3	28,5
14 Geografia	482	1,2	29,8
15 Enfermagem	454	1,2	30,9
16 Engenharia química	416	1,1	32,0
17 Zootecnia	404	1,0	33,0
18 Filosofia	389	1,0	34,0
19 Ciências da computação	386	1,0	35,0
20 Economia	365	0,9	35,9
21 Ciências da saúde	323	0,8	36,7
22 Ciências sociais	311	0,8	37,5
23 Saúde coletiva	310	0,8	38,3
24 Agronomia	308	0,8	39,1
25 Arquitetura e urbanismo	285	0,7	39,8
26 Sociologia	282	0,7	40,5
27 Matemática	275	0,7	41,2
28 Ciências farmacêuticas	249	0,6	41,9
29 Lingüística	241	0,6	42,5
30 Medicina veterinária	237	0,6	43,1

²⁰ Em 2006 os EUA titularam um total de 594.065 mestres e 56.067 doutores. A Alemanha formou 23.843 doutores e 14.219 mestres. O Canadá, em 2005 formou 3.206 mestres 29.191 doutores. A China formou 18.625 mestres em 2003 e a Índia 6.080 mestres também em 2003. Fontes: *U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, Higher Education General Information Survey (HEGIS); -<http://www.cags.ca>; In: World Class Worldwide. 2007.

	Programa	Titulados no Mestrado/Doutorado		
		Total	%	% Acumulado
31	Serviço social	226	0,6	43,7
32	Educação física	220	0,6	44,2
33	Engenharia agrícola	188	0,5	44,7
34	Ciências veterinárias	185	0,5	45,2
35	Ciência de alimentos	178	0,5	45,6
36	Música	170	0,4	46,1
37	Saúde pública	167	0,4	46,5
38	Comunicação	165	0,4	46,9
39	Informática	156	0,4	47,3
40	Ciência animal	155	0,4	47,7
41	Biotecnologia	151	0,4	48,1
42	Ecologia	149	0,4	48,5
43	Administração de empresas	147	0,4	48,8
44	Estudos literários	146	0,4	49,2
45	Ciências biológicas (zoologia)	144	0,4	49,6
46	Ciência e tecnologia de alimentos	141	0,4	49,9
47	Patologia	140	0,4	50,3
48	Ciência política	128	0,3	50,6
49	Engenharia ambiental	126	0,3	50,9
50	Ciências médicas	119	0,3	51,2
51	Clínica médica	119	0,3	51,5
52	Artes	114	0,3	51,8
53	História social	114	0,3	52,1
54	Genética e biologia molecular	112	0,3	52,4
55	Comunicação social	112	0,3	52,7
56	Psicologia (psicologia clínica)	108	0,3	53,0
57	Farmacologia	107	0,3	53,2
58	Biologia celular e molecular	103	0,3	53,5
59	Educação matemática	100	0,3	53,8
60	Outros programas*	18.171	46,2	100,0

Fonte: CAPES. Consulta às estatísticas do site. Tabulação do Observatório Universitário.

Nota: * São 756 programas com uma média de 24 titulados por programa, como por exemplo: Botânica, Nutrição, Ciência do Solo, Cirurgia, Genética, Medicina Tropical, Ecologia e Recursos Naturais, Distúrbios da Comunicação Humana, Gerontologia, Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Tabela 25. Exemplo de nomes de programas – Medicina

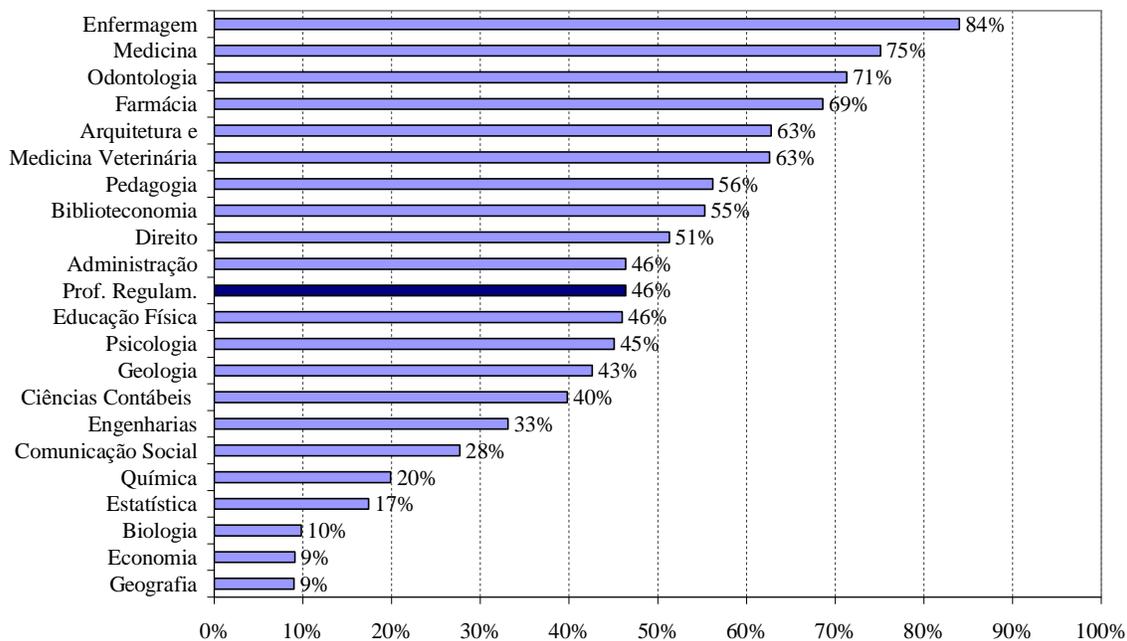
Nome do Programa – Área Medicina	Quantidade
(Medicina) Tecnologia E Intervenção Em Cardiologia	1
Alergia E Imunopatologia	1
Alimentação, Nutrição E Saúde	1
Análises Clínicas	1
Anestesiologia	2
Bases Gerais Da Cirurgia	1
Biociências	1
Cardiologia	1
Ciência Da Nutrição	1
Ciências (Fisiopatologia Experimental)	1
Ciências Cardiovasculares	1
Ciências Da Nutrição	1
Ciências Da Saúde	18
Ciências Em Gastroenterologia	1
Ciências Médicas	6
Ciências Médicas: Endocrinologia	1
Ciências Médicas: Pediatria	1
Ciências Médicas: Psiquiatria	1
Ciências Pneumológicas	1
Cirurgia E Experimentação	1
Cirurgia Plástica	1
Clínica Médica	4
Doenças Infecciosas	1
Doenças Infecciosas E Parasitárias	2
Doenças Tropicais	2
Economia Da Saúde	1
Endocrinologia	1
Fisiopatologia Clínica E Experimental	1
Fisiopatologia E Ciências Cirúrgicas	1
Fisiopatologia Em Clínica Médica	1
Fisiopatologia Médica	1
Gastroenterologia Clínica	1
Ginecologia E Obstetrícia	1
Infectologia	1
Infectologia E Medicina Tropical	1
Informática Em Saúde	1

Fonte: MEC/CAPES. Tabulação do Observatório Universitário.

O trabalho efetivo dos egressos da graduação aponta relevantes discrepâncias entre a escolha do curso e atividade que a ele se segue. Poucos egressos de fato trabalham na área em que estudaram, indicando uma singularidade e um paradoxo: o Brasil caracteriza-se

como um país que oferta ensino superior voltado para as profissões regulamentadas, mas que forma estudantes que dificilmente seguem a carreira que escolheram na graduação.

Gráfico 9. Pessoas de 23 anos ou mais trabalhando em área correspondente ao diploma – Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Observatório Universitário.

5.6. Restrições ao acesso ao Ensino Superior

Observe-se que 55,7% dos estudantes do ensino superior pertencem aos 20% das famílias mais ricas (9º e 10º decis). O acesso aos cursos de mestrado e doutorado são naturalmente mais excludentes: 80% de seus alunos são dos 20% das famílias mais ricas. O último decil de renda concentra 32,7% das matrículas em IES, e 60,6% dos estudantes de mestrado e doutorado.

Tabela 26. Distribuição dos estudantes por décimos de rendimento mensal familiar, segundo os níveis de ensino – Brasil – 2002 e 2007

Nível de Ensino	Ano	Distribuição dos estudantes (%)										
		Decis ¹ de rendimento mensal familiar										Total
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	
Fundamental	2002	11,3	9,6	12,9	10,6	11,6	10,7	10,0	9,6	7,2	6,5	100,0
	2007	13,6	11,6	13,3	10,6	11,0	9,8	9,1	8,1	6,9	6,0	100,0
Médio	2002	5,3	5,1	7,2	6,8	9,6	10,6	12,7	15,1	14,1	13,4	100,0
	2007	7,6	7,8	8,9	8,8	10,2	10,7	11,6	12,1	11,6	10,7	100,0
Graduação	2002	1,2	0,6	1,2	1,3	2,8	4,3	7,0	13,7	22,9	44,9	100,0
	2007	1,7	1,6	2,6	2,9	5,0	5,8	10,0	14,8	23,0	32,7	100,0
Mestr/Dout.	2002	0,1	-	-	0,3	0,5	1,4	2,6	6,3	18,1	70,7	100,0
	2007	1,4	0,1	0,9	0,6	1,7	1,4	5,0	9,2	19,2	60,6	100,0

Fonte: IBGE, Pnad's. Tabulações do Observatório Universitário.

Nota: ¹ Os decis da renda familiar utilizados para o cálculo são:

Em 2002: D₁=R\$180 ; D₂=R\$245 ; D₃=R\$350 ; D₄=R\$445 ; D₅=R\$580 ; D₆=R\$740 ; D₇=R\$1.000 ; D₈=R\$1.400 e D₉=R\$2.362.

Em 2007: D₁=R\$350 ; D₂=R\$474 ; D₃=R\$650 ; D₄=R\$800 ; D₅=R\$1.004 ; D₆=R\$1.280 ; D₇=1.640 ; D₈=R\$2.250 e D₉=R\$3.600.

Tabela 27. . Distribuição dos estudantes por grupos de décimo de rendimento mensal familiar, segundo o nível de ensino e a rede – Brasil – 2002 e 2007 Grupos de Decis dos

Nível de Ensino	Distribuição dos estudantes (%)							
	2002				2007			
	1º ao 4º	5º ao 8º	9º ao 10º	Total	1º ao 4º	5º ao 8º	9º ao 10º	Total
	40% (-)		20% (+)		40% (-)		20% (+)	
Fundamental	44,4	41,9	13,7	100,0	49,1	38,0	12,8	100,0
Pública	48,4	43,0	8,6	100,0	53,6	38,7	7,7	100,0
Privada	10,3	31,6	58,0	100,0	15,5	33,0	51,5	100,0
Médio	24,4	48,0	27,5	100,0	24,4	48,0	27,5	100,0
Pública	27,9	52,4	19,8	100,0	37,2	47,1	15,7	100,0
Privada	6,6	25,4	68,1	100,0	7,8	28,9	63,3	100,0
Superior	4,3	27,8	67,8	100,0	4,3	27,8	67,8	99,9
Pública	7,3	36,0	56,7	100,0	12,6	37,4	50,1	100,0
Privada	3,4	24,7	72,0	100,0	7,7	34,9	57,4	100,0

Fonte: IBGE, Pnad's. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 10 . Distribuição dos estudantes da graduação Privada segundo os decis de renda familiar – Brasil – 2002 e 2007

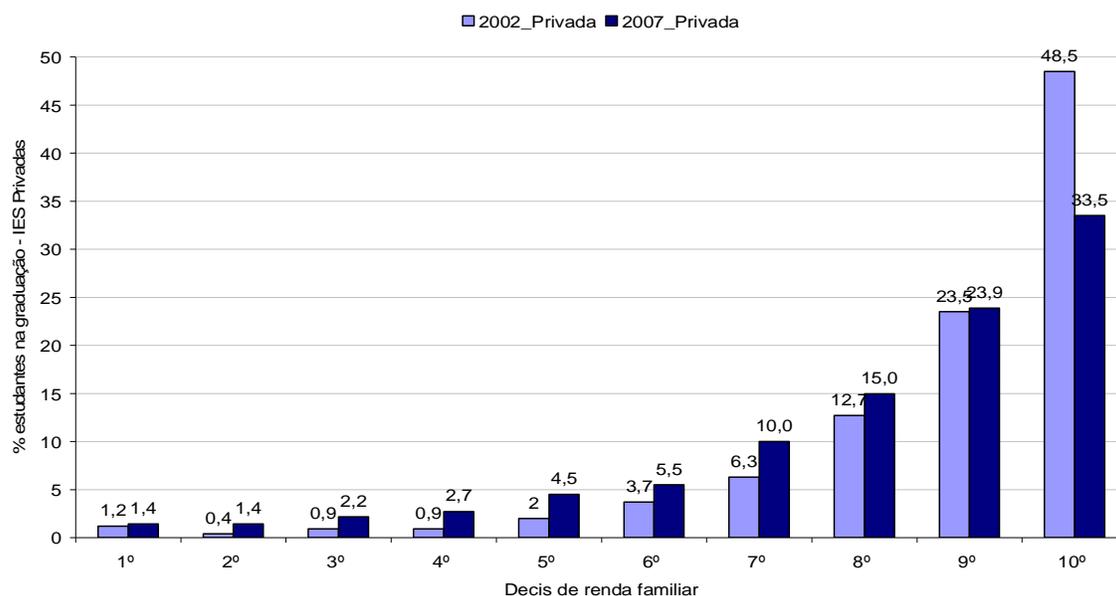
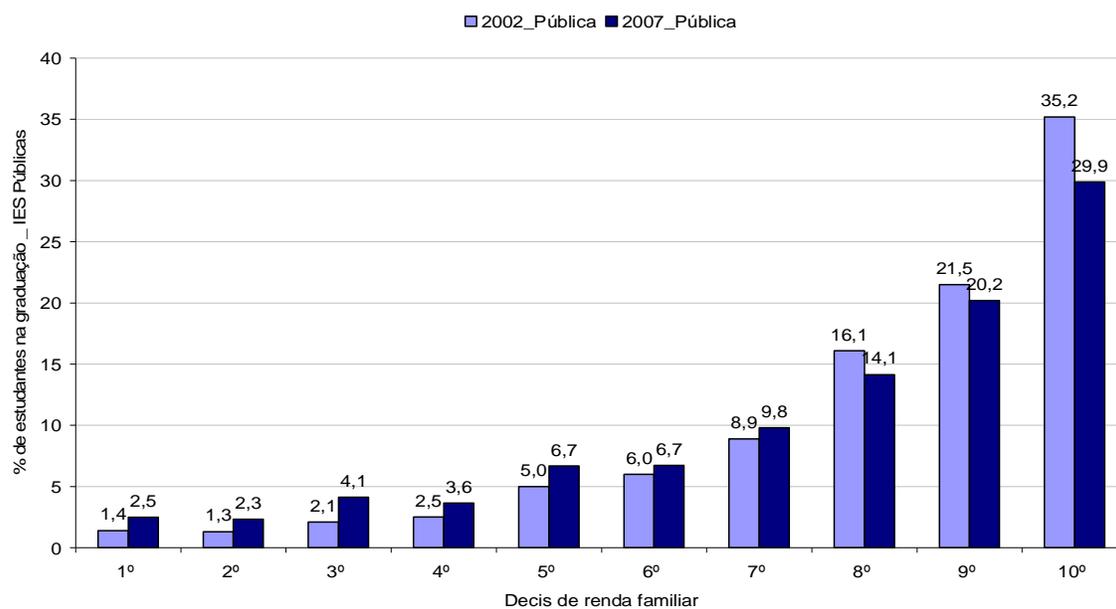


Gráfico 11 . Distribuição dos estudantes da graduação Pública segundo os decis de renda familiar – Brasil – 2002 e 2007



Compare-se agora a renda da demanda potencial ao ensino superior com a renda dos estudantes matriculados neste nível de ensino. A demanda potencial ao ensino superior, na faixa etária adequada, seria constituída por pessoas de 17 a 23 anos com ensino médio

completo, ou cursando a 3ª série do ensino médio²¹. Em 2007, segundo a PNAD do IBGE, a demanda potencial era formada por 8.511.293 pessoas.

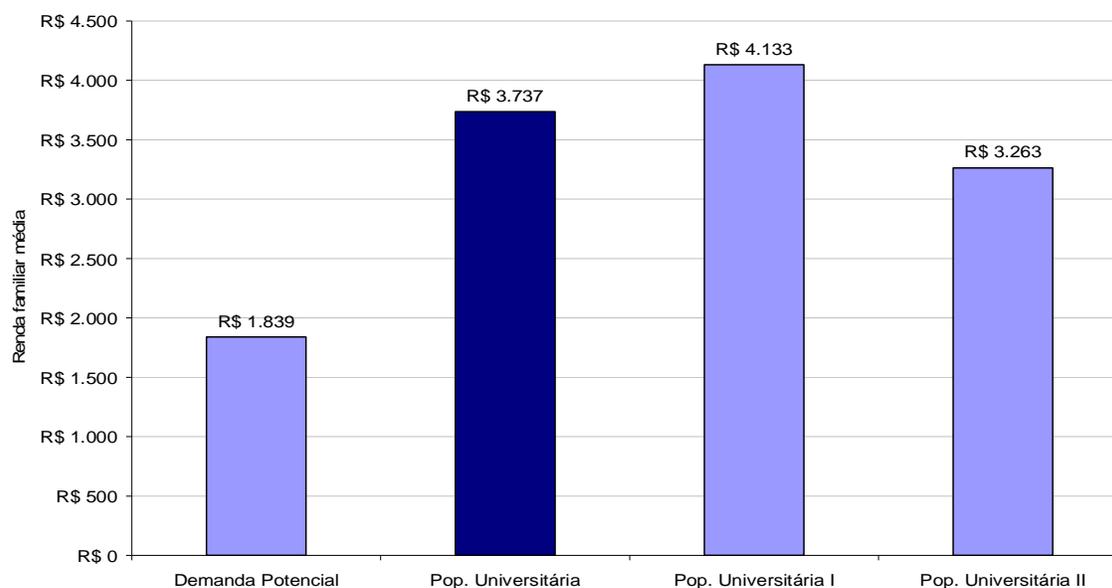
Tabela 28 – Evolução da Demanda Potencial – Brasil – 1995-2001

Descrição	Variável	1997	2001	2003	2005	2007
Estudantes com idade entre 17 a 23 anos na 3ª série do 2º grau	Nº	1.348.677	2.179.023	2.447.054	2.543.249	2.374.101
	Índice	100	162	181	189	176
Não estudantes com idade entre 17 e 23 anos com 2º grau completo	Nº	3.045.947	5.124.673	4.971.514	5.841.749	6.137.192
	Índice	100	168	163	192	201
Total = Demanda Potencial	Nº	4.394.624	7.303.696	7.418.568	8.384.998	8.511.293
	Índice	100	166	169	191	194

Fonte: IBGE, Pnad. Tabulações do Observatório Universitário.

Comparando a renda familiar da demanda potencial com a da população universitária atual, verifica-se que a renda familiar média dos que estão matriculados no ensino superior é de R\$3.737, enquanto a renda da demanda potencial é R\$1.839. A renda dos que estão no ensino superior é, em média, cerca de 2,1 vezes maior do que a renda dos que não estão no ensino superior.

Gráfico 12 – Renda Familiar Média da Demanda Potencial e da População Universitária – Brasil - 2007



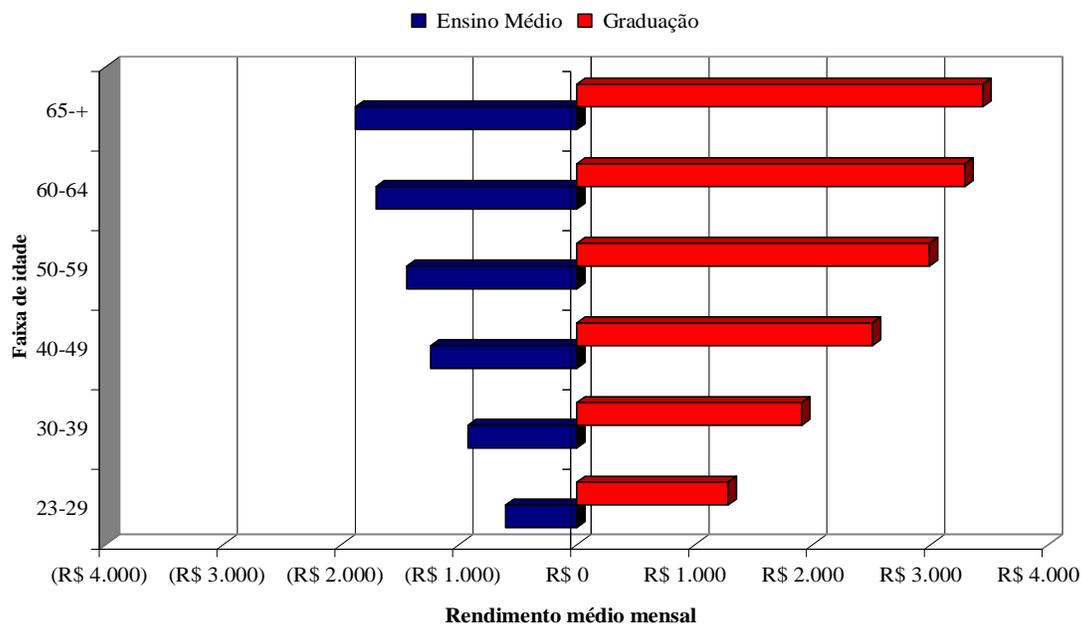
Fonte: IBGE, Pnad. Tabulações do Observatório Universitário.

Nota: População Universitária tipo I = estudantes de 18 a 24 anos do ensino superior.
População Universitária tipo II = estudantes de 25 anos ou mais do ensino superior.

²¹ O ENEM 2001 permitiu observar algumas características dos concluintes do ensino médio quanto às suas perspectivas futuras. Segundo o Relatório Pedagógico de 2001, prestar vestibular é a principal meta para a maioria dos jovens que participaram do ENEM. A maioria (57,6%) tinha como principal decisão prestar vestibular e continuar seus estudos; para 18% a decisão era prestar vestibular e continuar trabalhando. Mais de 20% dos concluintes não se mostraram inclinados à imediata busca de educação superior.

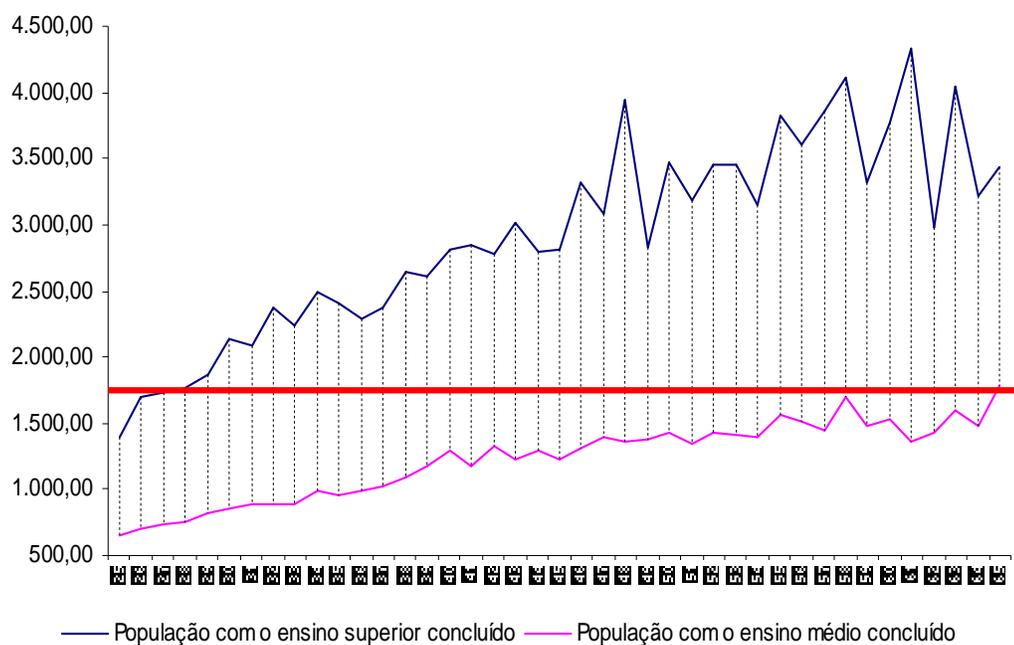
11. Prêmio da educação superior

Gráfico 13 . Rendimento médio mensal (R\$) em todos os trabalhos, segundo a faixa etária e o nível de instrução – Brasil - 2000



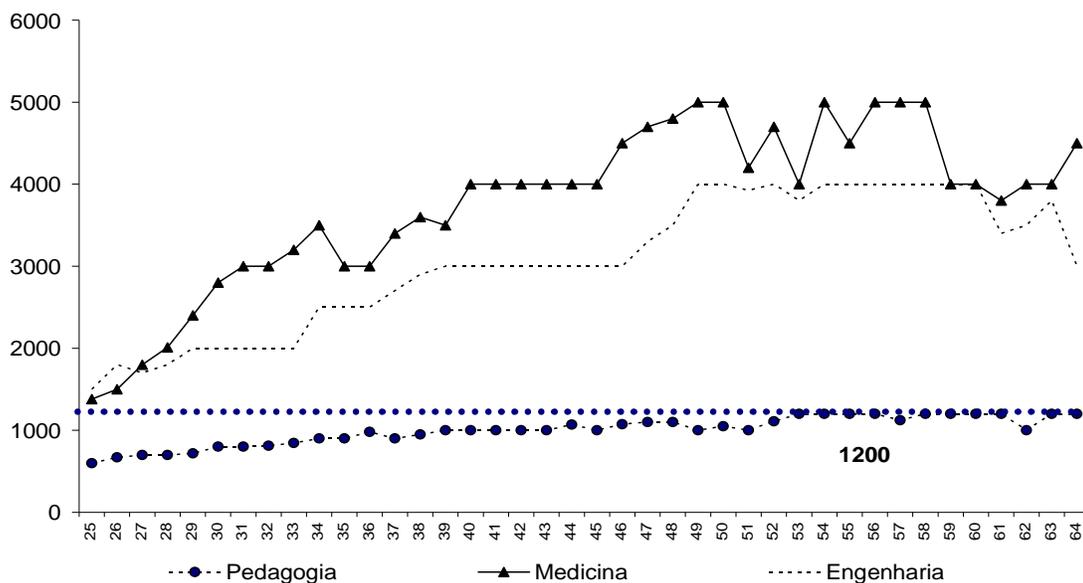
Fonte: IBGE, Pnad 2005. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 14. Rendimento médio e mediano de todos os trabalhos das pessoas com 23 anos ou mais por curso mais elevado concluído – Brasil - 2005



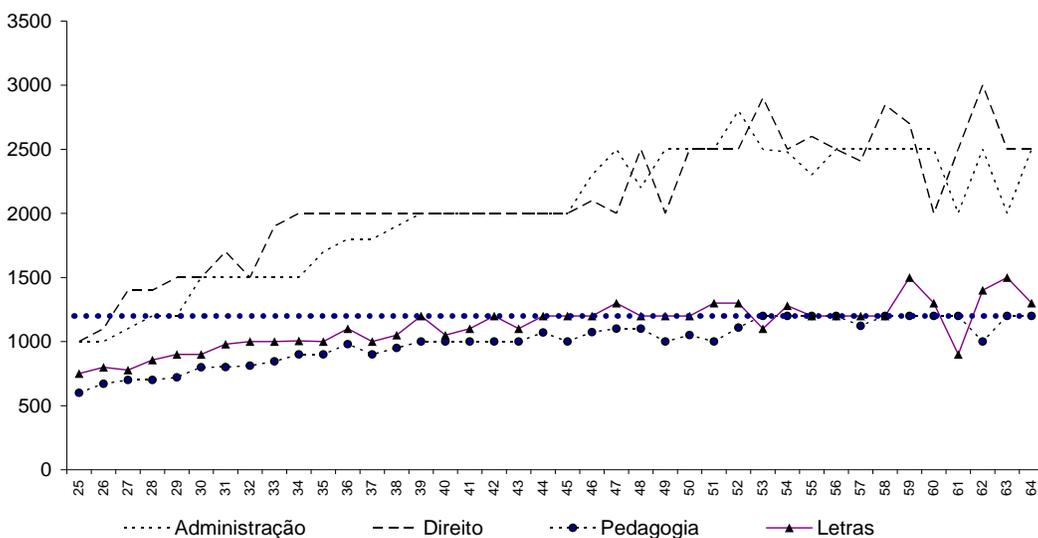
Fonte: IBGE, Pnad 2005. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 15 . Rendimento mediano (R\$) em todos os trabalhos, para os cursos de Medicina e Engenharia, segundo a idade – Sudeste - 2000



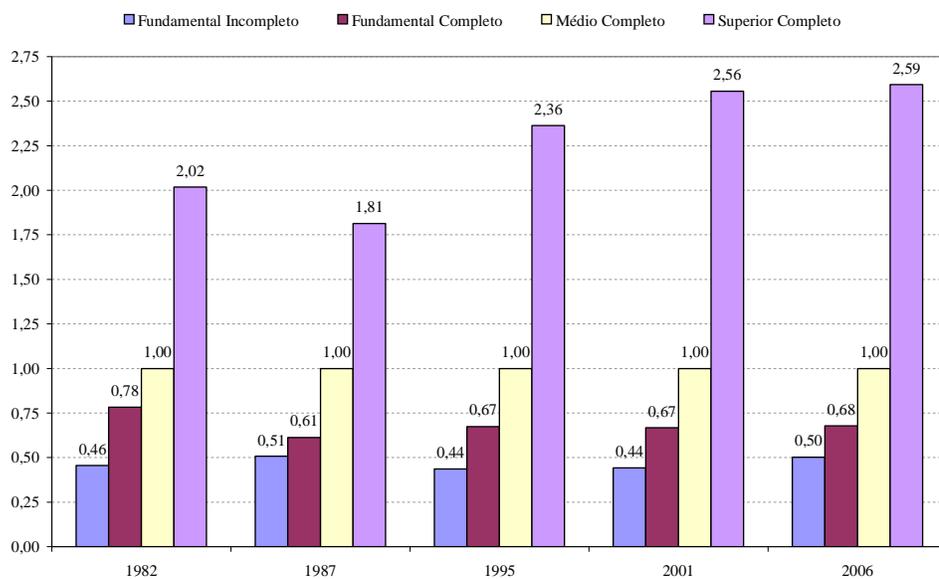
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 16 - Rendimento mediano (R\$) em todos os trabalhos, para os cursos de Direito, Administração e Letras, segundo a idade – Sudeste - 2000



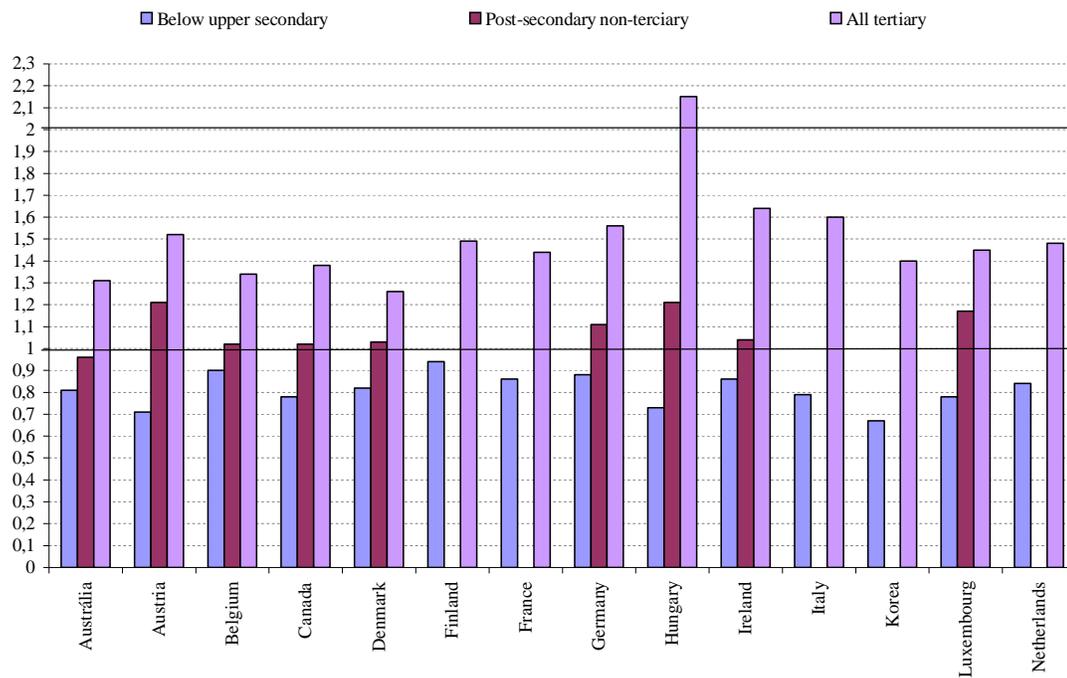
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 17. Índice do efeito multiplicador da educação no rendimento médio da população de 25-64 anos – Brasil (ensino médio completo = 1,00)



Fonte: IBGE, Pnads. Tabulações do Observatório Universitário.

Gráfico 18. Índice do efeito multiplicador da educação no rendimento médio da população de 25-64 anos – Países Seleccionados – 2004 e 2005



Fonte: OECD, Education at a Glance, 2007.

5.7. Tipos de Carreiras Docente

Uma característica relevante para a classificação das Universidades Internacionais é a presença, ou não, de docentes em tempo integral²². As tabelas abaixo demonstram, obviamente, que as IES públicas contratam mais professores em tempo integral do que as IES particulares, 75,2% no setor público contra apenas 17,7% no setor privado. Mais da metade dos professores das Instituições privadas é se caracterizam como docentes horistas. As Universidades Federais são as que mais contratam professores em tempo integral, 84,3%. AS Universidades Municipais apresentam quase o mesmo número de docentes em tempo parcial, integral e horistas.

Tabela 29. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Regime de Trabalho – Brasil – 2007

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Funções Docentes				% Tempo Integral
	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	
Total Geral	334.688	125.818	68.647	140.223	37,6%
Público	115.865	87.147	19.803	8.915	75,2%
Federal	63.302	53.413	8.500	1.389	84,4%
Estadual	44.346	31.781	9.361	3.204	71,7%
Municipal	8.217	1.953	1.942	4.322	23,8%
Privada	218.823	38.671	48.844	131.308	17,7%
Universidades	178.128	100.483	37.133	40.512	56,4%
Públicas	102.241	79.651	17.337	5.253	77,9%
Federal	56.833	47.888	7.657	1.288	84,3%
Estadual	41.202	30.296	8.507	2.399	73,5%
Municipal	4.206	1.467	1.173	1.566	34,9%
Privada	75.887	20.832	19.796	35.259	27,5%
C.Universitários	35.523	7.559	8.271	19.693	21,3%
Municipal	611	140	64	407	22,9%
Privada	34.912	7.419	8.207	19.286	21,3%

²² Para mais sobre as classificações e rankings, ver: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. **World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007. E: Marginson, Simon & Wende, Marijk van der, **To Ranko or to be Ranked: The Impact of Global Rankings in Higher Education**. In: Journal of Studies in International Higher Education, 2007. Acesso disponível em: <http://jsi.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/3-4/306>.

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Funções Docentes				% Tempo Integral
	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	
Fac., Esc., Institutos	108.043	11.937	21.793	74.313	11,0%
Pública	6.030	2.031	1.548	2.451	33,7%
Federal	390	362	28	-	92,8%
Estadual	2.240	1.323	815	102	59,1%
Municipal	3.400	346	705	2.349	10,2%
Privada	102.013	9.906	20.245	71.862	9,7%
CET/FAT	12.994	5.839	1.450	5.705	44,9%
Público	6.983	5.325	854	804	76,3%
Federal	6.079	5.163	815	101	84,9%
Estadual	904	162	39	703	17,9%
Privada	6.011	514	596	4.901	8,6%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior

A tabela 30 apresenta o número de docentes em exercício e afastados de acordo com a formação dos professores. A média geral do Brasil demonstra que o percentual de docentes com titulação de doutor é baixa, apenas 23%. Há inclusive 103 docentes *sem* graduação. As Universidades Federais apresentam o maior percentual de docentes com doutorado: 53%. Já nas Universidades privadas apenas 18% são doutores, o restante dos docentes ou tem o título de mestre (41%), ou são considerados especializados/graduados (41%).

Tabela 30. Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), em 30/6, por Organização Acadêmica e Grau de Formação – Brasil – 2007

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Funções Docentes						% Doutores	% Mestres	% Espec, Graduados	% Mestres e Doutores
	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado				
Total Geral	334.688	103	38.573	99.104	120.348	76.560	23%	36%	41%	59%
Público	115.865	25	14.097	18.576	33.497	49.670	43%	29%	28%	72%
Federal	63.302	14	9.198	6.195	17.440	30.455	48%	28%	24%	76%
Estadual	44.346	11	4.302	9.374	12.770	17.889	40%	29%	31%	69%
Municipal	8.217	-	597	3.007	3.287	1.326	16%	40%	44%	56%
Privada	218.823	78	24.476	80.528	86.851	26.890	12%	40%	48%	52%
Universidades	178.128	26	21.950	35.386	59.202	61.564	35%	33%	32%	68%
Públicas	102.241	14	12.487	13.946	28.244	47.550	47%	28%	26%	74%
Federal	56.833	3	8.266	4.367	14.832	29.365	52%	26%	22%	78%
Estadual	41.202	11	3.889	8.316	11.607	17.379	42%	28%	30%	70%
Municipal	4.206	-	332	1.263	1.805	806	19%	43%	38%	62%
Privada	75.887	12	9.463	21.440	30.958	14.014	18%	41%	41%	59%

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Funções Docentes						% Doutores	% Mestres	% Espec, Graduados	% Mestres e Doutores
	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado				
C.Universitários	35.523	4	4.126	11.908	15.079	4.406	12%	42%	45%	55%
Municipal	611	-	30	126	316	139	23%	52%	26%	74%
Privada	34.912	4	4.096	11.782	14.763	4.267	12%	42%	45%	55%
Fac., Esc., Institutos	108.043	18	10.639	46.922	41.180	9.284	9%	38%	53%	47%
Pública	6.030	-	439	2.534	2.067	990	16%	34%	49%	51%
Privada	102.013	18	10.200	44.388	39.113	8.294	8%	38%	54%	46%
CET/FAT	12.994	55	1.858	4.888	4.887	1.306	10%	38%	52%	48%
Público	6.983	11	1.141	1.970	2.870	991	14%	41%	45%	55%
Federal	6.079	11	924	1.810	2.475	859	14%	41%	45%	55%
Estadual	904	-	217	160	395	132	15%	44%	42%	58%
Privada	6.011	44	717	2.918	2.017	315	5%	34%	61%	39%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Superior

A Tabela 31 classifica o número de docentes nos programas de Mestrado e Doutorado segundo a organização acadêmica e a formação. Nos cursos de pós-graduação, a quase totalidade, 99%, dos professores tem formação de doutorado.

Tabela 31 . Nº de Docentes nos programas de Mestrado e Doutorado (sem dupla contagem¹), segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa – Brasil - 2008

Org. Acad. e Cat. Administrativa	Nº de Instituições com Mestr/Dout	Programas de Mestrado e Doutorado								
		Nº Total de Docentes			Permanente			Visitante/Colaborador		
		Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)	Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)	Total (T)	Doutores (D)	% (D)/(T)
Total Geral	318	46.214	45.759	99,0	37.214	37.113	99,7	11.070	11.058	99,9
Público	150	38.827	38.592	99,4	31.106	31.042	99,8	9.645	9.636	99,9
Federal	81	24.305	24.165	99,4	19.521	19.474	99,8	6.106	6.104	100,0
Estadual	62	14.253	14.165	99,4	11.357	11.340	99,9	3.497	3.490	99,8
Municipal	7	269	262	97,4	228	228	100,0	42	42	100,0
Privada	168	7.387	7.167	97,0	6.108	6.071	99,4	1.425	1.422	99,8
Universidades	194	42.154	41.858	99,3	34.095	34.021	99,8	9.972	9.961	99,9
Públicas	110	36.604	36.426	99,5	29.445	29.394	99,8	8.943	8.934	99,9
Federal	56	22.604	22.500	99,5	18.224	18.188	99,8	5.569	5.567	100,0
Estadual	48	13.745	13.677	99,5	11.004	10.989	99,9	3.335	3.328	99,8
Municipal	6	255	249	97,6	217	217	100,0	39	39	100,0
Privada	84	5.550	5.432	97,9	4.650	4.627	99,5	1.029	1.027	99,8
C.Universitários	34	634	597	94,2	516	513	99,4	117	117	100,0
Municipal	1	14	13	92,9	11	11	100,0	3	3	100,0
Privada	33	620	584	94,2	505	502	99,4	114	114	100,0
Centros, Esc., Institutos	90	3.426	3.304	96,4	2.603	2.579	99,1	981	980	99,9
Pública	39	2.209	2.153	97,5	1.650	1.637	99,2	699	699	100,0
Federal	25	1.701	1.665	97,9	1.297	1.286	99,2	537	537	100,0
Estadual	14	508	488	96,1	353	351	99,4	162	162	100,0
Privada	51	1.217	1.151	94,6	953	942	98,8	282	281	99,6

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008 . Tabulação do Observatório Universitário

Nota: ¹ Um docente pode pertencer a mais de um programa dentro da Instituição.

6. Economia política, arena política: um setor novo em ação

O ensino superior pode ser considerado tanto como uma arena política, quanto como um setor econômico. Uma arena se caracteriza, entre outros aspectos, por ser um “palco” de relações políticas, as quais são, por sua vez, fortemente influenciadas pelas expectativas dos atores relevantes (elites) quanto aos resultados das políticas públicas. Uma arena de políticas públicas tem os seguintes atributos: estrutura político-institucional, processos e relações políticas, grupos de elites e relações entre grupos (Lowi, 1968). Supõe-se, ademais, que o efeito agregado das interações dos atores relevantes altera o próprio ambiente político-institucional da arena, reorientado as disputas de interesses e as disputas ideológicas dos atores (March e Olsen, 1989).

Observe-se, como exemplo, das interações entre os diversos atores educacionais, a dinâmica da fixação de vagas para alunos carentes em IES particulares no âmbito do Programa Universidade Para Todos (Prouni). No mês de fevereiro de 2004, as bases do Prouni foram divulgadas pelo No pelo ministro da Educação Tarso Genro e o projeto instrumentalizando o programa foi enviado à Câmara dos Deputados no mês de maio (Projeto de Lei nº 3.582/04). Pela proposta inicial o Prouni destinaria bolsas integrais parciais de 50% a alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos, portadores de deficiência e professores da rede pública. Em contrapartida, as IES particulares receberiam isenções tributárias sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. O governo pediu urgência na apreciação do projeto de lei. Durante sua tramitação foram apresentadas 292 emendas. No mês de julho, por problemas na tramitação, o governo retirou o pedido de urgência.

A polêmica em torno do Prouni foi ampla. As IES particulares levantaram a tese de inconstitucionalidade do projeto, pelo fato dele fixar em 10% o número de vagas necessário para que as instituições pudessem usufruir das isenções tributárias. O lobby das IES particulares “barrou” o projeto no Congresso, levando o Presidente da República, em 13 de setembro, a editar a Medida Provisória (MP) nº 213 para instituir o Prouni, com a justificativa de urgência em ampliar o acesso de alunos carentes à educação superior já no

ano de 2005²³. Diante disso, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, contestando a relevância e a urgência da Medida. Mesmo, assim, a MP continuou sendo apreciada na Câmara e foi aprovada com alterações.

A Câmara reduziu o percentual de vagas nas IES particulares com ou sem fins lucrativos destinadas ao Prouni, em 2005, de 10% (110 mil vagas) para 7% (88,4 mil vagas) - não alterando, contudo, a contrapartida das IES filantrópicas de concessão de bolsas de 10% de suas vagas para os alunos selecionados ao Prouni. Essa redução no número de vagas foi atribuída ao lobby das IES particulares, tendo como articulador o deputado do PFL da Bahia, José Carlos Aleluia²⁴. De acordo com o líder do governo na Câmara, o deputado Professor Luizinho (PT-SP), o governo não tinha intenção de diminuir o percentual de vagas para o Prouni. O resultado decorreu de negociações com o PFL para votação de outras MPs²⁵. Segundo noticiado na imprensa, o ministro da Educação Tarso Genro disse, em audiência na Comissão de Educação, que a proposta de 10% de destinação das vagas ao Prouni foi "fruto de uma profunda, complexa e respeitosa" discussão com as entidades que representam as IES particulares, atribuindo as modificações aprovadas na Câmara à "força política extraordinária" da Unip (Universidade Paulista)²⁶. Segundo o ministro, "Essa votação (na Câmara dos Deputados passando o percentual de vagas de 10% para 7%) cedeu a um movimento feito por uma instituição, a Unip [Universidade Paulista], comandada por uma pessoa que tem interesses no setor, e que tem o direito de processar esses interesses. Assim como nós temos o direito de resistir"²⁷. O reitor na Unip, João Carlos Di Genio, por sua vez, afirmou não ser o responsável pela emenda, sendo "Esse número (7%) resultado de um relatório da Trevisan Associados, a quem (a Unip solicitou) um parecer sobre o Prouni"²⁸

No Senado, sob a relatoria do senador Rodolfo Tourinho (PFL-BA), o governo conseguiu renegociar um aumento no percentual de vagas nas IES particulares destinadas a

²³ Globo, 02 de dezembro de 2002. **Câmara aprova criação do ProUni.** "O governo lançou o ProUni por medida provisória em setembro, depois que o lobby das universidades particulares barrou a votação do projeto de lei na Câmara".

²⁴ Segundo matéria publicada no Globo, op cit , "A mudança foi proposta pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), atendendo ao pedido de representantes de algumas das maiores universidades privadas do país, que participaram das negociações até a votação final."

²⁵ Folha de São Paulo, 02 de dezembro de 2004. **Governo cede e reduz vagas do Prouni.** Ainda segundo a matéria, "durante toda a votação, representantes de instituições particulares de ensino superior assessoraram deputados."

²⁶ Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2004. **Acordo no Senado mantém 118 mil bolsas.**

²⁷ Folha de São Paulo, 03 de dezembro de 2004. MEC vai tentar modificar Prouni no Senado ou por vetos

²⁸ Idem.

alunos carentes de 7% para 8,5%, sendo incluída a possibilidade de concessão de bolsas de 25% do valor das mensalidades, além das bolsas parciais de 50% previstas originalmente. O projeto voltou para a Câmara, onde foi aprovado, no dia 22 de dezembro, mantendo as alterações feitas no Senado, após um acordo entre os líderes do governo e da oposição²⁹.

A implementação do programa Prouni, ajuda a demonstrar como a arena do ensino superior envolve diretamente muitos atores sociais. A lista abaixo aponta algumas entidades e atores (sejam da sociedade civil ou do governo) que estão envolvidos no processo de tomada de decisão na arena do ensino superior:

1. Executivo Federal
2. Câmara dos Deputados (Frente Parlamentar de Defesa ao Ensino Superior)
3. Senado (Frente Parlamentar de Defesa ao Ensino Superior)
4. CNE (Conselho Nacional de Educação).
5. ABESC - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
6. ABIEE - Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas.
7. ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
8. ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.
9. ABRUEM - Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.
10. ANACEU - Associação Nacional dos Centros Universitários.
11. ANAF – Associação Nacional de Faculdades Isoladas
12. ANAFISO - Associação Nacional de Faculdades Isoladas
13. ANAMEC- Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil
14. ANDES - Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior
15. ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
16. ANET - Associação Nacional de Educação Tecnológica
17. ANPG – Associação Nacional de Pós-graduandos
18. ANUP- Associação Nacional das Universidades Privadas
19. CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
20. CNTEEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.
21. CONFENEN - Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
22. CONTEE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior
23. CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
24. FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
25. UNE - União Nacional dos Estudantes

²⁹ Folha de São Paulo, 22 de dezembro de 2004. Câmara aprova o programa de bolsas no ensino superior.

O Brasil, talvez seja o único país (se não um dos poucos) que apresenta uma Frente Parlamentar em Defesa ao Ensino Superior com foco no ensino superior privado³⁰. Instaurada no dia 18 Dezembro de 2007. A Frente foi proposta deputado João Matos e conta com a participação de 84 parlamentares, sendo 62 Deputados e 22 Senadores³¹, além disto, possui ligação direta com entidades representantes do ensino superior privado. Atualmente 12 partidos estão representados na Frente. Dentre os 12, o partido Democratas é o que detém maior representação com 15 parlamentares, seguido do PMDB com 13, do PSDB com 12 e do PT com 8. Em matéria publicada no jornal O Globo³², o então presidente da Semesp³³, afirmou que a Frente tem como objetivo esclarecer tanto o Executivo quanto o Legislativo acerca do ensino superior particular, que segundo ele é desconhecido e ignorado pelas autoridades:

“(…) Acreditamos que a nova Frente Parlamentar terá condições de promover e difundir junto ao poder público, tanto o Legislativo quanto o Executivo, o conhecimento sobre as reais necessidades do ensino superior do país. No que se refere especificamente ao ensino superior particular, nossa expectativa é que ela busque evitar a criação de projetos elaborados aleatoriamente por autoridades que desconhecem a complexidade do segmento...”.

³⁰ Em 5 de agosto de 2009, durante o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, foi firmado acordo com o BNDES e MEC de financiamento das Instituições de Ensino superior privadas, segundo notícia divulgada pelo Fórum: “(...)e acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o financiamento poderá ser utilizado como capital de giro e em investimentos como obras de melhoria na infra-estrutura, equipamentos, acervo de bibliotecas, gestão administrativa, qualificação de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, dentre outros. ...”. O acordo ajuda a fortalecer o reconhecimento do setor educacional também como econômico. Fonte: <http://www.forumensinosuperior.org.br/> acesso em: 06/08/2009.

³¹ São eles, **Deputados:** Antônio Carlos Biffi (PT); Carlos Wilson (PT); Fernando Ferro (PT); Ângela Portela (PT); Pedro Wilson (PT); Maurício Hands (PT); Gustavo Fruet (PT); Bonifácio de Andrada (PSDB); Lobbe Neto (PDSB); Vanderlei Macris (PSDB); Bruno Rodrigues (PSDB); Luiz Carlos Haully (PSDB); Nilson Pinto (PSDB); Bruno Araújo (PSDB); Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB); Edson Aparecido dos Santos (PSDB); Professor Victorio Galli (PMDB); João Matos (PMDB); Professor Sétimo (PMDB); Osmar Serraglio (PMDB); Mendes Ribeiro (PMDB); Elcione Barbalho (PMDB); Mendes Ribeiro Filho (PMDB); João Oliveira (DEM); Onyx Lorenzoni (DEM); Jorginho Maluly (DEM); José Carlos Aleluia (DEM); Solange Amaral (DEM); Antônio Magalhães Neto (DEM); José Mendonça Bezerra (DEM); Fábio Souto (DEM); André de Paula (DEM); Francisco Rodrigues (DEM); Mendonça Prado (DEM); Jorge Khoury (DEM); Márcio França (PSB); Átila Lira (PSB); Ariosto Holanda (PSB); Givaldo Carimbão (PSB); Severiano Alves (PDT); Sebastião Bala Rocha (PDT); Paulo Rubem Santiago (PDT); Arnaldo Vianna (PDT); Odacir Zonta (PDT); Ricardo Barros (PDT); Ângela Amin (PDT); Dr. Paulo César da Guia (PR); Lincoln Portela (PR); Jaime Martins (PR); Paes Landin (PTB); Néelson Marquezelli (PTB); Cléber Verde (PRB); Sílvio Costa (PMN); Fernando Coruja (PPS); Sarney Filho (PV). Não estão em exercício: Paulo Renato Souza; Mussa Demes; Barbosa Neto; Waldir Maranhão; Frank Aguiar; Gastão Vieira; **Senadores:** Flávio Arns (PT); Ideli Salvatti (PT); Delcídio Amaral (PT); Eduardo Suplicy (PT); Álvaro Dias (PSDB); Marisa Serrano (PSDB); Pedro Simon (PMDB); Edison Lobão (PMDB); Gilvan Borges (PMDB); Leomar Quintanilha (PMDB); Valter Pereira (PMDB); Wellington Salgado (PMDB); Carlos Melles (DEM); Heráclito Fortes Antônio Carlos Júnior (DEM); Kátia Abreu (DEM); Antônio Carlos Valadares (PSB); Renato Casagrande (PSB); Cristóvam Buarque (PDT); Osmar Dias (PDT); Francisco Dornelles (PP); César Borges (PR); Sérgio Zambiazzi (PTB);

³² Matéria publicada em 17/12/2007. Extraído do portal do O Globo. Acesso em: 02/08/2009.

³³ Sindicato das Entidades mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

A relação da Frente com as entidades representantes das Instituições particulares é tão forte que em junho de 2009, o deputado João Matos (PMDB) propôs uma sessão solene em homenagem aos 30 anos do Semesp. Durante a sessão, os parlamentares homenagearam a entidade afirmando que o ensino superior privado é o grande responsável pela expansão do ensino e que, atualmente o Brasil apresenta sobra de vagas universitárias. O deputado João Matos afirmou: “(...)O Semesp figura entre aquelas entidades representativas que têm dado muitas contribuições e são corresponsáveis pelo desenvolvimento do ensino superior brasileiro, imprimindo-lhe um caráter de qualidade, de abrangência, de modernidade e de diversidade cada vez maior³⁴”.

Com relação ao setor econômico, a educação superior privada movimentou, em 2002, aproximadamente R\$ 16 bilhões em receitas e R\$ 17 bilhões em despesas, enquanto o setor público R\$ 13 bilhões em receita e algo em torno de R\$ 17 bilhões em despesas. O setor privado captou, em 2002, aproximadamente, R\$ 6,5 mil reais por aluno matriculado e gastou R\$ 7 mil. No setor público, as receitas e as despesas por aluno matriculado ao ano somam, respectivamente, R\$ 12,7 mil e R\$ 15,9 mil. A receita da educação superior representou algo em torno de 2,% do PIB e a despesa atingiu um valor de aproximadamente 2,5% do PIB, como pode ser observado abaixo.

Tabela 32 – Participação da receita e da despesa da educação superior no PIB (%) e receitas e despesas por aluno na educação superior, por dependência administrativa – Brasil - 2002

Item	IES privadas	IES públicas	Total
	1,17	0,99	2,16
Receitas Totais	(R\$ 15,8 bi)	(R\$ 13,3 bi)	(R\$ 29,1 bi)
	1,28	1,25	2,53
Despesas Totais	(R\$ 17,3 bi)	(R\$ 16,8 bi)	(R\$ 24,1 bi)
Receitas por aluno	R\$ 6,5 mil	R\$ 12,7 mil	R\$ 19,2 mil
Despesas por aluno	R\$ 7 mil	R\$ 15,9 mil	R\$ 22,9 mil

Fonte: MEC/Inem/Daes. *Censo da Educação Superior 2002*. Elaboração: Observatório Universitário

Tabela 33 – Receitas e despesas das IES, públicas e privadas R\$ (%) – Brasil - 2002

Receitas	IES privadas	IES públicas
Receitas		
Receitas Próprias	15.032.434.201 (95,2%)	1.174.365.211 (8,8%)
Transferências	113.268.558 (0,7%)	11.961.552.650 (89,8%)
Outras Receitas	640.683.351 (4,1%)	187.516.992 (1,4%)
Total	15.786.386.110 (100%)	13.323.434.853 (100%)

³⁴ Extraído da revista do Ensino Superior Julho de 2009.

Despesas		
Pessoal	8.629.768.678 (49,9%)	13.107.768.053 (78,2%)
Custeio	4.634.113.405 (26,8%)	3.122.173.323 (18,6%)
Capital	4.024.210.045 (23%)	534.094.563 (3,2%)
Total	17.288.092.128 (100%)	16.764.035.939 (100%)

Fonte: MEC/Inem/Daes. *Censo da Educação Superior 2002*. Elaboração: Observatório Universitário

7. Tamanho do Brasil em termos Latinos

O ensino superior brasileiro é o maior da América Latina. Segundo dados da UNESCO, o Brasil representa mais de 30% do total de matrículas no nível superior, o dobro de matrículas existentes no México³⁵. Se fosse um país, São Paulo (com 1.346.621 alunos) estaria à frente de países como Peru, Equador, Bolívia e até do Chile.

Tabela 34 – O Brasil em comparação com a América Latina

Países	Ano	Enrolment in tertiary		5A tertiary		5B tertiary		6 tertiary	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Latin America /Caribbean	-	16.940.471	100,0	13.412.704	100,0	1.983.129	100,0	84.576	100
Argentina	2006	2.202.032	13,0	1.637.246	12,2	56	0,0	10.880	12,9
Barbados	2007	11.405	0,1	5.787	0,0	5.556	0,3	62	0,1
Bermuda	2007	886	0,0	-	-	886	0,0	-	-
Bolivia	2004	346.056	2,0	-	-	-	-	49.668	58,7
Brazil	2007	5.272.877	31,1	4.816.233	35,9	406.976	20,5	-	-
<i>São Paulo (Grad)</i>	2007	1.346.621	7,9	1.346.621	10,0	-	-	-	-
Cayman Islands	2006	567	0,0	62	0,0	505	0,0	-	-
Chile	2007	753.398	4,4	447.156	3,3	303.207	15,3	3.035	3,6
Colombia	2007	1.372.674	8,1	1.129.334	8,4	241.739	12,2	1.601	1,9
Costa Rica	2005	110.717	0,7	-	-	-	-	-	-
Cuba	2007	864.846	5,1	860.916	6,4	-	-	3.930	4,6
Ecuador	2007	443.509	2,6	-	-	-	-	-	-
El Salvador	2007	132.246	0,8	113.614	0,8	18.618	0,9	14	0,0
Guatemala	2006	112.215	0,7	107.304	0,8	4.911	0,2	-	-
Guyana	2007	7.532	0,0	5.472	0,0	2.060	0,1	-	-
Mexico	2007	2.528.664	14,9	2.433.353	18,1	80.176	4,0	15.135	17,9
Panama	2006	130.838	0,8	118.654	0,9	12.072	0,6	112	0,1
Paraguay	2005	156.167	0,9	139.779	1,0	15.948	0,8	-	-
Peru	2006	952.437	5,6	568.095	4,2	383.296	19,3	-	-
Saint Lucia	2007	1.438	0,0	1.340	0,0	98	0,0	-	-

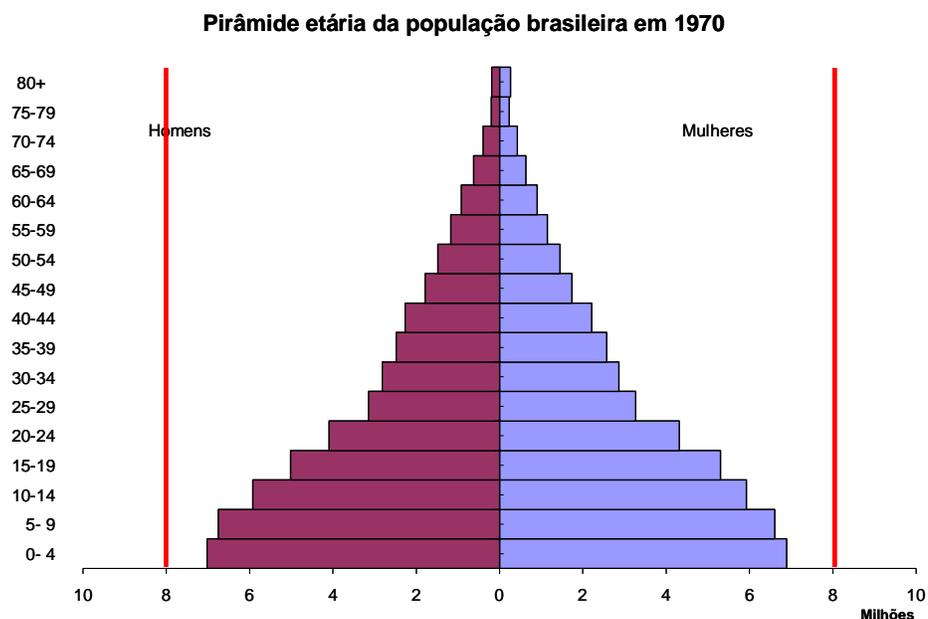
³⁵ Ainda que o Brasil seja o maior país em termos de ensino superior na América Latina, a Universidade do México aparece melhor posicionada no Ranking do The Times. Em 2008, enquanto a Universidade Autônoma do México ficou na 150ª posição, a Universidade de São Paulo ficou em 196ª lugar. Fonte: <http://www.timeshighereducation.co.uk/hybrid.asp?typeCode=243> acesso em 27/07/2009.

Uruguay	2007	158.841	0,9	143.953	1,1	14.749	0,7	139	0,2
Venezuela	2006	1.381.126	8,2	884.406	6,6	492.276	24,8	-	-

Fonte: UNESCO. Disponível em :<http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx>

8. A onda demográfica

Gráfico 19 . Pirâmide etária da população brasileira – 1970



Fonte: IBGE. Estatísticas Populacionais.

Gráfico 20 . Pirâmide etária da população brasileira - 1980

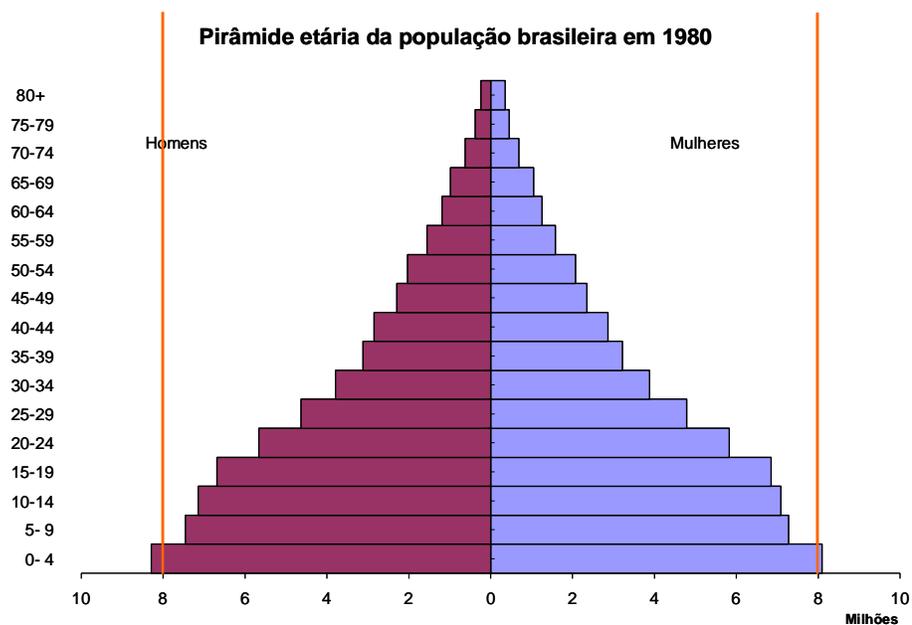


Gráfico 21. Pirâmide etária da população brasileira - 1990

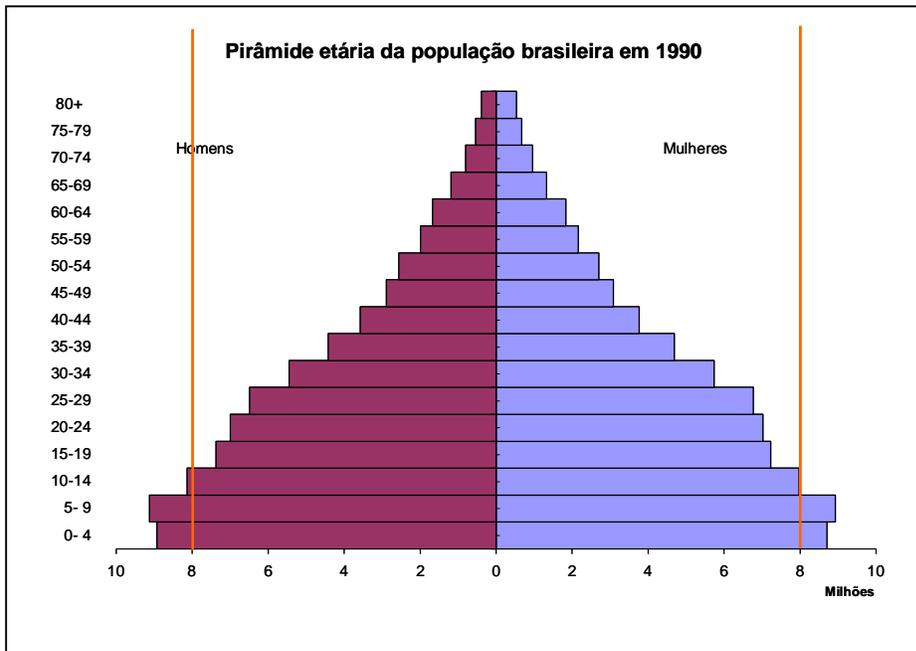


Gráfico 22. Pirâmide etária da população brasileira - 2000

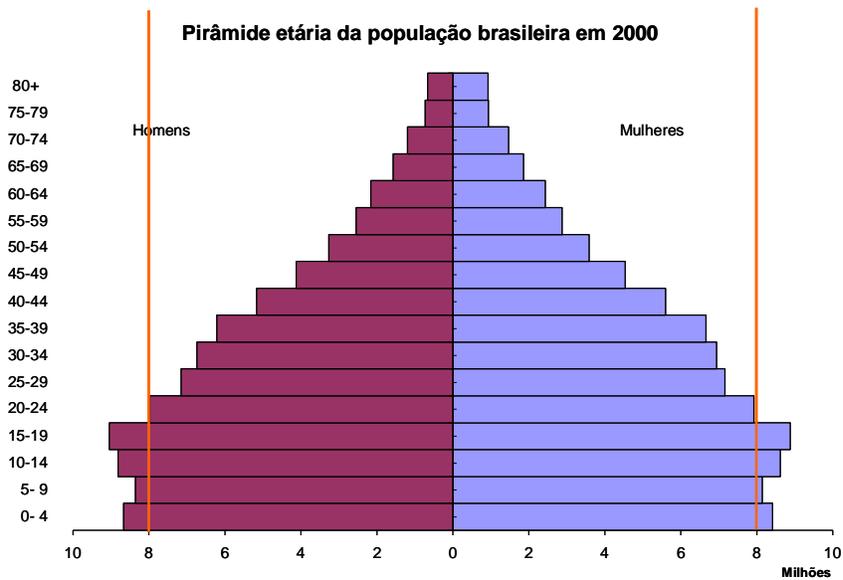


Gráfico 23. Pirâmide etária da população brasileira - 2010

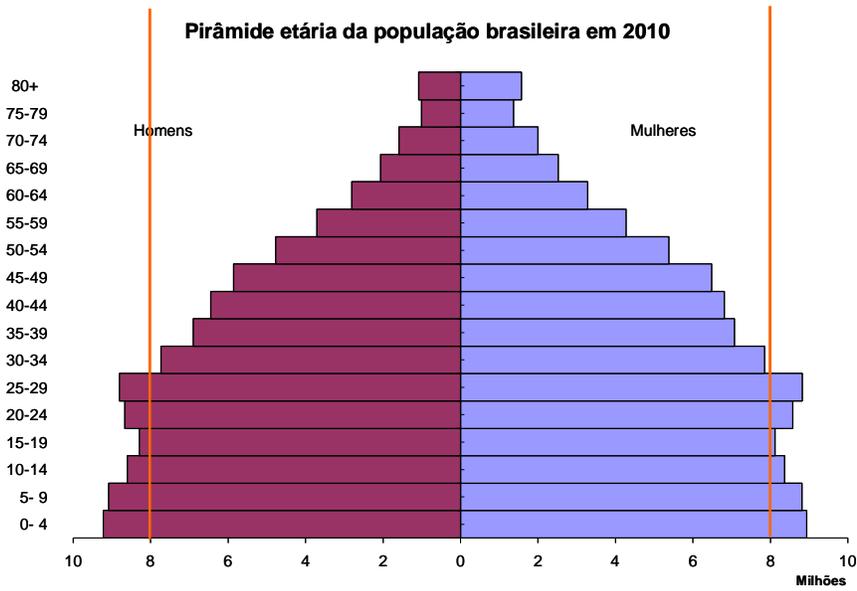


Gráfico 24. Pirâmide etária da população brasileira - 2020

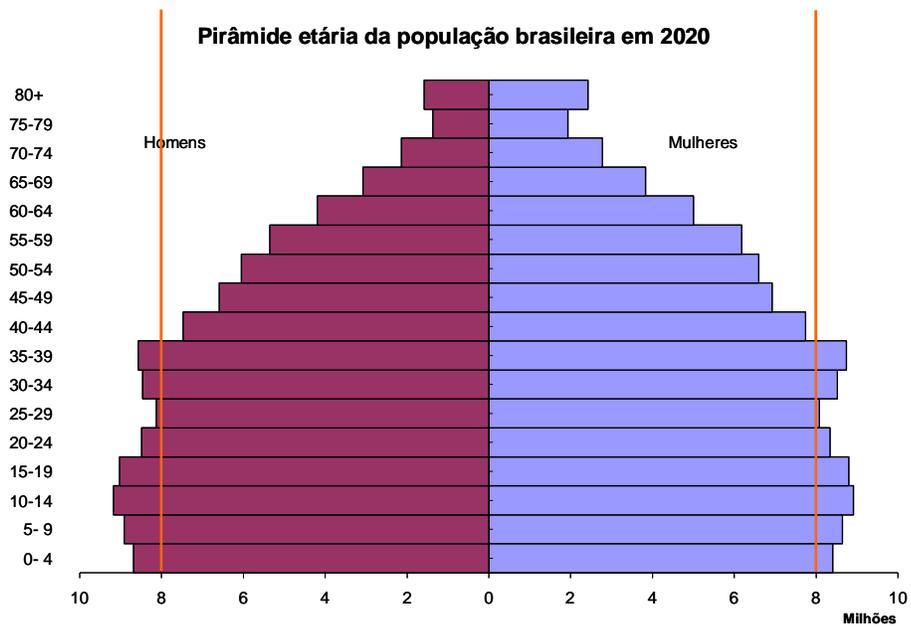


Gráfico 25. Projeção populacional do grupo de 18 a 24 anos no Brasil

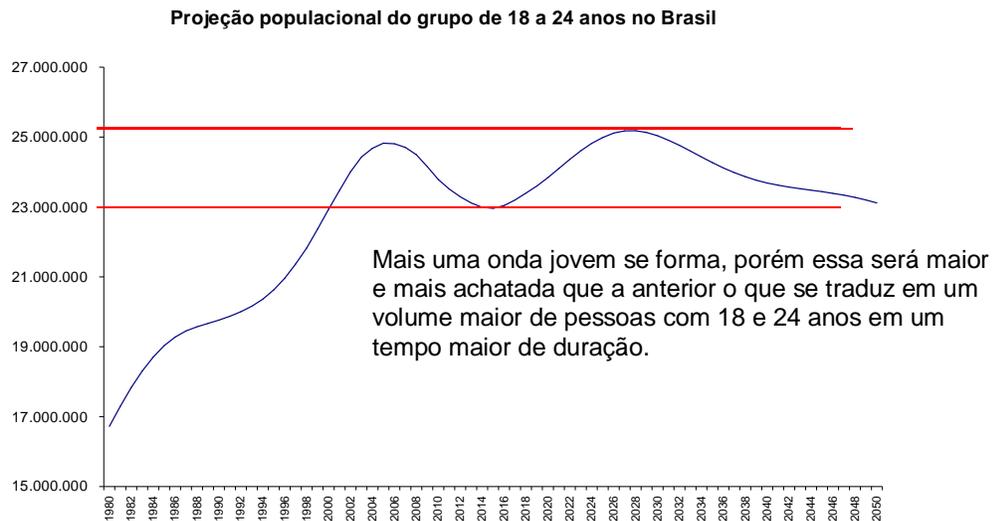
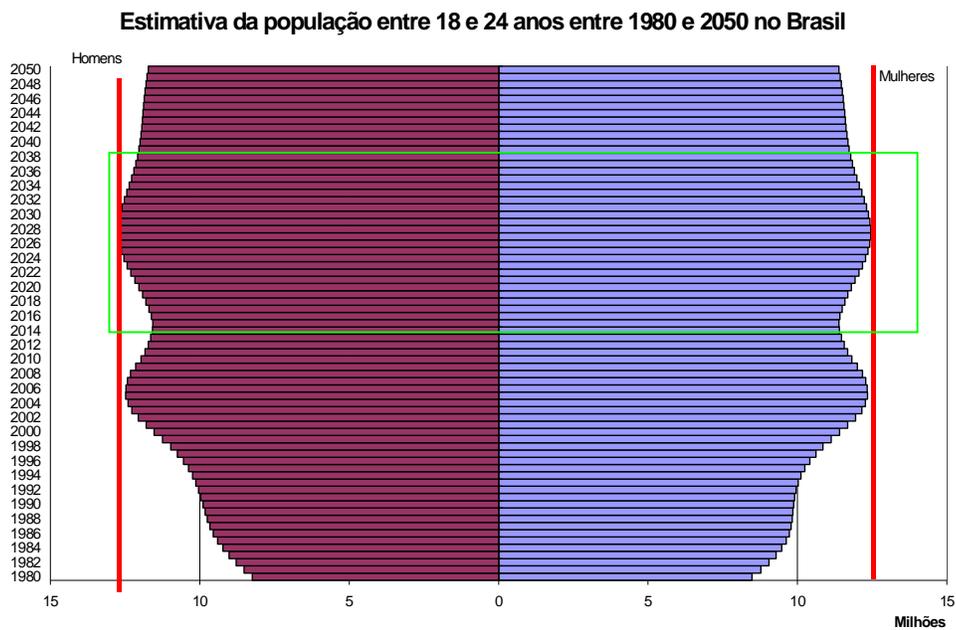


Gráfico 26. Estimativa da população entre 18 e 24 anos entre 1980 e 2050 no Brasil



Demograficamente, a fase de ouro do ensino superior estar por vir com a maior onda jovem de 18 a 24 anos da história do Brasil.

9. O que entendemos por Universidade?

Tendo em vista o recente crescimento do setor educacional no Brasil, uma primeira e importante pergunta a fazermos é o porquê do prestígio que o título de universidade detém nas sociedades modernas. Na maioria dos países, inclusive o Brasil, o título de universidade é resguardado pelo Governo. Com isto, criou-se o relevante mito, muitas vezes falso, de que uma instituição universitária é melhor do que outras instituições de ensino superior.

Um bom exemplo da relevância simbólica deste aspecto mítico da supremacia universitária sobre as demais instituições, são os centros universitários brasileiros. Apesar de legalmente não serem considerados universidades, de um total de 126 centros, 79 carregam em sua sigla o prefixo UNI³⁶. É de se supor, naturalmente, que os Centros imaginam que um aluno, ao procurar uma instituição de ensino superior busca, principalmente, aquelas consideradas universidades, pelo prestígio intrínseco do selo. Os centros universitários parecem corresponder a uma anomalia da regulação brasileira. Apesar de terem sido criados como forma de diferenciar as instituições de ensino superior, acabam confundindo o alunado à medida que o aparato regulatório e doutrinário em operação no Brasil não especificam exatamente os objetivos e fundamentos educacionais de cada tipo instituição de ensino superior, exceto pelo mantra constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

O autor Bahram Bekhradnia (2003) em texto intitulado: “Implications of the Government’s proposals for university title: or What is a University?” argumenta que o controle governamental na acreditação de títulos de universidades ocorre principalmente em países em que a demanda por ensino superior é maior do que a oferta de vagas. Nestes países, o controle do título é feito por uma questão de proteção ao consumidor. O Estado regula para garantir um padrão mínimo de qualidade. Controla também, para resguardar a reputação do sistema de educação superior do país.

Um segundo motivo para o controle do título de Universidade, diz respeito às características principais que uma universidade de excelência deve ter. Bekhradnia diz que o controle pode ser exercido pela busca da “proteção da dignidade e exclusividade das Universidades”. É necessário garantir que determinadas características sejam preservadas nas

³⁶ São elas: UNINORTE; UNINIL; UNIRG; UNIJORGE; UNICEUMA; UNIPÊ; UniCEUB; UNIEURO; UniEVANGÉLICA; UNIDESC; Uni-ANHANGÜERA; UNIGRAN; UNIRONDON; UNIVAG; UNIFEG; Uni-BH; UNIFORMG; Universitas; UNILAVRAS; UNIPAM; UNIFEMM; UNICERP; UnilesteMG; UNIRAXÁ; UNIS-MG; UNITRI; UNIABEU; UNISUAM; UNICARIOCA; UniverCidade; UniFOA; UNIFLU; UNI IBMR; UNIPLI; UNIPINHAL; UNIFIA; UNIFIAN; UniFAI; UNICAPITAL; UNISALESIANO; UNICEP; UNIFEB; UNIFAE; UNIARA; Uni-FACEF; UNIJALES; UNILINS; UNIRP; UniA; UNIFEV; UNIVEM; UNIFIEO; UNIFEBOB; UNIRARARAS; UNIBERO; UniÍtalo; UNILUS; UNIMESP; UNIMONTE; UniAnchieta; UniPaulistana; UNISAL; UNISANT'ANNA; UNITOLEDO; UniFIAM-FAAM; UNIANDEADE; UNICURITIBA; UNIFAE; UNIFIL; UNICS; UNIUV; UNILASALLE; UNIVATES; UniRitter; Unifra; Unifebe; UNIASSELVI; UNIBAVE; UNIDAVI.

Instituições universitárias. Em alguns países como a África do Sul, o controle é exercido estritamente para proteger suas instituições enquanto elas se desenvolvem a ponto de competirem com as universidades de outros países. O governo investe em determinadas universidades para que estas se tornem universidades de pesquisa internacionalmente reconhecidas.

No caso inglês, foco principal do texto de Bekhradnia, argumenta ele que a defesa da dignidade do selo tem a relevância de projetar uma imagem do sistema de educação superior inglês. Bekhradnia chega a argumentar que a reputação internacional das Universidades inglesas nasceu da crença nos altos padrões de qualidade exigidos pelo governo britânico.

O zelo, a preservação do título e da noção de Universidade, portanto, constituiriam um marco essencial de defesa e da referência dos marcos e padrões de qualidade do sistema de educação superior de cada país, significando, portanto, que altos padrões de avaliação governamentais garantiriam a qualidade referencial da Instituição universitária. Por esta razão seria inescapável o adequado cuidado com a atribuição do selo de Universidade às instituições. Cabe sempre perguntar, contudo, se na prática os sistemas de avaliação e as regras governamentais sempre garantem esta defesa de cada sistema de educação superior.

Outros autores também tentam definir o que é uma universidade. Uma primeira conceituação, ainda muito lembrada, foi realizada por John Henry Newton ainda no século XIX. No ano de 1899 Newton escreveu o livro “The Idea of a University”, para o autor uma universidade seria um local de “ensino de conhecimentos universais”³⁷, em que todos os tipos de conhecimento estariam, de alguma forma, conectados.

O papel das Universidades seria o de proporcionar aos estudantes a convivência em um “ambiente de conhecimento”. Os alunos deveriam ser ensinados a pensar, formar opiniões, ter moderação, conhecimento e sabedoria. Newton enfatiza que o conhecimento deve ser visto como um bem a ser transmitido aos estudantes universitários. A Universidade seria uma Instituição capaz de formar uma inteligência crítica, necessária a todos os indivíduos.

Ortega y Gasset (1999) formula uma concepção que em alguns aspectos se conecta com a de Newton. Para o autor, o ensino universitário atual estaria integrado por três categorias diferentes: ciência, cultura e profissão. A ciência é vista apenas como a condução de pesquisas, a geração de conhecimento. Ciência para Ortega y Gasset é encontrar uma resposta, uma solução para determinada questão que se coloca.

O autor realiza uma separação entre a busca pelo saber, ou seja, a pesquisa científica e o saber puro, caracterizado pela busca de um indivíduo por um conhecimento que está pronto, dado. Ciência não deve ser confundida com profissão, o aprendizado profissional segundo

³⁷ “(...) A place of teaching universal Knowledge.” (Newton, 1996, p.78).

Ortega y Gasset é: “(...) A recepção do conteúdo sistemático de muitas ciências. Trata-se, porém do conteúdo, não da pesquisa, que nele desemboca...” (p.92).

Cultura e profissão não são consideradas ciências, mas podem se nutrir dela. O autor atenta para o fato de que uma Universidade deve focar suas atenções na formação de homens cultos e bons profissionais. A missão de uma universidade não deve ser formar cientistas. O ofício do cientista é penoso e demanda uma vocação, não são todos os indivíduos que se tornarão cientistas (p.91). Uma universidade para Gasset y Ortega baseia-se em seis pontos principais, as três características iniciais de uma Universidade para o autor são destacadas abaixo:

“(...) 1º) Instituição onde se ensina ao estudante média a ser um homem culto e um bom profissional.

2º) A Universidade não admitirá qualquer impostura em seus usos, isto é, que só se pretenderá do estudante aquilo que pode ser exigido.

3º) evitar-se-á por conseguinte, que o estudante médio perca parte do seu tempo fingindo que vai ser cientista. Para este fim será eliminado do centro da estrutura universitária a pesquisa científica propriamente dita”. (p.113-114).

Partindo do fragmento entende-se que para o autor, uma Universidade não deve em hipótese nenhuma se relacionar com a pesquisa científica. Universidades têm como objetivo principal o ensino de seus estudantes e, não a condução de pesquisas acadêmicas. Assim como Newton, Ortega y Gasset entende o ensino universitário como sendo formador de estudantes críticos.

Para Burton Clark (2008), o grande problema das Universidades é a falta de definição e diferenciação entre as diversas Instituições. Segundo o autor não se pode esperar que as Universidades dêem conta de todos os processos envolvidos tanto no ensino quanto na pesquisa, devemos buscar a diferenciação do sistema: “(...) We know that no university can possibly cover the waterfront of all demands now made on higher education...” (2008, p.467).

Burton Clark entende que as Universidades são as Instituições mais capacitadas para a condução de pesquisas, pois elas se consolidaram como sendo o lugar do questionamento, da busca por conhecimento. Elas devem, no entanto, estar inseridas em um amplo sistema de educação superior para que a pesquisa não se confunda com as diversas formas de ensino.

9.1.A universidade de pesquisa à vista da literatura recente

À vista da importância do título de Universidade nas sociedades modernas, observemos o significado predominantemente atribuído a estas Instituições. O termo “universidade de pesquisa³⁸” cunhado após a II Guerra Mundial, trouxe novamente a tona os ideais humboldianos de que pesquisa, estudo e ensino, deveriam constituir uma unidade. Professores universitários teriam como principal objetivo a condução de pesquisas e o treinamento de estudantes para o mundo acadêmico. Humboldt argumentava que ensino e pesquisa deveriam estar conectados para o avanço do conhecimento. Alunos e professores deveriam trabalhar juntos pela pesquisa, em texto intitulado: “Der Königsberger und der Litauische Schulplan” (27 de setembro de 1809), o autor caracteriza o processo de pesquisa:

The University instructor is no longer the teacher, and the student no longer the taught; the latter rather researches, and the professor guides it...To the university is reserved that which one can discover in and through oneself: insight into pure academic knowledge... (Humboldt, 1809 apud Clark, William, 2006)

Esta noção de universidade foi amplamente difundida tendo prevalecido na maioria dos sistemas de educação superior atuais. Alguns autores como Burton Clark (1997), argumentam que o modelo de Humboldt tornou-se uma ideologia forte entre os acadêmicos. Na maioria dos países, a idéia de educação através da ciência foi amplamente adotada e fortalecida ao longo dos anos. Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, são os maiores e principais casos de universidades de pesquisa consolidadas nos moldes de Humboldt.

Atualmente, o conceito de universidade de pesquisa pode ser entendido, por exemplo, a partir dos três elementos apresentados por Roger Noll (pg.5, 1997): (1) condução de pesquisas de alto nível pelo corpo docente; (2) investimentos significativos por parte das Universidades nas instalações de pesquisa e (3) diversidade de ensino, incluindo o treinamento dos alunos para a pesquisa. Philip Altbach (2007) também entende que as universidades de pesquisa devem apresentar características similares às descritas por Noll:

³⁸ O estudo da educação superior vem se consolidando como campo acadêmico. Diversos estudos internacionais buscam entender os diferentes tipos de Instituições existentes. Neste sentido, o estudo das Universidades de pesquisa tem adquirido grande relevância. Podemos citar alguns livros que tratam do tema partindo da perspectiva norte-americana: “Future of the American Public Research University” (2007); “Higher education research” (2007); “The University in transformation” (2000); “Crisis in the Academy” (1996).

“(…) an academic institution focusing intensely on the production of research as part of its mission; offering instruction up to the doctoral level; possessing the necessary infrastructures for research, including libraries, information technology, and laboratories; employing high-quality and carefully selected academic staff (usually with doctoral degrees); maintaining working conditions that permit research activity; and selecting the best quality students available” (p.7).

Altbach chama a atenção para a crescente importância internacional que as universidades de pesquisa vêm recebendo. Demonstra que atualmente os países subdesenvolvidos têm buscado constituir universidades de pesquisa que possam competir no cenário internacional. Segundo Altbach, contudo, as universidades de pesquisa estão sempre inseridas em um sistema de educação superior variado, com instituições possuindo papéis e missões diferentes na sociedade além de diversos tipos de financiamento, apontando para o fato de que o ensino superior não se confunde necessariamente com ensino universitário.

A diferenciação do sistema educacional é ponto fundamental para o autor. Burton Clark (2008) também salienta esta necessidade. Segundo Clark, é imperativo que os “Sistemas Nacionais de Educação Superior” estabeleçam “divisões de trabalho” que permitam às Instituições focar sua atenção em objetivos específicos. Argumenta que é impossível uma universidade atender a todas as demandas da sociedade: “(…) We now know that no university can possibly cover the waterfront of all demands now made on higher education, and no university can cover the waterfront of expanding and fastchanging knowledge” (Clark, 2008, p.467).

Com relação às universidades de pesquisa a divisão do trabalho institucional é ainda mais importante: o alto custo da condução de pesquisas, aliado à longa duração que pesquisas de excelência demandam, transformaram as universidades de pesquisa em instituições extremamente custosas. Por isso, a maioria das universidades de pesquisa de excelência são públicas ou recebem incentivos governamentais diretos. Até a manutenção de suas instalações é custosa. Além da possível grande quantidade de alunos em todos os níveis da educação superior, devem manter bibliotecas de excelência, laboratórios aptos para a condução de pesquisa além da contratação de professores e pesquisadores em tempo integral.

Este modelo custoso de universidades tem sofrido alterações desde os anos 1970 deixando, em muitos casos, de constituir a referência essencial ou exclusiva do que se entende como educação superior. Modelos diferentes de sistemas de educação superior emergiram e se consolidaram por meio de uma variedade de Instituições de ensino com objetivos distintos.

Países que não se inclinaram para estimular a diferenciação necessária de seus sistemas, deixando de criar nichos ou oportunidades para a diferenciação institucional, frequentemente ficaram capturados por dilemas complexos e caríssimos, com muitas instituições “vocacionadas” para a pesquisa, sem que, no entanto, se constituam claros centros de referência e excelência acadêmica.

A visão uniforme de um sistema essencialmente integrado por instituições de pesquisa dificulta o financiamento e custeio diferenciado, pulverizando, assim, recursos que requereriam aplicação intensiva e não extensiva. O alto custo das universidades de pesquisa impossibilita que todas as universidades sejam, de fato, adequada e simultaneamente financiadas para que se constituam como integrais instituições de pesquisa.

Os governos europeus, em geral, adotaram um modelo de ensino superior que combinava ensino com pesquisa em um único tipo de instituição, a universidade. Entretanto, a partir dos anos 70, com a tendência à massificação da educação superior³⁹ percebe-se um movimento em direção a uma maior diferenciação dos sistemas educacionais. Surgia nos anos 70 uma preocupação com o crescente número de alunos matriculados nas universidades. O aumento do corpo discente trazia novos desafios às instituições. Os anos 1980 foram marcados por debates estruturais que giravam em torno dos objetivos que as instituições deveriam perseguir; a homogeneidade ou heterogeneidade do alunado; o grau de unidade e variedade dos objetivos e programas dos departamentos; além de uma preocupação com a forma de classificação dos sistemas de educação superior⁴⁰.

Ulrich Teichler (2007) mostra que estes debates estruturais levaram muitos países europeus a criar instituições de ensino superior que oferecessem diplomas de curta duração, que diferiam dos bacharelados tradicionais. Entendeu-se que o número crescente de alunos, bem como a emergência da sociedade do conhecimento, demandava das Universidades novos métodos e objetivos. A Universidade de pesquisa nos moldes de Humboldt, possivelmente não daria conta de atender a demanda por ensino superior massificado.

As universidades de pesquisas introduziram uma nova questão aos pesquisadores, qual o nexos entre pesquisa e ensino? A relação positiva entre pesquisa e ensino ainda não pôde ser comprovada. Hattie e Marsh (1996) demonstram que os defensores da Universidade de pesquisa

³⁹ Conforme categorização de Martin Trow, os sistemas educacionais são considerados de elite se a taxa de escolarização líquida for inferior a 15%. Sistemas massificados são aqueles que variam entre 15% e 33% (um terço). Acima disso, são classificados como sistemas universais. A taxa de escolarização líquida expressa a razão do total de estudantes com idades correspondentes ao nível de educação onde se inserem sobre o total da população na mesma faixa etária. No caso da educação superior, podem ser utilizadas as faixas que variam da idade mínima de 18 até o máximo de 25 anos. Sobre a categorização, ver Martin Trow, *Problems in the transition from elite to mass higher education*, trabalho apresentado na Conferência sobre Educação Superior de Massa, realizada pela OECD, em 1975.

⁴⁰ Para mais sobre o assunto ver o livro de Altbach: *Tradition and Transition* (2008)

entendem que pesquisa e ensino são complementares, que um beneficiaria o outro. Entendem também, que as qualidades para que um professor seja excelente, são as mesmas características necessárias para a condução de pesquisa: senso de responsabilidade, comprometimento, perseverança, dedicação, dentre outras.

O que muitos autores vêm buscando entender atualmente é o verdadeiro nexo entre pesquisa e ensino. Será que de fato, o que torna um indivíduo um excelente professor são as mesmas características que o tornam um bom pesquisador? Se analisarmos os argumentos de Ortega y Gasset certamente obteremos uma resposta negativa, para o autor, não são todos os indivíduos que estão destinados a dedicarem suas vidas à condução de pesquisa. Além disto, Ortega y Gasset argumenta que para que um professor seja excelente ele não precisa conduzir pesquisa, a arte de aprender em muito difere da arte de buscar novos conhecimentos, o que ele precisa é manter-se sempre atualizado.

Alguns autores como Linsky e Straus (1975) e Fox (1992) questionam a relação positiva entre pesquisa e ensino, demonstrando que na realidade pode haver um conflito de interesses entre as duas atividades: pesquisadores podem não querer “perder tempo” valioso para suas pesquisas em sala de aula. Argumenta-se que o comprometimento de um professor que conduza pesquisas e outro que não conduza, não será o mesmo, pois pesquisadores sempre desejarão sair de sala para que avancem em suas pesquisas.

Outros autores vão além e argumentam que as características necessárias para um pesquisador são contrárias e estão em constante tensão com àquelas de um professor. Os professores seriam aqueles que buscam companhia, gostam de interagir com os estudantes, enquanto pesquisadores preferem a reclusão, o trabalho individual e não respondem bem às pressões da sala de aula.

O texto de Hattie e Marsh sobre o nexo entre pesquisa e ensino chega a conclusão de que, na realidade, a correlação entre os dois elementos é zero, ou seja nem positiva, nem negativa. O que os autores argumentam é que prejudica as universidades é o determinismo de que todo pesquisador deve ministrar aulas, ou que todo professor deve conduzir pesquisa. Segundo os autores:

“(...) The aim is to increase the circumstances in which teaching and reasearch have occasion to meet, and to provide rewards not only for better teaching or for better research but for demonstrations of the integration of teaching and research...” (p.533)

Para Burton Clark (2008) a questão no nexo entre pesquisa e ensino aparece como sendo de uma relação positiva. O autor refuta os argumentos de que há uma relação negativa entre os dois elementos mostrando que o envolvimento em pesquisas pode estimular os estudantes ao estudo. O que se prega é a combinação entre pesquisa e ensino. Clark argumenta também que

atualmente a maioria das Universidades norte-americanas conduz suas pesquisas não com estudantes de graduação e sim na parte de pós-graduação. Portanto, mesmo que pudesse ser encontrada uma relação negativa, os programas de graduação não seriam afetados.

Concluindo, temos que as Universidades de pesquisa vêm sendo questionadas por diversas correntes. A primeira argumenta que os altos custos da condução de pesquisa, aliados ao ensino de grande número de estudantes dificultam sua viabilidade. Um segundo grupo de autores, entende que o crescente número de estudantes e o caminhar das sociedades para a massificação do ensino superior, impossibilita que todos indivíduos freqüentem Instituições como as Universidades de pesquisa. Um terceiro grupo de autores vai além e questiona a utilidade deste modelo de Instituição tendo em vista às novas demandas da sociedade.

No Brasil, a LDB, em linha com a Constituição de 1988, determina que as universidades são entidades educacionais que realizam, indissociadamente, pesquisa, ensino e extensão e que, para isso, ou por isso, precisam ter um terço de docentes com títulos de mestres e doutores, bem como um terço de docentes em regime de tempo integral. No entendimento recente do CNE, utilizado em novos credenciamentos, as universidades devem oferecer cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, no mínimo de três mestrados e um doutorado.

Cabe indagar se o que a Constituição e a LDB exigem como traços definidores do que seja uma universidade está adequadamente atendido pelas exigências regulatórias do CNE, bem como cabe indagar se o parque universitário brasileiro reflete, como um todo, também adequadamente, o que a Constituição e a lei exigem. De um lado, tais indagações exigem alguma reflexão de natureza doutrinária. De outro, requerem observação das características empíricas das universidades brasileiras.

Do ponto de vista doutrinário é inescapável a reflexão sobre o mandato constitucional e legal. Se, de um lado, precisa ser obedecido de outro, requer o delineamento de quanto de obediência objetiva se exige para o cumprimento da eventual obediência doutrinária. É que pela letra do comando constitucional, todas as universidades seriam animais idênticos entre si. Mas pela caligrafia da realidade empírica as universidades brasileiras são profundamente diferentes entre si, caracterizando um conjunto heterogêneo no qual muitas universidades sequer vislumbram a possibilidade efetiva de terem institucionalizada a sua capacidade de produção de conhecimento.

Ademais, algumas universidades produzem muito conhecimento, outras produzem algum, muitas outras, nenhum. Há, portanto, aspectos essenciais, normativos e quantitativos a esclarecer no que se refere a entender o quanto de obediência constitui a precisa obediência.

Obviamente, existe outra alternativa heurística, intelectualmente inferior e, talvez por isso, muito atraente, que é a que vem sido escolhida pelo governo brasileiro desde a

Constituição de 1988 e, mais recentemente, desde a LDB de 1996: a de fingir que estão obedecidos os critérios constitucionais e legais, resolvendo assim, por via de um véu expedito de ignorância deliberada, a enorme dificuldade conceitual, normativa e quantitativa imposta pelos comandos mencionados.

Será mesmo que toda universidade tem que ser uma instituição de pesquisa? Ou será que a Constituição brasileira escolheu um caminho que levará sempre à desobediência, ainda que, eventualmente, com pitadas de aparente comedimento e seriedade regulatória?

9.2. Sistemas de educação superior: uma nota comparativa

9.2.1 Alemanha

O modelo de universidade proposto por Humboldt, predominou durante muitos anos na Alemanha. Foi lá que surgiu a idéia de que pesquisa e ensino deveriam constituir uma só coisa, professores universitários deveriam conduzir pesquisas e utilizar seus achados no ensino de seus alunos. Adotava-se o princípio de que professores e estudantes deveriam ser livres para ensinar, bem como, para estudar e pesquisar. Os currículos seriam livres, estando atrelados apenas às escolhas dos professores.

Segundo, Burton Clark (1997) Este modelo de universidade predominou na Alemanha durante quase todo o século XIX, tendo entrado em crise com a massificação do ensino superior a partir da década de 1960. Se em 1960 existiam 33 universidades e em torno de 250 mil alunos, em 1990 o numero de universidades mais que dobrou para 68 e o número de alunos cresceu para 1.300.000. Esta rápida expansão trouxe problemas para o governo Alemão que não conseguia financiar todas as suas universidades de pesquisa.

Como forma de diferenciar o sistema de educação superior, em 1971 foi criada a primeira Fachhochschule (FH). Clark argumenta que as FH foram criadas com o intuito de prover ensino profissional criando um sistema binário de educação superior. Visava-se proporcionar ao estudante a escolha de programas de bacharelado e programas profissionais. O governo alemão tentou, inclusive, criar um sistema que integrasse Universidades e Fachhochschulen em uma só Instituição, a Gesamthochschule. A proposta foi rejeitada pela comunidade acadêmica alemã e as FH acabaram constituindo uma pequena parcela do ensino superior alemão.

Mathias Klumpp e Ulrich Teichler (2008) caracterizam o de sistema binário alemão como um modelo de sucesso que vem entrando em decadência nos últimos anos. As Fachhochschulen foram criadas como instituições que ofereciam ensino diferente daquele universitário: oferecem diplomas de quatro anos (contra os cinco ou seis anos das universidades), programas e metodologia de ensino diferenciados e nas quais a pesquisa não constitui um dos pilares institucionais.

Os autores argumentam que enquanto o ensino nas universidades delega responsabilidades ao estudante, incluindo expectativa e obrigação de aprendizagem e estudo fora da sala de aula, as FH garantem aos estudantes maior tempo em sala de aula e menor tempo de estudo individual. Burton Clark alega que a condução de pesquisas nas universidades alemãs, tem gerado uma queda na qualidade do ensino. Isto porque, a realização de pesquisas, para seus qualificados praticantes, é mais atraente do que o ensino de graduação ou mesmo de pós-graduação.

Paralelo à criação do modelo de Fachhochschulen, também começaram a se desenvolver Institutos de pesquisa de excelência desvinculados das Universidades. Iniciou-se um processo de condução de pesquisa que passa por uma lógica diferente daquela encontrada anteriormente. Clark (1997) aponta três principais conseqüências da emergência destas novas instituições, (1) a existência desta nova alternativa introduz a possibilidade de condução de pesquisas voltadas para fora da Academia; (2) a competição por receitas e pesquisadores aumenta; (3) a educação formal nas universidades é relegada cada vez mais ao segundo plano, com professores mais estimulados a pesquisarem do que ensinarem.

Atualmente, as FH têm se tornado cada vez mais parecidas com as Universidades. Kumpp e Teichler demonstram que legalmente não há diferenciação entre os dois tipos de instituição, além do mais, em 1990 ficou acordado que os alunos das FH que desejassem continuar seus estudos até o nível doutoral não precisariam passar pelas universidades. A condução de pesquisa tornou-se uma possibilidade para as FH, mas não uma obrigatoriedade.

Os autores demonstram que o modelo de sistema binário introduzido na Alemanha está aos poucos se tornando novamente em um sistema unitário, com as FH e as Universidades cada vez mais parecidas. Se o sistema foi criado pensando na massificação do ensino superior e as formas de superar o desafio, a crescente confusão de sentido das instituições é vista com cautela pelos autores, pois reduz a diferenciação inicial do sistema.

9.2.2. Estados Unidos

O modelo norte-americano de sistema de educação superior em muito difere e em muito se aproxima do acima descrito. O país possui o maior número de universidades de pesquisa internacionalmente reconhecidas e seu ensino é tido como modelo de excelência internacionalmente.

O sistema de educação superior norte-americano é amplamente diversificado. Para se ter idéia da dificuldade de descrever e classificar a diversidade do sistema americano, observe-se que, a Carnegie Foundation classifica as universidades e faculdades em seis principais categorias que se subdividem em outras subcategorias, perfazendo um total de 57 tipos de instituições.

Segundo Christopher Lucas (1996), a Associação Americana de Professores Universitários classifica as Instituições em cinco categorias.

Assim como na Alemanha, os EUA também passaram por uma rápida expansão do ensino superior, se em 1977-1978 as instituições formavam 921,00 bacharéis, em 1990-1991 formaram 1.1 milhões de bacharéis. Em termos de registro de alunos, entre 1960 e 1970 o número de alunos que entravam na faculdade subiu 120%. O rápido crescimento no número de alunos trouxe grandes desafios ao modelo norte-americano de educação.

Segundo dados do governo dos EUA⁴¹, em 2005 estavam matriculados na graduação das Instituições de ensino superior nada menos do que 15 milhões de estudantes. No ensino de pós-graduação estavam matriculados quase dois milhões e meio de estudantes. Em termos de diplomas conferidos, entre 2005 e 2006 mais de meio milhão de estudantes receberam o título de mestre e 56.067 receberam o título de doutor.

Ao contrário do que ocorre sistema binário da Alemanha, nos EUA existe grande diversidade e pluralidade de Instituições. Entretanto, apesar da multiplicidade institucional, em termos de objetivos e missões, podemos separar as instituições em: Four-year Colleges e Community Colleges ou Two-year Colleges.

Christopher Lucas, nos mostra que o modelo de Community College começou a ser difundido nos EUA depois da segunda guerra mundial. De 1966 para 1967, o número de instituições aumentou 82% crescendo de 565 Community Colleges para 1030. Este modelo institucional de educação superior foi pensado como uma oportunidade de democratização do ensino superior. Menos custosas e mais numerosas, possuem critérios menos rígidos para a entrada dos alunos, oferecem diplomas de dois anos, com matérias voltadas para o mercado de trabalho e para as características das comunidades e regiões nas quais se inserem.

Os Community Colleges foram idealizados para as pessoas que não podem, ou não querem obter sua educação nas Universidades. Visam atender a demanda de uma crescente parcela da população que não pode dedicar atenção integral aos estudos. Os Community Colleges oferecem cursos durante o dia e a noite, além de oferecerem uma boa variedade de programas.

Segundo Cohen (2009) este modelo de Instituição, oferece quatro tipos de educação: (1) Vocational Education; (2) Developmental Education; (3) Community Education e (4) Collegiate Education. O primeiro modelo educacional oferece educação voltada para a formação profissional, este modelo corresponde a 54% dos diplomas conferidos pelos Community Colleges. A “developmental education” visa a diminuir as diferenças entre os estudantes que

⁴¹ Os dados apresentados foram extraídos de: <http://nces.ed.gov/fastfacts/display.asp?id=98> acesso em 02/06/2009.

saíram do High School sem a formação adequada. O terceiro modelo de educação, não possui definição fixa, são cursos diferenciados que têm a função de atender as demanda da comunidade em que a Instituição está inserida. Por fim, a Collegiate Education visa a preparar os seus estudantes para a entrada nas Universidades e Faculdades que oferecem diplomas de quatro anos.

Partindo apenas da análise dos Community Colleges é perceptível a importância que o sistema de educação superior norte-americano confere à diversificação. Os programas são distintos, para alunos que possuem objetivos e possibilidades diferentes. Parte-se do estudo de indicadores que mostram que o corpo discente é heterogêneo e a diferenciação se torna mandatória. Cabe lembrar que este modelo de Instituição foi adotado em diversos países, Taiwan, Zimbábue, Rússia, Noruega, África do Sul, dentre outros⁴².

Em um outro extremo estão as Instituições que conferem diplomas de quatro anos. Estas Instituições podem ou não ser Universidades de pesquisa ou mesmo faculdades isoladas. Toda universidade de pesquisa oferece na graduação diplomas de quatro anos, mas nem toda instituição que ofereça diplomas de quatro anos é uma Universidade de pesquisa. Incluídos nesta categoria de instituições de ensino superior que oferecem diplomas de quatro anos, está uma enorme variedade institucional. Muitas são públicas, muitas privadas, algumas oferecem diplomas de “liberal arts”⁴³ outras diplomas profissionalizantes.

O termo “universidade” nos EUA não está ligado diretamente à pesquisa acadêmica. Diversas Universidades são consideradas de bacharelado não tendo relação direta com a pesquisa acadêmica. A legislação norte-americana é uma das mais flexíveis na acreditação de títulos de universidades (Bekhradnia, 2003). Atualmente, as universidades norte-americanas são caracterizadas como: (1) possuindo ensino de excelência com ambiente propício para o estudo; (2) provendo ensino individualizado, com professores disponibilizando tempo para encontros com alunos (Lucas, 1996, p.85).

Diferenças à parte, enquanto os Community Colleges têm visto seus números de alunos crescerem, as instituições que oferecem diplomas de quatro anos têm experimentado uma queda no número de alunos, principalmente nos ingressantes das chamadas “liberal Arts” (Lucas, 1996, p.52). Isto porque, as Universidades nos EUA, demandam tempo integral de seus alunos, diferente do Brasil neste aspecto, uma vez que grande parte dos estudos universitários de dá em tempo parcial.

⁴² Para mais sobre os diferentes modelos de Community Colleges existentes atualmente, ver: Community College Models, Globalization and Higher Education Reform, 2009.

⁴³ As “Liberal Arts” são todos os diplomas oferecidos em áreas não-profissionais, isto é, caracterizam-se por oferecer formação mais ampla, focando a formação intelectual do aluno.

Entende-se que a formação do aluno deve focar, principalmente, o ensino de conhecimentos mais gerais e o raciocínio lógico. Os alunos que, geralmente, conseguem vaga nas Instituições que oferecem diplomas de quatro anos, são aqueles que detêm renda mais alta, com disponibilidade para o tempo de estudo, bem como, uma formação secundária de excelência⁴⁴.

Apesar de nem toda a universidade ser considerada de pesquisa, atualmente os EUA lideram os rankings internacionais que hierarquizam e comparam as universidades no mundo. Não obstante, em comparação com o total de alunos do ensino superior, é diminuta a parcela de estudantes matriculados em universidades de pesquisa.

Na realidade, os EUA incorporaram o modelo alemão de universidades de pesquisa e acabaram se tornando referência na área de estudos acadêmicos. Os autores Hugh Davis e Nancy Diamond (1997) demonstram que foi a partir do fim da década de 1960 que o sistema universitário norte-americano começou a se fortalecer e argumentam que a questão chave para o processo foram os mecanismos de financiamento federal que, em parceria com as universidades públicas e privadas, garantiram a consolidação da pesquisa nas universidades.

Atualmente muitos autores têm questionado a capacidade dos EUA em se manter no topo dos rankings internacionais argumentando que o modelo desenvolvido tornou-se muito custoso. Roger Noll, em livro intitulado “Challenges to research Universities” (1997), demonstra que as universidades de pesquisa têm visto o financiamento público diminuir o que introduz novos desafios ao modelo de Universidade de pesquisa.

9.2.3.França

O modelo francês de educação superior difere em muitos aspectos tanto do modelo alemão quanto do norte-americano. Na França, Universidade e pesquisa são conceitos que não caminham juntos. O modelo de Universidade proposto por Humboldt foi adaptado e transformou-se em um sistema de educação superior único e segmentado, baseado em Universidades, Grand-Écoles e institutos de pesquisa independentes.

Assim como a Alemanha, a França também experimentou a massificação de seu sistema de educação superior a partir dos anos 1960. Se em 1960 o número de estudantes não passava de 250.000, na década de 1970 aumentou para 750.000 e para 1.500.000 nos anos 80 (Clark, 1995). Em 2006, os dados da OECD indicaram que 42% da população francesa, na faixa de 25-34 anos, havia concluído o ensino superior. A faixa etária de 55-64 anos, apresenta percentual muito

⁴⁴ Para mais sobre o assunto ver: “Community College Models – Globalization and Higher Education”, 2009.

inferior, apenas 17% da população francesa que possui entre 55 e 64 anos formou-se em uma instituição de ensino superior⁴⁵.

A concepção de que as universidades detêm prestígio nas sociedades, daí a razão para se regular o uso do termo, não se confirma no caso francês. Burton Clark demonstra que as universidades se tornaram “second-best in status and relatively poor in financial support compared to universities in other advanced nations as well as the grandes écoles” (Clark, 1995, p.157). Isto porque o sistema universitário e de pesquisa francês teve seu início a partir da consolidação de corpos especializados de pesquisa *fora* das universidades criando as “écoles” especializadas.

Guy Neave (1995) argumenta que a diferenciação do sistema francês foi fundamental para a consolidação da pesquisa. Demonstra também, que a França introduziu um modelo que dividia suas instituições entre aquelas que *executavam* a pesquisa e aquelas que *treinavam* os estudantes para a pesquisa.

O sistema francês pode ser dividido em três grupos de instituições: (1) as Grandes écoles; (2) as universidades e (3) os institutos universitários de tecnologia, que oferecem cursos de educação superior de curta duração. As grandes écoles podem ser consideradas como instituições altamente especializadas e com muito prestígio na sociedade. A “École Polytechnique” e a “École Nationale D’Administration”, são modelos de grandes écoles muito seletivas e prestigiadas.

As universidades francesas são financiadas e controladas pelo Estado (com algumas exceções de universidades católicas). O processo de seleção não é rígido, todos que possuem um “*baccalauréat*”(exame realizado após o ensino secundário) podem ser admitidos. O desafio principal das Universidades francesas é fazer com que os estudantes consigam permanecer nas Instituições em que foram admitidos.

O terceiro modelo de Instituição, os Instituts Universitaires de Technologie, foi recentemente estabelecido em 1984, através de um decreto⁴⁶ do então Primeiro Ministro Laurent

⁴⁵ O gráfico da OCDE para população que obteve diplomas do setor terciário, indica de forma clara a tendência a massificação do ensino superior. Canadá, Japão e Coreia, apresentam acima de 50% de sua população jovem (entre 25 e 34 anos) nas Instituições de Ensino Superior, para a faixa etária de 55-64 anos, o Japão apresenta pouco mais de 20% de sua população com diploma de ensino superior. A Coreia apresenta número ainda mais baixo, apenas 11% de sua população na faixa etária de 55-64 detém diploma de ensino superior. Estados Unidos e Alemanha apresentam uma realidade diferente. Nos EUA ambas as faixas etárias estão em torno dos 40%, o mesmo acontece na Alemanha, estando as faixas etárias acima dos 20%. Esta tendência demonstra que EUA e Alemanha apresentaram uma massificação do ensino anterior a de outros países, nos anos 60 e 70. Extraído de: <http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/browseit/9609011E.PDF> acesso em 14/06 e 15/06.

⁴⁶ “(...) Art.2 – Les instituts universitaires de Technologies dispensent en formation initiale et continue un enseignement supérieur destiné à préparer aux fonctions d’encadrement technique et professionnel dans certains secteurs de la production, de la recherche appliquée et des services”. Extraído do “Décret du 12 novembre 1984”. <http://www-info.iutv.univ-paris13.fr/~levy/dept/Decret-du-12-11-84.pdf> acesso em 08/06/2009.

Fabius. Este tipo institucional apresenta um perfil diferente dos outros dois modelos. Os institutos universitários são muito seletivos e oferecem currículo diferente daqueles existentes em universidades e grades écoles. Institutos universitários concedem diplomas de dois anos e formam seus estudantes a partir de um ensino vocacional, voltado para o mercado de trabalho e não para o ensino acadêmico.

Atualmente uma tentativa de remodelação das universidades e do sistema de educação superior, vem sendo considerada pelo governo do atual presidente Nicholas Sarkozy. Logo após sua posse, o presidente enviou um memorando a sua ministra da educação determinando-lhe a tarefa de “remediar o estado da pesquisa e do ensino superior francês⁴⁷”. O memorando acentua, ainda, a importância de conduzir as universidades francesas ao nível ao nível de excelência mundial⁴⁸.

Seguindo esta tendência de reforma educacional, em janeiro de 2009, foi lançado um documento intitulado “Estratégia Nacional para a Pesquisa e Inovação”. O documento afirma que o país deixou de ser referência mundial em pesquisa e inovação, pois não reformou seu sistema de educação superior e seus organismos de pesquisa. Afirma ainda, que o ensino superior, a pesquisa e a inovação, são prioridades absolutas do governo⁴⁹.

9.2.4 China

O modelo chinês, em alguns aspectos, se aproxima do brasileiro. Com desenvolvimento tardio, as universidades chinesas tiveram sua expansão a partir dos anos 1980, inicialmente ofertando ensino profissionalizante. Atualmente o país possui mais de 1.700 universidades e faculdades e é considerado o maior sistema do mundo tendo atingido a marca de 20 milhões de estudante em 2004 (Liu, 2005, p.55). Para se ter uma noção, se em 1998 o China apresentava pouco mais de 5 milhões de estudantes, em 2004 o número saltou para mais de 20 milhões de alunos. Isto representa um crescimento de 400% em 6 anos.

⁴⁷ (...) A l'heure où s'engage une bataille mondiale de l'intelligence, il est impératif que la France réforme son système d'enseignement supérieur et de recherche pour le porter au meilleur niveau mondial. (...)En tant que ministre de l'enseignement supérieur et de la recherche, vous êtes investie d'une mission absolument prioritaire au sein du gouvernement et pour la France. Votre objectif doit être de redresser l'état de notre recherche et de notre système d'enseignement supérieur...”. Extraído de: http://www.elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/2007/juillet/lettre_de_mission_adressee_a_m_e_valerie_peccresse_ministre_de_l_enseignement_superieur_et_de_la_recherche.79114.html. Acesso em 17 de abril de 2009

⁴⁸ Além do debate sobre a reestruturação do sistema educacional, está presente também o debate acerca das “World Class Universities” Apesar de não ser o objeto deste trabalho, o debate atenta para a necessidade de construção de universidades de excelência em ensino e pesquisa que possam competir com outras universidades internacionais. Para mais sobre o assunto ver: Altbach (2007)

⁴⁹ “(...) Et nous ne sommes pas aujourd'hui dans le peloton de tête des pays industrialisés pour la recherche et l'innovation. Il y a une raison à cela quand même, c'est parce que bien souvent on a reculé devant la nécessité de réformer nos universités et de nos organismes de recherche. (...)L'enseignement supérieur, la recherche et l'innovation sont notre priorité absolue....”.

Alguns autores atribuem a expansão da educação superior chinesa a políticas de incentivos governamentais (YU, 2006; LIU, 2005). Se na década de 1950, o país adotou o modelo soviético de pesquisa que visa estabelecer institutos de pesquisa independentes das universidades, a partir da década de 1990 o governo chinês incentivou a consolidação de universidades de pesquisa.

Dois grandes ‘projetos’ governamentais são regularmente citados como propulsores do crescimento do ensino superior no país. O primeiro, lançado em 1995 e chamado “project 211”, apresenta como objetivos principais o fortalecimento de 100 Universidades, expansão do número de alunos e maior financiamento governamental (MA, 2006). A partir deste projeto o governo chinês começa a reestruturação do modelo de ensino superior, focando na construção de Universidades de “classe mundial”, ou seja, universidades com pesquisa que figurem entre as melhores do mundo.

O Projeto 985, lançado em 1998, vai além e prevê largo financiamento para as nove maiores universidades chinesas. O autor Ma argumenta que o Projeto 985 aumentou a competição entre as Universidades, isto é, as Instituições começaram a investir mais em pesquisa e em instalações para conseguir o financiamento extra do Projeto 985.

Paralelo a construção de universidades de pesquisa, a China também apresenta IES que oferecem diplomas de dois ou três anos. Segundo o autor Postiglione (2009), apesar de ainda não corresponderem a maioria das matrículas, estas instituições oferecem tanto ensino técnico quanto ensino vocacional. Em 2005, o total de alunos matriculados em “technical colleges” era de 7.130.000, menos da metade dos estudantes de bacharelado.

O que é importante ressaltarmos é que apesar de a China também ter experimentado um crescimento tardio na expansão do ensino superior, atualmente a política de governo é a construção de Universidades “mundiais”. Isto é, a China, diferente do Brasil, busca fortalecer suas Universidades de pesquisa, mas também apresenta outros modelos de ensino superior.

10. Taxionomias de sistemas de ensino superior em perspectiva comparada

Tendo em vista a diversidade de Instituições de ensino superior necessária para a massificação do ensino, alguns mecanismos que permitem comparar instituições foram criados. Ao longo dos anos, diversas possibilidades classificatórias foram surgindo, os EUA, por apresentar um sistema muito complexo e diversificado é pioneiro em sistemas classificatórios.

10.1. Carnegie

Atualmente, a classificação mais utilizada por pesquisadores que buscam classificar e entender diversos sistemas educacionais é a da Carnegie Foundation. A partir dos anos 70 a Carnegie começou a pensar formas de reunir e agrupar em categorias os diversos grupos de instituições de ensino superior existentes nos EUA na tentativa de estabelecer uma taxionomia do sistema americano. Entende-se que o sistema classificatório ajuda a comparar instituições que são diferentes.

A primeira tentativa de construir um sistema classificatório que permitisse esta comparação foi realizada já em 1973, tendo sido atualizada em 1976, 1987, 1994, 2000 e 2005. Se analisarmos os dados de massificação do ensino, percebemos que a criação da Carnegie Classification está diretamente relacionada à crescente diferenciação do ensino superior norte-americano a partir do fim de segunda guerra mundial.

A taxionomia de 2005 é uma atualização detalhada da de 2000. Foram introduzidos diversos novos indicadores que tem como objetivo, não só classificar as instituições de ensino baseado na produção acadêmica ou na formação dos alunos, como também busca considerar as condições de vida dos estudantes. A atualização de 2005 visa, portanto, enriquecer a “*basic classification*” de 2000.

A classificação de 2000 da Carnegie Foundation separa as instituições em cinco categorias distintas, levando em consideração o tipo de diploma de graduação oferecido (bacharelado ou “*associate’s degree*), se há ou não titulação de mestres e doutores e a área dos diplomas conferidos. A seguir apresentamos as cinco categorias com suas subcategorias:

1) Instituições de Doutorado

Intensivo – Oferecem uma grande quantidade de programas de bacharelado. Estão comprometidas com o ensino de pós-graduação através do doutorado. Titulam, por ano, pelo menos 10 doutores em três ou mais disciplinas ou 20 doutores.

Extensivo – Oferecem uma grande quantidade de programas de bacharelado. Estão comprometidas com o ensino de pós-graduação através do doutorado. Titulam 50 ou mais doutores, por ano, em pelo menos 15 áreas.

2) Universidades e Faculdades de Mestrado

Universidades e Faculdades de Mestrado I - Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão comprometidas com o ensino de pós-graduação através do mestrado. Titulam, por ano, pelo 40 mestres em três ou mais disciplinas.

Universidades e Faculdades de Mestrado II - Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão comprometidas com o ensino de pós-graduação através do mestrado. Titulam 20 ou mais mestres por ano.

3) Faculdades de Bacharelado

Faculdades de bacharelado em Liberal Arts – São instituições de graduação com ênfase na titulação de bacharéis. Os diplomas de bacharel conferidos nas “liberal arts” correspondem a cinquenta por cento ou mais do total.

Faculdades de Bacharelado gerais - São instituições de graduação com ênfase na titulação de bacharéis. Os diplomas de bacharel nas “liberal arts” conferidos correspondem a menos de cinquenta por cento do total.

Faculdades de Bacharelado/ “*Associate Colleges*” – São instituições de graduação que conferem diplomas abaixo do nível de bacharelado. Diplomas de bacharel correspondem a pelo menos 10%.

Associate Colleges – São instituições de graduação que oferecem diplomas e programas de duração de dois anos chamados “*associate’s degree*”. Diplomas de bacharelado correspondem a menos de 10% do total de diplomas.

4) Instituições especializadas – Oferecem diplomas que variam de bacharelado a doutorado. Tipicamente conferem a maioria de seus diplomas em uma única área. Incluem:

- Instituições religiosas/teológicas
- Escolas de Medicina
- Outras escolas de saúde
- Escolas de engenharia e tecnologia
- Escolas de economia e administração
- Escolas de arte, música e design
- Escolas de direito
- Escolas de professores
- Outras instituições especializadas

5) Faculdades e Universidades Tribais – faculdades controladas por tribos e localizadas em reservas indígenas.

A classificação de 2005 utiliza, além da “*basic classification*” de 2000, outras cinco categorias de indicadores, são eles: (1) programas de graduação; (2) programas de pós-graduação; (3) perfil dos ingressantes; (4) perfil dos estudantes de graduação; (5) tamanho e instalações. Cada uma destas cinco novas categorias desdobra-se em outras subcategorias.

Dentro de programas de graduação, por exemplo, existem 17 outras categorias que detalham as características das instituições classificadas como de graduação⁵⁰.

A basic classification de 2000 continua sendo muito utilizada por outros pesquisadores e estudiosos para caracterizar seus sistemas internos de educação superior. A classificação de 2005, por ser muito mais complexa e levar em consideração muitos indicadores que, na maioria das vezes, sequer estão disponíveis, parece se adaptar melhor à realidade norte-americana.

10.2. *China*

Partindo de um modelo próximo à “Basic Classification” da Carnegie Foundation, o autor Nian Cai Liu (2007) categoriza as universidades chinesas a partir de **nove** categorias. São elas: Universidades de pesquisa I, universidades de pesquisa II, universidades doutorais I, universidades doutorais II, universidades de mestrado I, universidades de mestrado II, faculdades de bacharelado I, faculdades de bacharelado II, faculdades associadas.

Os critérios incluíram os números totais de diplomas conferidos, o número de estudantes, a média anual de pesquisas, o financiamento recebido além da quantidade de artigos publicados. As quatro primeiras categorias são descritas a seguir:

Universidades de pesquisa I: Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão relacionadas com o ensino de pós-graduação através do doutorado, dão ênfase fundamental às pesquisas e estão aptas a competir por financiamento público.

Universidades de pesquisa II: Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão relacionadas com o ensino de pós-graduação através do doutorado e estão aptas a competir por financiamento público.

Universidades doutorais I: Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão relacionadas com o ensino de pós-graduação através do doutorado, consideram a pesquisa uma importante função. Titulam 70 ou mais doutores por ano.

⁵⁰ Assoc: Associate's; Assoc-Dom: Associate's Dominant; A&S-F/NGC: Arts & sciences focus, no graduate coexistence; A&S-F/SGC: Arts & sciences focus, some graduate coexistence; A&S-F/HGC: Arts & sciences focus, high graduate coexistence; A&S+Prof/NGC: Arts & sciences plus professions, no graduate coexistence; A&S+Prof/SGC: Arts & sciences plus professions, some graduate coexistence; A&S+Prof/HGC: Arts & sciences plus professions, high graduate coexistence; Bal/NGC: Balanced arts & sciences/professions, no graduate coexistence; Bal/SGC: Balanced arts & sciences/professions, some graduate coexistence; Bal/HGC: Balanced arts & sciences/professions, high graduate coexistence; Prof+A&S/NGC: Professions plus arts & sciences, no graduate coexistence; Prof+A&S/SGC: Professions plus arts & sciences, some graduate coexistence; Prof+A&S/HGC: Professions plus arts & sciences, high graduate coexistence; Prof-F/NGC: Professions focus, no graduate coexistence; Prof-F/SGC: Professions focus, some graduate coexistence; Prof-F/HGC: Professions focus, high graduate coexistence

Universidades doutorais II: Oferecem grande quantidade de programas de bacharelado. Estão relacionadas com o ensino de pós-graduação através do doutorado, consideram a pesquisa uma importante função. Titulam menos de 70 doutores por ano.

Partindo destas categorias, o autor encontrou 7 Instituições chinesas que podem ser consideradas como Universidades de pesquisa I, 48 universidades de pesquisa II, 74 universidades doutorais I, 116 universidades doutorais II, 83 universidades de mestrado I, 126 universidades de mestrado II, 201 Faculdades de bacharelado e 1047 faculdades associadas. De um total de 1702 Instituições, apenas 245 (ou aproximadamente 14%) são consideradas de pesquisa ou doutorais. Se considerarmos apenas as universidades de pesquisa, teremos um percentual ainda mais baixo, 3,2%.

10.3.A classificação de João Steiner

Em tentativa semelhante a de Nian Cai Liu, o autor João Steiner (2003), adaptou o modelo de classificação da Carnegie foundation para a realidade brasileira. O autor separou as instituições em três dimensões diferentes definidas como: (1) nível de formação máximo, (2) diversidade e número de concluintes e (3) natureza administrativa. A seguir apresentamos a definição das categorias utilizadas por Steiner.

•Universidades de pesquisa e doutorado: oferecem tipicamente uma ampla gama de programas de bacharelado e estão comprometidas com o ensino de pós-graduação até o doutorado.

Universidades de Pesquisa e Doutorado Diversificadas (DrDiv), que oferecem pelo menos 25 programas de doutorado em pelo menos seis grandes áreas do conhecimento e formaram pelo menos 150 doutores/ ano no período considerado.

Universidades de Pesquisa e Doutorado Intermediárias (DrInt), que oferecem pelo menos dez programas de doutorado em pelo menos duas grandes áreas do conhecimento e formaram pelo menos cinquenta doutores/ ano no período considerado.

Universidades de Pesquisa e Doutorado Restritas (DrRes), que formaram pelo menos dez doutores/ ano em pelo menos três programas ou formaram pelo menos vinte doutores/ ano no total.

Instituições de Pesquisa e de doutorado Especializadas (DrEsp), que oferecem programas de doutorado, mas oferecem diplomas de graduação em uma única área do conhecimento ou não oferecem graduação e formaram pelo menos vinte doutores/ ano no período considerado.

• **Universidades de mestrado: oferecem tipicamente uma ampla gama de programas de bacharelado e estão comprometidas com o ensino de pós-graduação até o mestrado.**

Universidades de Mestrado Diversificadas (MsDiv), que oferecem pelo menos cinco programas de mestrado e formaram pelo menos 75 mestres/ ano no período considerado.

Universidades de Mestrado Intermediárias (MsInt), que oferecem pelo menos três programas de mestrado e formaram pelo menos quarenta mestres/ ano no período considerado.

Universidades de Mestrado Restritas (MsRes), que formaram pelo menos vinte mestres/ ano no período considerado.

Instituições Especializadas (MsEsp), que oferecem programas de mestrado, mas oferecem diplomas em um único campo do conhecimento. Formaram pelo menos vinte mestres/ ano no período considerado.

• **Instituições de graduação: oferecem ensino de graduação.**

GrDiv – Instituições de Graduação Diversificadas (GrDiv), instituições com mais de mil concluintes por ano em pelo menos vinte cursos.

Instituições de Graduação Intermediárias (GrInt), instituições com um número anual mínimo de concluintes de quinhentos em pelo menos dez cursos.

Instituições de Graduação Restritas (GrRes), instituições com menos de quinhentos concluintes por ano.

Instituições de Graduação Especializadas (GrEsp), instituições que oferecem diploma em um único campo do conhecimento:

Tecnológicas
Licenciatura (formação de professores)
Profissionais Liberais
Belas Artes

Partindo das categorias acima descritas, o autor chegou a conclusão de que o Brasil possui 45 universidades de pesquisa e doutorado, 73 de mestrado e 1554 instituições de graduação. Vale ressaltar que os dados de Steiner são de 2003. Das 45 instituições de pesquisa e doutorado existentes no Brasil, 36 são públicas, nove comunitárias, confessionais ou filantrópicas e *nenhuma* privada. Das 73 de mestrado, 31 são públicas, 27 comunitárias, confessionais ou filantrópicas e 15 privadas. Das 1554 instituições de graduação, 175 são públicas, 328 comunitárias, confessionais ou filantrópicas e 1120 privadas.

Comparando os resultados de Steiner com a realidade encontrada na China, o Brasil apresenta um percentual de universidades de pesquisa ainda menor do que a China: de um total de 1672 instituições de ensino superior, apenas 45 (ou, aproximadamente 3%) são consideradas de pesquisa e doutorado.

Em artigo posterior, publicado no livro *World Class University* (2007), o autor chega a outros resultados. Ele afirma que no Brasil há 39 universidades de pesquisa e doutorado, 54 universidades de mestrado e 1554 instituições de bacharelado. Steiner observou, também, que as três maiores universidades de pesquisa e doutorado diversificadas eram paulistas. A USP ficou em primeiro com 200 programas de doutorado e um total de 2180 teses. A Unicamp apareceu em segundo com 52 programas e 747 teses seguida pela Unesp com 65 programas, porém com apenas 663 teses.

10.4. Japão

O livro de Burton Clark “*The Research Foundations of Graduate Education*” (1993), analisa os sistemas educacionais da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão. A análise do sistema japonês apresenta uma tentativa, realizada por Ikuo Amano em 1979, de classificar as instituições japonesas segundo a classificação da Carnegie. Neste sentido, foram encontradas 443 Universidades e Instituições, sendo 24 consideradas universidades de pesquisa.

Nesta classificação considerou-se como universidade de pesquisa aquelas que possuíam programas de doutorado em todas as escolas e a razão entre estudantes de graduação e pós-graduação deveria corresponder a mais de 9% para as universidades nacionais e 6% para as universidades privadas. Dentro destas 24 universidades de pesquisa, estão nove instituições que juntas concedem 45% de todos os diplomas de doutorado.

Além das universidades consideradas de pesquisa, a classificação de Amano encontrou 121 universidades de “Doutorado I”, a maioria delas privadas; 35 Universidades de “Doutorado II”; 85 Instituições de mestrado e 178 faculdades ou instituições de graduação.

Podemos perceber algumas características comuns, tanto na China e no Japão quanto na classificação de Steiner para o Brasil. As Universidades consideradas de pesquisa representam um baixo percentual do total de Instituições nos três países, elas representam 3,2% na China, 5,4% no Japão e apenas 3% no Brasil. A classificação da Carnegie nos permite pensar os sistemas de educação superior de forma comparativa. Brasil e China, por

exemplo possuem realidades muito próximas, com quase o mesmo número de Instituições de ensino superior, assim como o mesmo percentual de Universidades de pesquisa.

Existem ainda algumas outras tentativas de classificação dos sistemas de ensino superior. A seguir apresentaremos outros dois exercícios classificatórios, o da regulação brasileira.

10.7. Regulação inglesa

A regulação inglesa, apesar de ter sofrido alterações nos últimos anos, continua sendo considerada rígida na acreditação de títulos universitários. Segundo Farrington e Palfreyman (2006) classificação utilizada para caracterizar uma universidade considera quatro aspectos diferentes. São eles: (1) o número de estudantes em tempo integral de graduação e pós-graduação deve corresponder a pelo menos 4.000; (2) pelo menos 3.000 dos estudantes em tempo integral devem estar em cursos de graduação; (3) as Universidades devem oferecer suporte para o aprendizado do aluno, bem como para seus funcionários; (4) estrutura organizacional das Instituições.

O governo inglês ainda detém a prerrogativa de dizer que pode ou não ser chamado de universidade, entretanto, o critério de condução de pesquisa deixou de ser utilizado como relevante para a acreditação.

11. Os rankings internacionais

Um outro instrumento muito utilizado internacionalmente é a construção de rankings internacionais que visam hierarquizar as instituições internacionais ou nacionais. Rankings podem ser criados tanto localmente quanto internacionalmente, o que vale ressaltarmos é que na construção de um ranking há um julgamento de *qualidade*, são utilizados indicadores de excelência para julgar as melhores e as piores Instituições, esta característica o diferencia dos sistemas classificatórios acima descritos. Um sistema classificatório simplesmente separa as instituições em categorias comparáveis, não determina quais são melhores ou piores. A seguir apresentaremos três rankings reconhecidos internacionalmente apontando a posição brasileira em cada um.

11.1. The Times Higher Education Supplement (THES)⁵¹

⁵¹ Todas as informações aqui apresentadas foram extraídas do portar da Times Higher Education: www.timeshighereducation.co.uk/ acesso em 24/06/2009.

Publicado desde 2004, é uma lista ranqueada de 200 universidades. Atualmente, o ranking produzido pela Inglaterra é considerado um dos mais completos em termos de indicadores. O ranking parte da análise de cinco indicadores distintos: (1) avaliação dos pares; (2) avaliação dos empregadores; (3) corpo estudantil; (4) índice de citações; (5) estudantes e empregados internacionais.

Para o cálculo do ranking, são enviados diversos questionários para Universidades internacionalmente reconhecidas. Os questionários são encaminhados para professores, alunos, empregados e empregadores. O primeiro indicador, de avaliação dos pares, é o de maior peso para o ranking, corresponde a 40% do total. Este indicador é composto de perguntas enviadas a professores em diversos países, que são estimulados a reconhecer as melhores instituições em diversas áreas, tanto nacionais quanto internacionais.

O índice de citações corresponde a 20% do total do cálculo do índice para cada Universidade. Ele é calculado a partir de três grandes portais de publicação: *Web of Science from Thomson Reuters*; *Scopus from Elsevier* e *Google Scholar*, são considerados tanto o total de citações durante os últimos cinco anos, como o número de professores em tempo integral.

Os indicadores dos estudantes também correspondem a 20% do total da pontuação. Para seu cálculo são utilizados dados quantitativos acerca do número de estudantes, quantos são de graduação, pós-graduação, a relação entre professor e aluno, dentre outros. Os outros 20% são compostos pelo número de professores e alunos internacionais, quanto maior o número melhor a colocação e pela análise dos empregadores sobre a instituição. É importante demonstrarmos que apenas 15 instituições⁵² de ensino superior brasileiras aparecem como *opção*, nos questionários entregue aos professores para a análise dos pares.

O Brasil aparece no ranking de 2005 com a Universidade de São Paulo na 196ª posição. Em 2006 a USP ficou de fora do ranking retornando no ano de 2007 na 175ª posição, no mesmo ano a Unicamp também aparece na 177ª posição. A última divulgação realizada em 2008 traz a USP novamente em 196ª lugar. Em 2008, a Universidade de Buenos Aires figurou, pela primeira vez, no ranking das 200 melhores universidade do mundo, ficando logo atrás da USP em 197ª lugar. Vale lembrar que da América Latina apenas Brasil, México e recentemente Argentina aparecem no ranking.

⁵² São elas: Unicamp; Dom Cabral Foundation; FGV; PUC-Rio; USP; UFRJ; Unesp; UNB; UFBA; UFCE; UFF; UFMG; Federal do Paraná; UFPE; UFSC

11.2. Academic Ranking of World Universities (ARWU)⁵³

O ARWU é outro ranking de importância no cenário internacional, compilado desde 2003 pelo *Shanghai Jiao Tong University's Institute of Higher Education*, dá ênfase a indicadores de desempenho acadêmico e pesquisa. Publicam anualmente, um ranking internacional com as 500 melhores instituições, bem como rankings locais: Américas, Europa e Ásia.

Os indicadores utilizados são: (1) qualidade da educação, calculada pelo número Prêmio Nobel e *Field Medal* recebidos pelos ex-alunos; (2) qualidade do corpo docente, professores com prêmio nobel e/ou *field medaks* e pesquisadores mais citados por área de conhecimento; (3) número de publicações; (4) tamanho da instituição. Ao contrário do ranking do The Times, que produz indicadores através dos questionários, o ARWU utiliza dados que já estão disponíveis.

O ARWU lista por posição apenas as 100 melhores instituições, a partir daí seu ranking é feito por “faixas”, são instituições que se equivalem. Em 2003, o Brasil aparece no ranking com cinco instituições, a USP entre as 200 melhores, a Unicamp entre as 250 melhores, UFRJ aparece entre as 400 melhores e UNESP e UFMG entre as 500 melhores.

Em 2008 o padrão sofre pequenas alterações, a USP figura entre as 150 melhores instituições, Unicamp entre as 300 melhores, UFMG e UFRJ entre as 400 melhores e UNESP e UFRS entre as 500 melhores. No ranking das 100 melhores instituições das Américas, apenas a USP aparece, entre as 77 primeiras.

11.3. Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities⁵⁴

Criado em 2007, *Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities*, é uma medida biométrica produzida pelo *Higher Education Evaluation and Accreditation Council of Taiwan*. O trabalho é desenvolvido com base em medidas de desempenho constituídas por nove indicadores que representam três diferentes critérios de avaliação de desempenho dos trabalhos acadêmicos: produtividade, impacto e excelência da pesquisa. A análise considera a performance dos trabalhos acadêmicos das 500 maiores universidades.

Em 2007 a USP aparecia na 94ª posição em 2008 a Universidade de São Paulo ficou na 100ª posição. A UFRJ passou da 331ª posição em 2007 para a 384ª. A UNICAMP, por sua vez, subiu 9 posições indo da 332ª para a 323ª posição. A UFRS passou da 462ª para a

⁵³ Todas as informações aqui contidas foram extraídas do portal da ARWU: www.arwu.org acesso em 25/06/2009.

⁵⁴ Informações extraídas do portal do índice: <http://ranking.heeact.edu.tw/en-us/2008/Page/Methodology> acesso em 25/06/2009.

473ª posição em 2008. A Federal de Minas Gerais também aparece entre as 500 melhores Universidades na 493ª posição. A Unesp que aparecia em 485ª lugar em 2007 saiu do ranking em 2008.

11.4. *Webometrics*⁵⁵

O *Webometrics Ranking of World Universities*, é produzido pela *Cybermetrics Lab* (CINDOC), uma unidade do *National Research Council* (CSIC), o principal organismo de pesquisa espanhol. Este ranking considera que a dimensão de uma instituição se traduz por sua presença na *Web*, especialmente pelos processos de geração de comunicação entre os acadêmicos. O programa argumenta que seu objetivo é estimular a publicação de trabalhos científicos na internet.. Sua base de dados registra mais de 15.000 Instituições de Ensino superior e mais de 5.000 centros de pesquisa. Só do Brasil são registradas 1529 Instituições.

O ranking combina indicadores que consideram tanto o volume como o conteúdo de informações acadêmicas disponíveis na internet. Analisa também a visibilidade e impacto que as informações recebem. A unidade de análise do *Webometrics* é o domínio institucional, portanto, só instituições de ensino com endereço próprio e independente são consideradas.

O Brasil possui nove Instituições entre o ranking das 500 melhores, são elas: USP (87ª posição); Unicamp (159ª posição); UFRS (285ª posição); UFRJ (299ª posição); UFSC (304ª posição); UFMG (356ª posição); UNB (403ª posição); PUC-Rio (448ª posição); UNESP (458ª posição). No ranking da América Latina a USP aparece em segundo lugar perdendo apenas para a Universidade do México. Das 10 primeiras Universidades que aparecem no ranking da América Latina 7 são brasileiras.

⁵⁵ Informações extraídas do portal do *Webometrics*: www.webometric.info. Acesso em 24/06/2009.

Tabela 35 - Posição das Universidades Brasileiras nos Rankings em 2008

	ARWU	The Times	Webometrics	Ranking of Scientific Papers
USP	150	196	87	100
Unicamp	300	-	159	323
UFRJ	400	-	299	384
UFRS	500	-	285	473
UFMG	400	-	356	493
UNESP	500	-	458	-

12. Instituições Universitárias no Brasil

As IES brasileiras podem ser categorizadas de dois grandes grupos, as IES universitárias e as não universitárias. As primeiras são aquelas que detêm autonomia para a abertura de cursos e vagas em cursos, são as Universidades e os Centros Universitários. As IES não universitárias são as faculdades, escolas e institutos que não detêm autonomia para criar cursos nem vagas.

A tabela 36 indica a evolução das matrículas por categoria administrativa. Observe-se que o ensino superior brasileiro vem se caracterizando como um ensino universitário⁵⁶. Em 2007, 68,1% das matrículas pertenciam a Instituições Universitárias, percentagem esta devida ao impressionante crescimento dos centros universitários. Nos últimos 8 anos o número de matrículas aumentou 323%, em comparação com a média total de 105%.

Tabela 36. Evolução da Matrícula em IES Universitárias (Universidades e Centros Universitários) e não universitárias – Brasil – 1999-2007

Ano	Matrículas em cursos de graduação					% Matrículas			
	Total	IES Universitárias			IES não Universitárias	IES Universitárias			IES não Universitárias
		Total	Universidades	Centros Universitários		Total	Universidades	Centros Universitários	
1999	2.369.945	1.780.711	1.619.734	160.977	589.234	75,1	68,3	6,8	24,9
2000	2.694.245	2.051.668	1.806.989	244.679	642.577	76,2	67,1	9,1	23,8
2001	3.030.754	2.294.817	1.956.542	338.275	735.937	75,7	64,6	11,2	24,3
2002	3.479.913	2.580.974	2.150.659	430.315	898.939	74,2	61,8	12,4	25,8
2003	3.887.022	2.777.389	2.276.281	501.108	1.109.633	71,5	58,6	12,9	28,5
2004	4.163.733	2.984.630	2.369.717	614.913	1.179.103	71,7	56,9	14,8	28,3
2005	4.453.156	3.144.705	2.469.778	674.927	1.308.451	70,6	55,5	15,2	29,4

⁵⁶ Vale lembrar que esta não é uma característica comum a muitos países. Os EUA, por exemplo, matriculam praticamente a metade de seus alunos nos Community Colleges, que oferecem diplomas de dois anos. Em 2003, a Coreia detinha quase um milhão de estudantes no “*ensino superior de curta duração*”, que oferta ensino vocacional de três anos, diferente do ensino universitário.

2006	4.676.646	3.238.305	2.510.396	727.909	1.438.341	69,2	53,7	15,6	30,8
2007	4.880.381	3.325.125	2.644.187	680.938	1.555.256	68,1	54,2	14,0	31,9
Variação	2.510.436		1.024.453	519.961	966.022		-	-	-
%	105,9		63,2	323,0	163,9		-	-	-

A tabela 37 complementa a acima descrita, acrescentando a categoria administrativa das Instituições. Do total de 68,1% de alunos em Instituições Universitárias 33,1% encontram-se em Instituições públicas e 66,1% em Instituições privadas. A tabela indica o predomínio das Universidades no setor público principalmente o federal e o estadual. Apenas 6% das matrículas de graduação no setor público federal ocorrem em IES consideradas não Universitárias. Com relação às estaduais, apenas 9% dos estudantes estão matriculados em Instituições não Universitárias. As Instituições públicas *municipais* apresentam realidade distinta: 42,4% das matrículas estão em IES não-universitárias.

Com relação ao setor privado a realidade se altera. O percentual de alunos matriculados em universidades é quase o mesmo do percentual de alunos em IES não-universitárias, 42,9 para o primeiro e 38,9 para o segundo. O ensino superior privado no Brasil é oferecido tanto por Universidades quanto por Faculdades e outras IES não-universitárias, já o ensino público é predominantemente universitário.

Tabela 37. Matrículas em IES Universitárias (Universidades e Centros Universitários) segundo a categoria administrativa – Brasil - 2007

Categoria Administrativa	Matrículas em cursos de Graduação				% Matrículas			% Universidades e Centros Univ.
	Universidades	Centros Universitários	Outros	Total	Universidades	Centros Universitários	Outros	
TOTAL	2.644.187	680.938	1.555.256	4.880.381	54,2	14,0	31,9	68,1
PÚBLICA	1.082.684	17.617	140.667	1.240.968	87,2	1,4	11,3	88,7
Federal	578.536	-	37.006	615.542	94,0	-	6,0	94,0
Estadual	439.585	-	43.229	482.814	91,0	-	9,0	91,0
Municipal	64.563	17.617	60.432	142.612	45,3	12,4	42,4	57,6
PRIVADA	1.561.503	663.321	1.414.589	3.639.413	42,9	18,2	38,9	61,1
Particular	693.313	353.462	1.210.546	2.257.321	30,7	15,7	53,6	46,4
Com/Conf./Filan	868.190	309.859	204.043	1.382.092	62,8	22,4	14,8	85,2

12.1. Universidades de Pesquisa?

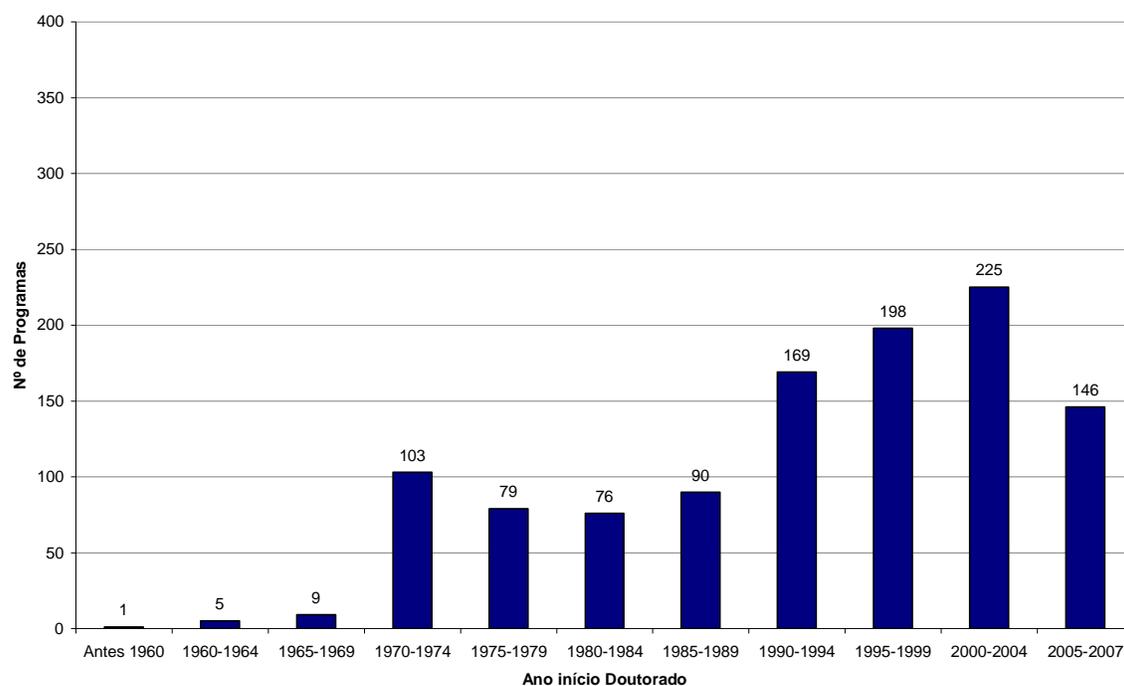
Tendo em vista o debate internacional acerca da constituição ou não de Universidades de pesquisa, bem como, a obrigatoriedade da pesquisa para a acreditação de títulos Universitários no Brasil, devemos nos perguntar se o ensino superior brasileiro de fato apresenta Instituições que podem ser consideradas como de pesquisa, ou se nosso ensino seria basicamente de graduação.

Uma boa forma de medirmos e apreendermos a realidade brasileira é através da análise dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades. Será que o Brasil possui alguma universidade de classe mundial? As universidades brasileiras de fato possuem programas de pós-graduação em diversas áreas? Quantos alunos são titulados pelos programas de mestrado e doutorado?

Os gráficos a seguir demonstram a maturidade institucional dos cursos de pós-graduação das universidades e, também, a institucionalização dos cursos de mestrado e doutorado. Com relação aos cursos de doutorado, o gráfico 27 nos mostra que de 1995 até 2007, foram criados 569 novos cursos de doutorado. Isto representa um crescimento de mais de 100%, em apenas 12 o Brasil dobrou o número de cursos⁵⁷.

⁵⁷No dia 15/08/2009 foi publicada no portal G1, uma matéria afirmando que os reitores das Universidades Federais brasileiras desejam a ampliação da pós-graduação brasileira. Segundo a notícia, os reitores desejam aumentar em 80% o número de alunos em cursos de mestrado e doutorado: “(...) Segundo o estudo o Brasil tem hoje 1117 cursos de mestrado e 638 de doutorado. Ao final de quatro anos, os reitores querem aumentar esse número para 1761 cursos de mestrado e 1161 de doutorado...”. Caso o projeto seja levado a cabo, o setor federal se consolidará ainda mais como o grande provedor de ensino de pós-graduação no Brasil.

Gráfico 27. Ano de criação dos cursos de doutorado que existiam em 2008



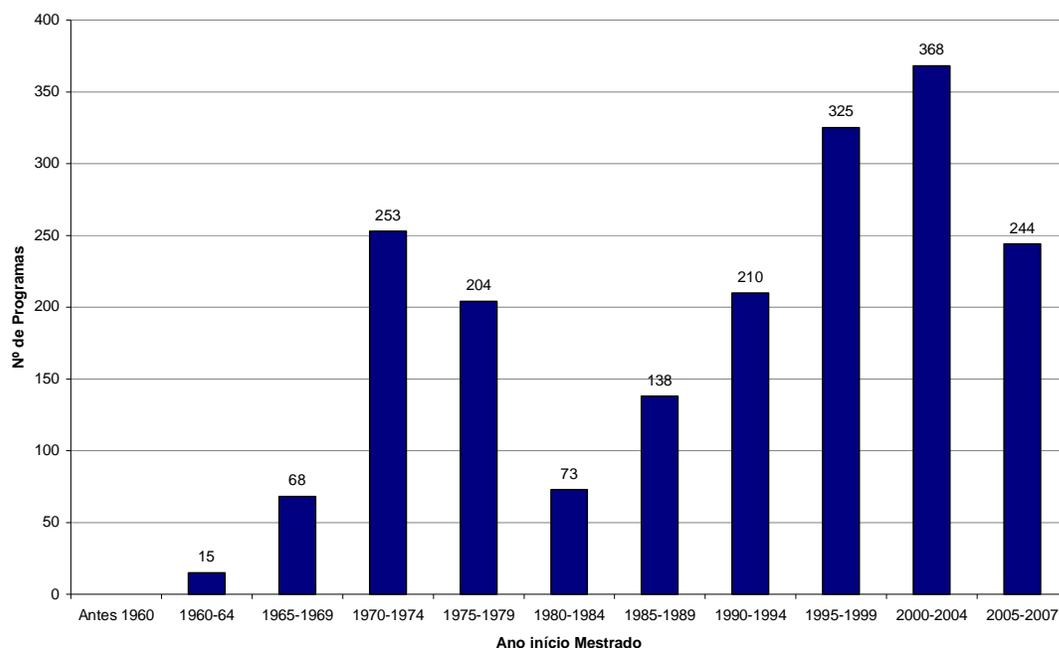
O curso de doutorado em direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é o mais antigo do Brasil datando de 1931. UFRJ aparece em segundo com cursos datando de 1963. A tabela abaixo demonstra os 10 cursos de doutorados mais antigos.

Tabela 38. Ano de criação dos cursos de doutorado (os 30 mais) , que existiam em 2008

InícioD	IES	Nome_Progr	UF
1931	UFMG	DIREITO	MG
1963	UFRJ	BIOQUÍMICA	RJ
1963	UFRJ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	RJ
1963	UFRJ	QUÍMICA ORGÂNICA	RJ
1963	UFRGS	GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR	RS
1964	UFRGS	FÍSICA	RS
1965	UFRJ	CIÊNCIAS (MICROBIOLOGIA)	RJ
1965	UFPR	CIÊNCIAS (BIOQUÍMICA)	PR
1968	UFMG	BIOQUÍMICA E IMUNOLOGIA	MG
1968	PUC-RIO	FÍSICA	RJ

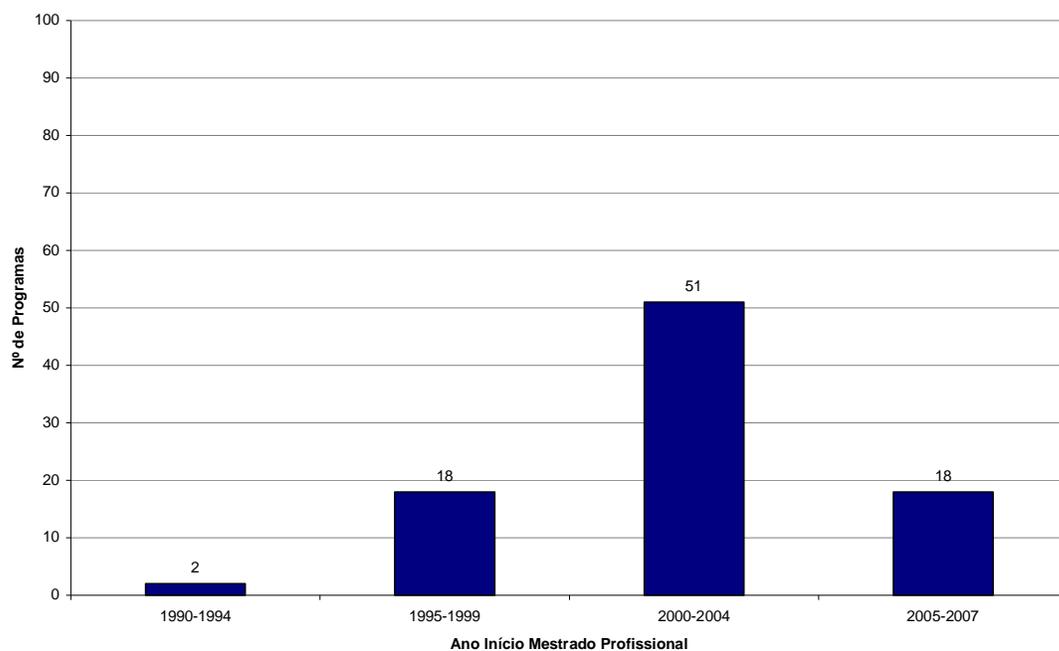
Com relação aos cursos de mestrado, os primeiros foram criados entre 1960-1964, 30 anos depois da criação do primeiro doutorado. Seguindo a tendência dos cursos de doutorado, também se percebe um grande crescimento na oferta dos cursos de mestrado nos últimos 12 anos. Até 1994 o Brasil possuía 961 cursos de mestrado, em 2008 temos 2108.

Gráfico 28 . Ano de criação dos cursos de mestrado que existiam em 2008



Os mestrados profissionalizantes são mais recentes, o primeiro foi inaugurado em 1990. O gráfico 29 demonstra o pequeno aumento no número de cursos.

Gráfico 29 . Ano de início dos mestrados profissionais que existiam em 2008



O sistema de educação superior brasileiro organiza-se em cinco categorias distintas de Instituições: (1) faculdades, escolas e institutos, (2) centros universitários, (3) faculdades integradas, (4) centros tecnológicos e (5) universidades. De um total de 2281 IES, apenas 183 são formalmente consideradas Universidades. Os critérios utilizados pelo governo brasileiro para a acreditação de títulos de Universidade para as Instituições de ensino superior giram em torno da necessidade de existência da pesquisa acadêmica, bem como a criação de cursos de mestrado e doutorado⁵⁸.

Observemos o efeito da aplicação de quatro cenários classificatórios diferentes, com respeito à pós-graduação, sobre o parque universitário brasileiro. O primeiro, seguindo o projeto de “Reforma Universitária” enviada pelo Executivo ao Congresso, diz que as instituições de ensino superior para receberem o título de universidade devem, necessária e minimamente, oferecer três mestrados e um doutorado. O segundo exercício, examina o que aconteceria se o critério variasse para a exigência de **pelo menos** cinco mestrados e um doutorado. O terceiro cenário pressupõe a existência de três cursos mestrados e dois doutorado. Por fim, o quarto cenário exigiria a existência de cinco mestrados e dois doutorados.

Tabela 39. Nº de Mestrados e Doutorados em Universidades – Brasil – 2008

Critério	Situação em 2008	Total		Universidades							
				Federais		Estaduais		Municipais		Privadas	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Com cursos de mestrado/doutorado	Total	183	100,0	56	100,0	35	100,0	6	100,0	75	100,0
	Cumprem	164	89,6	56	100,0	28	80,0	5	83,3	64	85,3
	Não cumprem	19	10,4	0	0,0	7	20,0	1	16,7	11	14,7
Pelo menos 1 doutorado e 3 mestrados	Total	183	100,0	56	100,0	35	100,0	6	100,0	75	100,0
	Cumprem	106	57,9	48	85,7	16	45,7	4	66,7	38	50,7
	Não cumprem	77	42,1	8	14,3	19	54,3	2	33,3	37	49,3

Fonte: CAPES. Tabulações do Observatório Universitário.

⁵⁸ Enquanto o ensino superior brasileiro tem sido ofertado majoritariamente em turnos noturnos, por Universidades privadas que em sua maioria não tem tradição na área de pesquisa e não figuram entre as principais Universidades Internacionais, outros países têm buscado construir Universidades de pesquisa de Classe Mundial. Este é o caso da China que em 1998 lançou o “Project 985” que visava financiar as grandes Universidades Chinesas para que estas se transformassem em Universidades Mundiais (World Class Universities). Segundo Altbach (2007), uma Universidade de Pesquisa caracteriza-se como: “(...) an academic institution focusing intensely on the production of research as part of its mission; offering instruction up to the doctoral level; possessing the necessary infrastructures for research, including libraries, information technology, and laboratories; employing high-quality and carefully selected academic staff (usually with doctoral degrees); maintaining working conditions that permit research activity; and selecting the best quality students available” (p.7).

Nota: ¹ Cursos Avaliados em 2007 e cursos cujos atos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento foram oficializados pelo Ministro da Educação (Cursos reconhecidos) até 30 de dezembro de 2008.

A tabela 40 demonstra que 27,59% das Universidades privadas *não* se encaixam no cenário 2. De um total de 87 Instituições privadas, apenas 24 apresentam pelo menos cinco cursos de mestrado e um de doutorado. Para as instituições federais, o percentual é invertido: quase 75% ofertam pelo menos cinco mestrados e um doutorado e apenas 25,4% não cumprem o critério.

Tabela 40. Cenário 2: Universidades com pelo menos cinco mestrados e um doutorado

Categoria Administrativa	Cumprem em 2001 *		Total	Cumprem em 2006 *		Total	Cumprem em 2008 *		Total
	Não	Sim		Não	Sim		Não	Sim	
Federal	8 20,51%	31 79,49%	39 100,00%	14 26,42%	39 73,58%	53 100,00%	14 25,45%	41 74,55%	55 100,00%
Estadual	23 76,67%	7 23,33%	30 100,00%	21 63,64%	12 36,36%	33 100,00%	19 54,29%	16 45,71%	35 100,00%
Municipal	2 100,00%	0 0,00%	2 100,00%	4 80,00%	1 20,00%	5 100,00%	4 66,67%	2 33,33%	6 100,00%
Privada	77 90,59%	8 9,41%	85 100,00%	64 74,42%	22 25,58%	86 100,00%	63 72,41%	24 27,59%	87 100,00%
Total	110 70,51%	46 29,49%	156 100,00%	103 58,19%	74 41,81%	177 100,00%	100 54,64%	83 45,36%	183 100,00%
* Sistema CAPES; dados sem data			* Aval. Trienal 2004; dados de dez/2006			* Aval. Trienal 2007, dados de out/2008			

Elaboração: Observatório Universitário /Databrasil Ensino e Pesquisa

Com relação ao cenário 3 os percentuais são basicamente os mesmo. Das 87 IES privadas 74,71% *não* cumprem o requisito. Das IES federais cerca de 73% **cumprem** o requisito.

Tabela 41. Cenário 3: Universidades com pelo menos três mestrados e dois doutorados

Categoria Administrativa	Cumprem em 2001 *		Total	Cumprem em 2006 *		Total	Cumprem em 2008 *		Total
	Não	Sim		Não	Sim		Não	Sim	
Federal	11 28,21%	28 71,79%	39 100,00%	19 35,85%	34 64,15%	53 100,00%	15 27,27%	40 72,73%	55 100,00%
Estadual	24 80,00%	6 20,00%	30 100,00%	24 72,73%	9 27,27%	33 100,00%	23 65,71%	12 34,29%	35 100,00%
Municipal	2 100,00%	0 0,00%	2 100,00%	5 100,00%	0 0,00%	5 100,00%	6 100,00%	0 0,00%	6 100,00%
Privada	76 89,41%	9 10,59%	85 100,00%	72 83,72%	14 16,28%	86 100,00%	65 74,71%	22 25,29%	87 100,00%
Total	113 72,44%	43 27,56%	156 100,00%	120 67,80%	57 32,20%	177 100,00%	109 59,56%	74 40,44%	183 100,00%
* Sistema CAPES; dados sem data			* Aval. Trienal 2004; dados de dez/2006			* Aval. Trienal 2007, dados de out/2008			

Elaboração: Observatório Universitário /Databrasil Ensino e Pesquisa

Para o cenário 4 os percentuais de IES que cumprem o requisito são ainda mais baixos. Apenas 16 IES privadas (ou 18,39%) cumprem o requisito de pelos menos cinco

mestrados e dois doutorados. O percentual também é menor nas Instituições federais, cerca de 70% cumpre e 30% não cumpre.

Tabela 42. Cenário 4: Universidades com pelo menos cinco mestrados e dois doutorados

Categoria Administrativa	Cumpram em 2001 *		Total	Cumpram em 2006 *		Total	Cumpram em 2008 *		Total
	Não	Sim		Não	Sim		Não	Sim	
Federal	12 30,77%	27 69,23%	39 100,00%	19 35,85%	34 64,15%	53 100,00%	17 30,91%	38 69,09%	55 100,00%
Estadual	24 80,00%	6 20,00%	30 100,00%	24 72,73%	9 27,27%	33 100,00%	23 65,71%	12 34,29%	35 100,00%
Municipal	2 100,00%	0 0,00%	2 100,00%	5 100,00%	0 0,00%	5 100,00%	6 100,00%	0 0,00%	6 100,00%
Privada	78 91,76%	7 8,24%	85 100,00%	73 84,88%	13 15,12%	86 100,00%	71 81,61%	16 18,39%	87 100,00%
Total	116 74,36%	40 25,64%	156 100,00%	121 68,36%	56 31,64%	177 100,00%	117 63,93%	66 36,07%	183 100,00%
* Sistema CAPES; dados sem data			* Aval. Trienal 2004; dados de dez/2006			* Aval. Trienal 2007, dados de out/2008			

Elaboração: Observatório Universitário /Databrasil Ensino e Pesquisa

A tabela 43 demonstra um resumo dos dados da pós-graduação e graduação nas *Universidades* brasileiras. Segundo os dados, a pós-graduação brasileira é quase integralmente ofertada pelas Universidades públicas (federais e estaduais) e pelas Universidades Católicas. Apesar de o ensino privado ser responsável por mais de 70% das matrículas de graduação, a pós-graduação é quase que integralmente pública. Há uma grande concentração de cursos de doutorado e mestrado no sudeste. O sistema universitário do estado de São Paulo oferta a maior quantidade de cursos de doutorado do país: 355 cursos nas Universidades estaduais (USP, UNESP, UNICAMP).

Tabela 43. Dados Gerais dos cursos de Doutorado, Mestrado e Graduação das Universidades – Brasil – 2008 e 2007

Cat. Adm. e Loc. Geográfica	Nº de Universidades	Doutorado				Mestrado				Graduação			
		Cursos		Titulados		Cursos		Titulados		Cursos		Matriculados	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total Geral	183	1.325	100	9.488	100	2.302	100	28.443	100	7.416	100	1.600.520	100
Federais	56	772	58%	4.567	48%	1.397	61%	15.622	55%	2.699	36%	596.756	37%
Norte	8	30	2%	83	1%	101	4%	762	3%	574	8%	84.777	5%
Nordeste	15	179	14%	868	9%	379	16%	3.661	13%	782	11%	192.042	12%
Sudeste	19	312	24%	2.164	23%	489	21%	5.860	21%	590	8%	158.650	10%
Sul	9	181	14%	1.149	12%	280	12%	3.695	13%	452	6%	100.599	6%
C-Oeste	5	70	5%	303	3%	148	6%	1.644	6%	301	4%	60.688	4%
Estaduais	35	425	32%	4.117	43%	616	27%	7.883	28%	2.781	38%	430.223	27%
SP ¹	3	355	27%	3.752	40%	394	17%	5.767	20%	335	5%	96.808	6%
Outras	32	70	5%	365	4%	222	10%	2.116	7%	2.446	33%	333.415	21%

Municipais	6	4	0%	0	0%	23	1%	359	1%	282	4%	64.563	4%
Privada	86	124	9%	804	8%	266	12%	4.579	16%	1.654	22%	508.978	32%
PUC's ²	6	72	5%	655	7%	116	5%	2.539	9%	351	5%	125.807	8%
Outras	80	52	4%	149	2%	150	7%	2.040	7%	1.303	18%	383.171	24%

Fontes: CAPES. Cursos Avaliados em 2007 e cursos reconhecidos até 30 de dezembro de 2008 e MEC/INEP – Censo da Educação Superior 2007. Tabulações do Observatório Universitário

Notas: ¹ USP, UNESP, UNICAMP.

²PUC-Rio, PUC/SP, PUC/RS/PUC/PR, PUC/MG, PUCCAMP.

Tabela 44. Universidades que não cumprem o critério de pelo menos 1 doutorado e 3 mestrados - 2008

Categoria Administrativa	Nº	Sigla	Nome IES	Nº de cursos	
				Doutorado	Mestrado
Privada	1	UMC	Universidade de Mogi das Cruzes	2	2
	2	USC	Universidade do Sagrado Coração	1	2
	3	UNIMES	Universidade Metropolitana de Santos	1	1
	4	UNISANTOS	Universidade Católica de Santos	x	5
	5	UCDB	Universidade Católica Dom Bosco	x	4
	6	UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio - Prof Jose De Souza Herdy	x	4
	7	UNIMAR	Universidade de Marília	x	4
	8	UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville	x	3
	9	UNINCOR	Universidade Vale do Rio Verde	x	3
	10	UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	x	3
	11	UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista	x	3
	12	UVA/RJ	Universidade Veiga de Almeida	x	3
	13	UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira	x	3
	14	UNISA	Universidade de Santo Amaro	x	3
	15	UNICID	Universidade Cidade de São Paulo	x	3
	16	USJT	Universidade São Judas Tadeu	x	3
	17	UNIPAR	Universidade Paranaense	x	3
	18	UNIFENAS	Universidade José do Rosário Vellano	x	3
	19	UAM	Universidade Anhembi Morumbi	x	3
	20	UNAMA	Universidade da Amazônia	x	3
	21	USS	Universidade Severino Sombra	x	2
	22	UNIB	Universidade Ibirapuera	x	2
	23	UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce	x	2
	24	UNIUBE	Universidade de Uberaba	x	2
	25	UNOPAR	Universidade Norte do Paraná	x	2
	26	UNIT-SE	Universidade Tiradentes	x	2
	27	UNP	Universidade Potiguar	x	2
	28	UNIMARCO	Universidade São Marcos	x	2
	29	UNIDERP	Universidade Anhanguera	x	2
	30	UNC	Universidade do Contestado	x	1
	31	FUMEC	Universidade Fumec Mg	x	1
	32	UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	x	1
	33	UCP/RJ	Universidade Católica de Petrópolis	x	1
	34	UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	x	1
	35	UNICASTELO	Universidade Camilo Castelo Branco	x	1
	36	UBC	Universidade Braz Cubas	x	1
	37	UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense	x	1
	38	UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta	x	x
	39	UI	Universidade de Itaúna	x	x
	40	USU	Universidade Santa Úrsula	x	x
	41	UNIVÁS	Universidade do Vale Do Sapucaí	x	x
	42	UNIG	Universidade Iguaçú	x	x

Categoria Administrativa	Nº	Sigla	Nome IES	Nº de cursos	
				Doutorado	Mestrado
	43	UCB	Universidade Castelo Branco	x	x
	44	URCAMP	Universidade da Região da Campanha	x	x
	45	UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos	x	x
	46	UNISANTA	Universidade Santa Cecília	x	x
	47	UNIC	Universidade de Cuiabá	x	x
	48	UniABC	Universidade do Grande Abc	x	x
Estadual	1	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	x	7
	2	UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros	x	7
	3	UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste	x	4
	4	UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	x	3
	5	UEG	Universidade Estadual de Goiás	x	2
	6	UEMA	Universidade Estadual do Maranhão	x	2
	7	UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais	x	2
	8	UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso	x	2
	9	URCA	Universidade Regional do Cariri	x	1
	10	UEPa	Universidade do Estado do Pará	x	1
	11	UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú	x	1
	12	UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	x	1
	13	UNITINS	Universidade do Tocantins	x	x
	14	UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	x	x
	15	UERR	Universidade Estadual de Londrina	x	x
	16	UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	x	x
	17	UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas	x	x
	18	UESPI	Universidade Estadual do Piauí	x	x
	19	UNIVIMA	Universidade Virtual do Estado do Maranhão	x	x
Federal	1	UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins	x	7
	2	UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei	x	7
	3	UFAC	Universidade Federal do Acre	x	5
	4	UFRR	Fundação Universidade Federal de Roraima	x	5
	5	UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	x	3
	6	UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	x	2
	7	UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	x	2
Municipal	1	IMES/USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	x	2
	2	FESURV	Universidade de Rio Verde	x	1
	3	UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	x	x

Fonte: CAPES. Tabulações do Observatório Universitário.

A lista abaixo corresponde as IES universitárias que não tem sequer um mestrado:

1. Universidade do Tocantins (UNITINS)
2. Universidade Estadual De Alagoas (UNEAL)
3. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)
4. Universidade Estadual de Londrina (UERR)
5. Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
6. Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul (UERGS)
7. Universidade Virtual do Estado do Maranhão (UNIVIMA)
8. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
9. Universidade da Região da Campanha (URCAMP)
10. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)
11. Universidade de Cuiabá (UNIC), Universidade de Itaúna (UI)
12. Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)
13. Universidade Iguazu (UNIG)
14. Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)
15. Universidade Santa Cecília (UNISANTA)
16. Universidade Castelo Branco (UCB)
17. Universidade do Grande Abc (UNIABC)
18. Universidade Santa Úrsula (USU)

As tabelas apresentadas a seguir listam as 50 primeiras universidades, ordenadas pelo o número de cursos de doutorado, e as 50 primeiras, ordenadas pelo número de matrículas na graduação. Na tabela 42, a USP aparece em primeiro lugar com mais do dobro de cursos de doutorado do que a Unesp (segunda colocada). Vale ressaltar que entre as cinco primeiras, 3 estão no estado de São Paulo. Já na tabela 31, que separa as universidades por matrículas na graduação, as quatro primeiras instituições são privadas. A USP só aparece na 6ª posição⁵⁹.

⁵⁹ Os dados aqui utilizados podem ser consultados nos Documentos de Trabalho do Instituto DataBrasil. O DT nº82 parte 1, intitulado “Quantas Unviersidades realmente existem no Brasil”, apresenta os dados das Universidades de forma mais detalhada, focando os dados da pós-graduação brasileira. A parte dois descreve as Universidades Brasileiras como diversidade de conhecimento da graduação e pós-graduação, matrículas na graduação, dentre outros. A parte 3 analisa a relação entre os indicadores das Universidades e detalha algumas possíveis classificações das Universidades. Acesso em: www.databrasil.org.br.

Tabela 45. 50 primeiras universidades ordenado por nº de cursos de doutorado

Nº	Nome IES	Nº de cursos		Titulados		Áreas de Conh. Dout.	Conceito Doutorado				Graduação	
		Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado		3 ou 4	5	6 ou 7	Médio	Cursos	Matriculados
1	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	212	219	2251	3232	38	54	94	64	5,1	145	49.774
2	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	83	109	698	1374	26	38	39	6	4,6	125	32.204
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	74	91	717	1441	33	24	21	29	5,2	67	28.328
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	64	78	510	1209	36	14	34	16	5,1	67	21.526
5	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	60	66	803	1161	29	14	23	23	5,4	65	14.830
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	58	67	448	1206	34	18	25	15	5,0	50	22.336
7	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	49	66	235	852	27	28	15	6	4,5	62	18.494
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	45	63	218	701	26	21	21	3	4,6	75	22.121
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	41	62	285	986	26	16	20	5	4,7	51	17.901
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	38	44	236	342	5	16	12	10	4,8	19	2.322
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	36	55	193	688	22	25	9	2	4,3	64	21.415
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	34	55	176	635	24	22	7	5	4,5	74	20.696
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	30	55	144	625	20	21	7	2	4,3	69	22.286
14	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28	48	140	565	19	17	9	2	4,4	67	20.879
15	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	24	46	176	532	17	12	9	3	4,6	48	18.553
16	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	22	29	146	460	17	3	14	5	5,2	22	11.458
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	21	31	174	347	14	9	9	3	4,8	41	6.227
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	20	43	121	407	17	14	5	1	4,4	67	19.045
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	19	41	53	471	13	14	4	1	4,3	224	32.092
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	19	34	172	390	7	7	5	7	5,1	42	8.947
21	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	18	26	318	1000	12	9	8	1	4,6	36	16.358
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	17	19	87	199	5	12	5	0	4,3	13	2.859
23	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GR. DO SUL	17	25	153	484	14	4	11	2	4,9	76	26.669
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	16	35	76	410	10	10	4	2	4,6	59	11.370
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	14	36	87	395	13	10	3	1	4,4	58	16.464
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	13	35	61	402	12	9	4	0	4,2	72	14.012

Nº	Nome IES	Nº de cursos		Titulados		Áreas de Conh. Dout.	Conceito Doutorado				Graduação	
		Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado		3 ou 4	5	6 ou 7	Médio	Cursos	Matriculados
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	13	26	55	384	10	9	3	1	4,3	47	13.332
28	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	13	26	85	374	11	6	5	2	4,7	51	12.676
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	12	25	65	148	8	9	2	1	4,4	39	7.976
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	10	16	31	181	7	6	3	1	4,4	39	9.221
31	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	10	19	48	176	4	8	2	0	4,2	31	6.966
32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	10	16	60	146	8	6	3	1	4,5	29	7.091
33	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	10	18	32	218	10	5	4	1	4,6	56	25.908
34	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	9	13	40	144	7	8	1	0	3,9	16	1.686
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	9	22	3	164	8	8	1	0	4,1	35	10.669
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	9	36	26	305	6	8	1	0	3,9	63	13.723
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	8	31	18	188	7	8	0	0	3,9	104	15.286
38	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	8	14	7	270	8	6	2	0	4,3	75	21.930
39	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	8	14	44	274	8	6	2	0	4,3	67	12.576
40	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	7	10	6	207	6	6	1	0	4,1	30	29.113
41	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	7	14	6	115	6	7		0	4,0	42	6.379
42	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	6	18	11	104	6	6	0	0	3,8	111	13.777
43	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	6	18	18	260	6	4	2	0	4,3	100	30.834
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	5	16	6	110	3	3	2	0	4,4	30	4.977
45	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	4	18	1	143	4	2	2	0	4,5	67	12.326
46	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	4	10	2	162	4	2	2	0	4,5	31	13.883
47	UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	4	9	15	117	3	2	2	0	4,5	18	5.247
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	3	21	0	214	3	3	0	0	4,0	81	12.827
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	3	20	17	109	3	3	0	0	4,0	59	12.000
50	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	3	16	4	192	3	1	2	0	4,7	49	14.624

Tabela 46. Universidades ordenadas por nº de matrículas na graduação⁶⁰

Nº	Nome IES	Nº de cursos		Titulados		Áreas de Conh. Dout.	Conceito Doutorado				Graduação	
		Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado		3 ou 4	5	6 ou 7	Médio	Cursos	Matriculados
1	UNIVERSIDADE PAULISTA	2	5	0	65	2	2	0	0	4,0	637	145.498
2	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	1	5	0	148	1	0	1	0	5,0	446	116.959
3	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	2	4	0	29	2	2	0	0	4,0	151	84.398
4	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	1	4	0	0	1	1	0	0	4,0	178	69.074
5	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	x	x	x	x	-	-	-	-	-	481	57.291
6	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	212	219	2251	3232	38	54	94	64	5,1	145	49.774
7	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	x	3	x	0	-	-	-	-	-	116	47.853
8	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	2	8	0	112	2	2	0	0	4,0	157	43.620
9	UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	83	109	698	1374	26	38	39	6	4,6	125	32.204
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	19	41	53	471	13	14	4	1	4,3	224	32.092
11	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	6	18	18	260	6	4	2	0	4,3	100	30.834
12	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	1	7	2	65	1	1	0	0	4,0	85	30.798
13	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	7	10	6	207	6	6	1	0	4,1	30	29.113
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	74	91	717	1441	33	24	21	29	5,2	67	28.328
15	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	17	25	153	484	14	4	11	2	4,9	76	26.669
16	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	10	18	32	218	10	5	4	1	4,6	56	25.908
17	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	x	2	x	0	-	-	-	-	-	219	25.607
18	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	1	4	0	36	1	1	0	0	3,0	173	23.813
19	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	1	5	0	109	1	1	0	0	4,0	32	23.729
20	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	2	9	0	152	2	2	0	0	4,0	99	23.131
21	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	1	8	0	76	1	1	0	0	4,0	241	22.599
22	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	3	14	0	113	3	3	0	0	4,0	53	22.395
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	58	67	448	1206	34	18	25	15	5,0	50	22.336
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	30	55	144	625	20	21	7	2	4,3	69	22.286
25	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	x	3	x	20	-	-	-	-	-	79	22.160

⁶⁰ As 9 maiores Universidades Privadas em termos de graduação, correspondem ao **total** de matrículas do ensino público Federal. As 9 maiores privadas (UNIP, Estácio, Uninove, Uniban, Unipac, Universo, ULBRA, PUC-Minas, e UCS) somam 626.325 matrículas enquanto **todas** as Universidades Federais brasileiras somam 615.542 (ver seção 3).

-												
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	45	63	218	701	26	21	21	3	4,6	75	22.121
Nº	Nome IES	Nº de cursos		Titulados		Áreas de Conh. Dout.	Conceito Doutorado				Graduação	
		Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado		3 ou 4	5	6 ou 7	Médio	Cursos	Matriculados
27	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA	8	14	7	270	8	6	2	0	4,3	75	21.930
28	HERDY	x	4	x	26	-	-	-	-	-	58	21.743
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	64	78	510	1209	36	14	34	16	5,1	67	21.526
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	36	55	193	688	22	25	9	2	4,3	64	21.415
31	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	x	2	x	7	-	-	-	-	-	334	21.364
32	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28	48	140	565	19	17	9	2	4,4	67	20.879
33	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	1	3	0	30	1	1	0	0	4,0	110	20.810
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	34	55	176	635	24	22	7	5	4,5	74	20.696
35	UNIVERSIDADE PARANAENSE	x	3	x	22	-	-	-	-	-	128	19.361
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	20	43	121	407	17	14	5	1	4,4	67	19.045
37	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1	12	6	42	1	1	0	0	4,0	43	19.033
38	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	1	4	13	65	1	1	0	0	4,0	42	18.558
39	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	24	46	176	532	17	12	9	3	4,6	48	18.553
40	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	49	66	235	852	27	28	15	6	4,5	62	18.494
41	UNIVERSIDADE POTIGUAR	x	2	x	16	-	-	-	-	-	37	18.283
42	UNIVERSIDADE TIRADENTES	x	2	x	8	-	-	-	-	-	52	17.927
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	41	62	285	986	26	16	20	5	4,7	51	17.901
44	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	x	x	x	x	-	-	-	-	-	203	17.819
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	14	36	87	395	13	10	3	1	4,4	58	16.464
46	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	18	26	318	1000	12	9	8	1	4,6	36	16.358
47	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	2	6	30	101	2	0	0	2	6,5	46	16.022
48	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	2	6	33	127	2	1	0	1	5,0	35	15.710
49	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	1	6	3	103	1	1	0	0	4,0	107	15.652
50	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	2	9	0	42	2	2	0	0	4,0	77	15.599

A tabela abaixo, correlaciona diversas variáveis das Universidades brasileiras. A matriz indica que existe uma forte relação entre os cursos de doutorado com conceito 5 ou mais e o nº de cursos de doutorado, indicando que universidades com maior nº de cursos de doutorado e mestrado (programas) tendem a ter conceito 5 ou mais. Existe também uma forte relação entre universidades que titulam um grande número de mestres e doutores com aquelas com conceito 5 ou mais. Um grande número de áreas de conhecimento também é seguido por um grande desempenho do doutorado, com conceito 5 ou mais. Os gráficos a seguir mostram essa relação linear.

Tabela 47. Matriz de correlação entre as variáveis das universidades - 2008

	MédioC onceito	Conceit oDout5 a7	Dout6 ou 7	NºCursos Doutorado	NºCurs osMestr ado	InícioU niversid ade	InícioDo utorado	InícioM estrado	Titulado sDoutor ado	Titulado sMestra do	ÁreasC onhDou torado	ÁreaConh Mestrado	NºCurs osGrad uação	Matriculad osGradua ção	Conceit oEnade
MédioConceito	1,00														
ConceitoDout5a7	0,46	1,00													
Dout6 ou 7	0,24	0,97	1,00												
NºCursosDoutorado	0,36	0,98	0,92	1,00											
NºCursosMestrado	0,52	0,95	0,89	0,98	1,00										
InícioUniversidade	-0,38	-0,37	-0,39	-0,36	-0,35	1,00									
InícioDoutorado	-0,75	-0,54	-0,51	-0,55	-0,53	0,37	1,00								
InícioMestrado	-0,65	-0,46	-0,44	-0,48	-0,51	0,43	0,84	1,00							
TituladosDoutorado	0,43	0,99	0,96	0,97	0,94	-0,33	-0,52	-0,44	1,00						
TitulMestrado	0,60	0,96	0,91	0,97	0,96	-0,39	-0,58	-0,52	0,96	1,00					
ÁreasConhDoutorado	0,50	0,76	0,68	0,83	0,81	-0,45	-0,68	-0,60	0,73	0,83	1,00				
ÁreaConhMestrado	0,36	0,52	0,46	0,59	0,70	-0,30	-0,41	-0,45	0,50	0,65	0,84	1,00			
NºCursosGraduação	-0,02	0,34	0,29	0,38	0,45	-0,05	0,05	-0,04	0,34	0,39	0,31	0,44	1,00		
MatriculadosGrad	0,27	0,60	0,54	0,63	0,66	-0,32	-0,16	-0,15	0,60	0,68	0,59	0,54	0,70	1,00	
ConceitoEnade	0,23	0,34	0,28	0,33	0,06	0,02	-0,01	0,05	0,32	0,10	0,36	0,02	-0,29	-0,06	1,00

13. Alguns exercícios classificatórios aplicados ao Brasil, mas certamente ilegais à luz de nossas leis

13.1. Critério Carnegie Foundation segundo dados da Capes para Universidades

A tabela 45 sugere uma tentativa de classificar as Universidades brasileiras a partir dos critérios definidos pela “Basic Classification” da Carnegie Foundation de 2000.

Tabela 48 . Classificação das universidades segundo o critério da Carnegie Foundation

Categoria	Critério	Universidades		
		Nº	%	%
Universidade de Pesquisa	50 ou mais doutoramento por ano	30	16,4%	16,4%
Universidade Doutoral I	40 ou mais doutoramentos por ano em 5 ou mais áreas de conhecimento	2	1,1%	6,0%
Universidade Doutoral II	10 ou mais doutoramentos por ano em 3 ou mais áreas de conhecimento	9	4,9%	
Universidade de Mestrado I	40 ou mais mestres por ano em 3 ou mais áreas de conhecimento	44	24,0%	43,7%
Universidade de Mestrado II	Pelo menos 20 títulos de mestrado em uma ou mais disciplinas	36	19,7%	
Outra (Faculdades, Inst.Esp)	De 1 a 20 títulos de mestrado	24	13,1%	
	Possui mestrado, titulóu ninguém	19	10,4%	33,9%
	Não possui mestrado	19	10,4%	
Total		183	100,0%	100,0%

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

A tabela 49 realiza uma segunda classificação, a partir de critérios sugeridos por Steiner, em 2003, e por ele replicados em 2007.

Tabela 49. Classificação das Universidades segundo o critério do Steiner

Categoria		Universidades	
		Nº	%
Universidade de Pesquisa e Doutorado	Diversificada	13	7,1%
	Intermediária	17	9,3%
	Restritas	11	6,0%
	Total	41	22,4%
Universidades de Mestrado	Diversificada	30	16,4%
	Intermediária	18	9,8%
	Restrita	27	14,8%
	Especializada	5	2,7%
	Total	80	43,7%
Instituições de graduação		62	33,9%
Total		183	100,0%

Enquanto o autor encontrou, em 2003, 45 Universidades de Pesquisa e Doutorado, em 2007 a classificação resultou em 41 Instituições de pesquisa e doutorado. Com relação às Universidades de Mestrado, em 2007 existem 80 enquanto em 2003 foram encontradas 73. Os dados de Steiner, no entanto, correspondem a **todas** as instituições de ensino superior, sem distinção entre universidades, centros universitários e faculdades.

Tabela 50. Classificação das Universidades segundo o critério do Steiner

Categoria	Universidades		
	Nº	%	
Universidade de Pesquisa e Doutorado	Diversificada	13	7,1%
	Intermediária	17	9,3%
	Restritas	11	6,0%
	Total	41	22,4%
Universidades de Mestrado	Diversificada	30	16,4%
	Intermediária	18	9,8%
	Restrita	27	14,8%
	Especializada	5	2,7%
	Total	80	43,7%
Instituições de graduação	62	33,9%	
Total	183	100,0%	

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008
 . Tabulação do Observatório Universitário.

13.2. Possível classificação com base no nº de cursos de doutorado com conceito 5 ou mais

As Universidades com pelo menos 40 cursos de doutorado com conceito 5 ou mais foram consideradas como “Universidades com pesquisa institucionalizada A”, aquelas que ofereciam entre 19 até 39 cursos de doutorado com conceito igual ou acima de 5, foram registradas como “Universidades de pesquisa institucionalizada B”. Uma segunda categoria criada foi a de “Universidades em processo de institucionalização da atividade de pesquisa”, listando aquelas com até 18 cursos de doutorado, com conceitos iguais ou acima de 5, e as que ofertam cursos de doutorado, mas que apresentam conceitos abaixo de 5. A terceira categoria é a de “Universidades sem pesquisa institucionalizada” que corresponde às Universidades sem doutorado, mas com mestrado. ou as sem doutorado e mestrado.

A tabela 51 sugeriria que metade das Universidades brasileiras se enquadraria na segunda categoria, de “Universidades em processo de institucionalização”. Apenas 6% poderiam ser consideradas como de pesquisa institucionalizada.

Tabela 51 . Classificação das Universidades 2008

Classificação	Tipo	Critério	Universidades		
			Nº	%	% grupo
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 40 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	6	3,3	6,0
	B	De 19 até 39 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	5	2,7	
Universidades em processo de institucionalização	A	Até 18 cursos de doutorado com conceito 5, 6 ou 7	50	27,3	53,6
	B	Com curso de doutorado com conceito 3 ou 4	48	26,2	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	
Total			183	100,0	100,0

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008 . Tabulação do Observatório Universitário.

13.3. Classificação com base no nº de cursos de doutorado com conceito 6 ou 7

As três categorias receberiam as mesmas denominações, alterando-se os pontos de corte. A “Universidade com pesquisa Institucionalizada A” deveria apresentar pelo menos 29 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7. A “Universidade com pesquisa Institucionalizada B” seria aquela que ofertasse entre 15 até 28 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7.

Para ser considerada “Universidade em processo de institucionalização A”, a Universidade deveria ofertar até 14 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7, e para ser considerada “em processo de institucionalização B” ofertar alguns cursos de doutorado com conceito até 5. A tabela abaixo indicaria que grande parte das Universidades brasileiras estariam em processo de institucionalização, ou não apresentariam pesquisa institucionalizada. Apenas 5 Instituições seriam consideradas como universidades de pesquisa.

Tabela 52. Nº de universidades e critério

Classificação	Tipo	Critério	Universidades		
			Nº	%	% grupo
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 29 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	2	1,1	2,7
	B	De 15 até 28 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	3	1,6	
Universidades em processo de institucionalização	A	Até 14 cursos de doutorado com conceito 6 ou 7	27	14,8	56,8
	B	Com curso de doutorado com conceito até 5	77	42,1	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	
Total			183	100,0	100,0

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

13.4. Classificação com base na diversidade dos cursos de doutorado (% abrangência das áreas de conhecimento)

Esta classificação se basearia na diversidade de áreas de conhecimento dos programas de doutorado. Uma Universidade com pesquisa institucionalizada “A” deveria apresentar cursos de doutorado em pelo menos 82% das 40 áreas de conhecimento registradas pela CAPES. Isto quer dizer que uma Universidade de pesquisa institucionalizada “A” deveria ofertar cursos em pelo menos 33 áreas de conhecimento. Já as Universidades de pesquisa institucionalizada “B” deveriam ofertar cursos em pelo menos 10 áreas de conhecimento (ou 25%).

Segundo esta classificação, a tabela 53 mostra que o Brasil teria 16 Universidades de Pesquisa Institucionalizadas, das classificações anteriores, esta é a que identifica o maior número de instituições nesta categoria. Ainda assim, 90% das Universidades estariam em processo de institucionalização (50,8%), ou sem pesquisa institucionalizada (40,4%).

Tabela 53. Universidades e critérios

Classificação	Tipo	Critério	Universidades		
			Nº	%	% grupo
Universidades com pesquisa institucionalizada	A	Com pelo menos 82% das áreas de conhecimento	4	2,2	8,7
	B	De 42% até 81% das áreas de conhecimento	12	6,6	
Universidades em processo de institucionalização	A	De 25% até 41% das áreas de conhecimento	10	5,5	50,8
	B	Até 20% das áreas de conhecimento	83	45,4	
Universidades sem pesquisa institucionalizada	A	Sem doutorado, com mestrado	55	30,1	40,4
	B	Sem mestrado e nem doutorado	19	10,4	
Total			183	100,0	100,0

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008 . Tabulação do Observatório Universitário.

13.5. Classificação segundo o número de doutorados e mestrados observando o conceito do doutorado

As classificações abaixo, separam as Universidades em grupos arbitrários de 30 e 20 Universidades, segundo a variação no número de cursos e o número de doutores em tempo integral.

Tabela 54 - Em cortes de 30 universidades, segundo o nº de cursos de doutorado e mestrado

Categoria	Critério	Variação no nº de cursos	Universidades	
			Nº	%
1	As 30 maiores Universidades em termos de nº de cursos de doutorado	10 a 212 cursos de doutorado	30	16,4%
2	O segundo bloco das 30 universidades com maior nº de cursos de doutorado	2 a 10 cursos de doutorado	30	16,4%
3	O terceiro bloco das 30 universidades com maior nº de cursos de doutorado	1 a 2 cursos de doutorado	30	16,4%
4	O quarto bloco das 30 universidades com maior nº de cursos de doutorado	1 a 0 cursos de doutorado, mas com pelo menos 4 mestrados	30	16,4%
5	O quinto bloco das 30 universidades com maior nº de cursos de mestrado	1 a 3 cursos de mestrado	44	24,0%
6	O sexto e último bloco de universidades	Nenhum curso de mestrado ou doutorado	19	10,4%
Total			183	100,0%

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

Tabela 55. Em cortes de 30 universidades, segundo o nº de doutores em tempo integral

Categoria	Critério	Variação no nº de cursos	Universidades	
			Nº	%
1	As 30 maiores Universidades em termos de % docentes tempo integral	91% a 100%	30	16,4%
2	O segundo bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	81% a 91%	32	17,5%
3	O terceiro bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	46% a 81%	28	15,3%
4	O quarto bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	34% a 42%	30	16,4%
5	O quinto bloco das 30 universidades com maior % docentes TI	26% a 33%	30	16,4%
6	O sexto e último bloco de universidades	Menos de 25%	33	18,0%
Total			183	100,0%

Fonte: Capes. Cursos avaliados em 2007 e reconhecidos em 2008. Tabulação do Observatório Universitário.

Tabela 56. Corte em grupos de 20 universidades

Categoria	Critério	Variação no nº de cursos	Universidades	
			Nº	%
1	As 20 maiores Universidades em termos de nº de cursos de doutorado	19 a 212 cursos de doutorado	20	10,9%
2	O segundo bloco das 20 universidades com maior nº de cursos de doutorado	7 a 18 cursos de doutorado	21	11,5%
3	O terceiro bloco das 20 universidades com maior nº de cursos de doutorado	2 doutorados e 9 mestrados (2+9) até 6 doutorados e 18 mestrados (6+18)	20	10,9%
4	O quarto bloco das 20 universidades com maior nº de cursos de doutorado	1 doutorado e 8 mestrados (1+8) a 2 doutorados e 8 mestrados (2+8)	20	10,9%
5	O quinto bloco das 20 universidades com maior nº de cursos de mestrado	1 doutorado e 4 mestrados (1+4) a 1 doutorado e 7 mestrados (1+7)	20	10,9%
6	O sexto bloco de universidades	Nenhum doutorado e 4 mestrados (0+4) até 1 doutorado e 3 mestrados (1+3)	20	10,9%
7	O sétimo bloco de universidades	Nenhum doutorado e 2 mestrados (0+2) até 0 doutorado e 3 mestrados (0+3)	30	16,4%
8	O oitavo bloco de universidades	Sem doutorado e com 1 mestrado (0+1)	13	7,1%
9	O nono bloco de universidades	Nenhum doutorado e nem mestrado (0+0)	19	10,4%
Total			183	100%

14. Temas inevitáveis para um futuro alternativo

A Constituição Federal de 1988, à semelhança das que a antecederam, escolheu o mercado como forma possível de expansão da educação superior ao estabelecer que o “ensino é livre à iniciativa privada”, desde que atenda às normas gerais da educação nacional e desde que seja autorizada e avaliada pelo Poder Público. Em verdade, desde a Constituição de 1937 o preceito de que a educação é livre à iniciativa vem sendo repetido nas Cartas brasileiras. A rigor, portanto, foi a Constituição – e não os planos de Reforma do Estado – que plasmou a natureza eventualmente privatizante da educação superior brasileira.

Ainda que não se possa apontar o momento preciso em que se deu a decisão de expandir o terceiro grau preponderantemente através do setor privado, a evidência empírica, como destacada, aponta para a materialidade de tal decisão. Não apenas os dados sobre o crescimento dos alunos matriculados instituições de educação superior (IES) privadas, como também os números relativos aos gastos da União apontam para certa estabilidade do gasto com a educação superior. Além disso, como percentagem do PIB, em comparação com outros países, o Brasil apresenta um dispêndio proporcionalmente satisfatório, sendo que, desafortunadamente, o custo médio por estudante do ensino superior, como proporção do PIB per capita, é muito mais alto no Brasil do que na vasta maioria dos países do mundo.⁶¹ Sem prejuízo, até mesmo porque este custo por aluno é alvo de muita discordância, embora a percentagem do PIB brasileiro seja proporcionalmente satisfatória em termos comparativos, quando se estima o PIB per capita por estudante brasileiro, o país fica muito atrás das nações desenvolvidas.

Sabendo-se que orçamentos são animais resistentes à sua reestruturação interna e observando-se o orçamento brasileiro ao longo de décadas, admite-se que dificilmente as proporções gastas com educação, principalmente a superior, possam conhecer alteração de magnitude substantiva no futuro, cláusula esta que exigirá, por certo, difíceis decisões alocativas.

⁶¹ **Brasil: o Estado de uma Nação – Mercado de Trabalho, Emprego e Informalidade**, IPEA, agosto de 2006.

A discussão da Reforma Universitária no Brasil está ocupada por questões prementes e visíveis, tais como o financiamento das instituições de ensino superior públicas, o acesso e as questões emergentes associadas à inclusão e às ações afirmativas, a natureza da autonomia e a governança universitária. Outros assuntos de igual, senão mais profunda importância, estão deixados à parte. São eles: i) os conteúdos acadêmicos dos cursos de graduação e sua relevância; ii) volume de estudos exigidos nos cursos superiores e a dedicação dos estudantes; iii) a expansão privatista da educação superior no Brasil; iv) a questão da diversidade institucional da educação superior; v) o marco regulatório da educação superior privatizada; vi) a necessidade de fixação de um padrão de referência acadêmico compatível com altos níveis internacionais; e o vii) o desafio da expansão da educação superior.

Os outros aspectos, de forma, governança, financiamento, embora fundamentais, são decorrência da definição do que se deseja fazer. As reflexões sobre as questões enunciadas acima mostram que a educação superior brasileira e sua política pública recente estão na contramão da economia do conhecimento, e do desenvolvimento do capital humano e da educação permanente.

Profissionalização Precoce e Corporações e Diversidade: o conflito entre a universidade e as profissões

Quanto à relevância e conteúdo do ensino, o Brasil está amarrado à decisão pregressa de que a educação superior existe para oferecer educação profissional. Esta decisão, no rastro de modelagem francesa ancestral, exige que os estudantes brasileiros tenham sua visão de mundo simplificada pelo que pode ser chamado de *profissionalização precoce*⁶². Ou seja, desde os 15/16 anos, os estudantes do ensino médio precisam começar a optar pela profissão futura, de modo a definir o curso de graduação a ser realizado e, assim, melhor se prepararem para os vestibulares - principalmente aqueles que almejam ingressar em instituições públicas, cujo acesso é densamente competitivo.

Portanto, desde o ensino médio, pelo menos, inicia-se um processo de restrição da “visão de mundo” das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo

⁶² O tema da profissionalização precoce no Brasil foi objeto de estudo em Nunes, Edson, Nogueira, André e Molhano, Leandro. **Futuros Possíveis, Passados Indesejáveis: Selo de Qualidade da OAB, Provão e Ensino Superior no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2000.

vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante⁶³, salvo as exceções de elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente, humanística, histórica, social... enfim a educação.

Essa matriz profissionalizante da educação superior é, em grande medida, decorrência da forte influência que as corporações profissionais exercem sobre os currículos dos cursos de graduação⁶⁴. Isso não quer dizer que o ensino superior não deva levar em consideração os conteúdos considerados necessários para a formação de um profissional. Ao contrário, uma das exigências da educação superior é, também, formar bons profissionais. A questão é saber equacionar quando e em quem focar a educação profissionalizante, sabendo equacioná-la com uma formação geral mais ampla. Mas, como no Brasil profissão é assunto de Estado, está vinculada à lei corporativa, acaba-se exigindo da educação superior o título de bacharel nesta ou naquela profissão. Ressalte-se, por exemplo, as imposições que as corporações fazem para o exercício profissional. Para que uma pessoa possa participar como técnico de uma empresa em uma concorrência pública, é preciso que ela esteja inscrita na entidade corporativa pertinente⁶⁵. Não só ela, mas a empresa também precisa estar inscrita no órgão, com suas taxas em dia. Esse tipo de imposição apenas mostra como a educação superior brasileira está mais associada à vida corporativa do que à vida educacional.

Formam-se, no Brasil, jovens-bacharéis, “doutores” em nosso linguajar, que mal sabem escrever, desconhecem história e literatura, estão distanciados dos grandes temas

⁶³ Como evidenciado pelos resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB).

⁶⁴ Não se pode perder de vista que, tradicionalmente, as corporações são consultadas pelo Ministério de Educação, pela Secretaria de Ensino Superior e pelo Conselho Nacional de Educação, para a preparação dos currículos, normas e diretrizes curriculares. O Edital 04/97, através do qual se iniciou o processo de discussão das diretrizes curriculares, convocou as IES a apresentarem a definição das diretrizes que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESu/MEC. O Edital afirma que “é desejável a integração das IES com as sociedades científicas, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros setores envolvidos, através de seminários, encontros, workshops e reuniões, de forma a garantir Diretrizes Curriculares articuladas tanto às reformas necessárias à estrutura da oferta de cursos de graduação, quanto aos perfis profissionais demandados pela sociedade”.

⁶⁵ A concorrência pública aqui mencionada é uma das modalidades de licitação prevista no artigo 22, inciso I, da Lei 8.666/93. Está definida no § 1º do referido artigo como sendo uma “modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.” Inicialmente, para participar do processo de licitação é necessário o cumprimento de requisitos para que o participante seja considerado habilitado para concorrer as fases seguintes do processo. A habilitação envolve a comprovação de aptidão jurídica, da qualificação técnica, econômica financeira, da regularidade fiscal de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CR/88. Os documentos que servirão para comprovar tais aptidões estão devidamente arrolados na Lei 8.666/93, nos artigos 28 e seguintes. No caso da comprovação de habilitação técnica, o artigo 30 da lei em comento exige o registro e a inscrição na entidade profissional competente.

nacionais e internacionais, das angústias e heranças do nosso mundo e de nosso país. Frequentemente, para dar um exemplo, ficamos surpreendidos quando nos deparamos com um texto universitário bem escrito, uma monografia esmerada, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado bem apresentada. Nos surpreendemos simplesmente porque saber escrever passou a ser algo excepcional, e não a mais rotineira obrigação do universitário brasileiro.

Ressalte-se aqui certa contradição: a educação profissionalizante acaba estando na contramão das exigências de um mercado de trabalho moderno, complexo e rotativo. Atualmente, grande parte do trabalho nas diversas ocupações e profissões modernas envolve justamente habilidades básicas como falar e escrever muito bem, preparar bons relatórios, ter conhecimento de informática, possuir raciocínio lógico quantitativo, falar e ler uma segunda língua. Um ensino não profissionalizante poderia permitir a educação dos estudantes nestas habilidades, além de proporcionar formação histórica e cultural da humanidade, ciências sociais e ciências. Amarrada a um currículo profissionalizante, a educação superior acaba se descuidando da preparação dos estudantes para um mundo complexo, no qual as profissões tornam-se obsoletas rapidamente e é freqüente a mudança de emprego e de ocupações ao longo da vida profissional⁶⁶.

A discussão acima leva a uma reflexão sobre a necessidade de existência de uma educação superior funcionalmente diferenciada e/ou especializada, que permitiria, por meio de um processo permanente de educação, várias opções complementares de formação⁶⁷. Essa diferenciação possibilitaria, por exemplo, o estabelecimento da educação universitária *stricto sensu*, sem preocupação com as determinações conjunturais/profissionais do mercado sobre a composição do perfil do educando. A educação universitária poderia estar associada à diversidade de campus, pesquisa e pós-graduação em nível de doutorado, fazendo das "universidades" instituições basicamente de orientação científica, humanista e de estudos clássicos⁶⁸. Da mesma forma, seria possível existir graduações mais curtas, orientadas para ocupações, tal como

⁶⁶ Discussões sobre a formação da educação superior e sua vinculação com o mercado de trabalho moderno pode ser encontrada em Brennan et al. **What Kind of University? International perspective on knowledge, participation and governance**. London: The Society for Research into Higher Education, Open University Press, 1999; Losco, Joseph e Life, Brian (Org.) **Higher education in transition: the challenges of the New Millennium**. Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, 2000; O'Brien, George. **All the essential half-truths about higher education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

⁶⁷ Parte do argumento que se segue foi desenvolvido em Nunes, Edson et al. **Teias de Relações Ambíguas: regulação e ensino superior**. Brasília: Inep, 2002.

⁶⁸ Para uma discussão a respeito ver Menezes, Luiz Carlos de. **Universidade sitiada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

exemplificado pelos atuais cursos superiores de formação específica, os cursos sequenciais⁶⁹. Por fim, poder-se-ia, igualmente, admitir a existência de escolas ligadas a profissões, tais como Medicina, Direito, Engenharia.

A necessidade de se discutir o ensino superior, fora dos parâmetros profissionais-corporativos, poderia ser pautada por uma verdadeira preocupação com a massificação necessária da educação superior. Deveria, no entanto, estar associada ao tema da equidade e igualdade de oportunidades, já que a educação universitária *stricto sensu* tenderia a atrair estudantes com menor preocupação imediata com o mercado de trabalho, naturalmente melhor posicionados economicamente, enquanto a educação profissionalizante atrairia aqueles mais premidos pela necessidade de trabalhar, o que faria com que a massificação do ensino superior gerasse, de forma não desejada, hierarquias internas e externas próprias, de modo a separar, simbólica e praticamente, as "elites" das "massas".

Volume do trabalho acadêmico

Quanto ao volume de trabalho na educação superior, a situação é tão ou mais crítica do que a representada pelo perigo corporativo. No Brasil, os alunos de graduação estudam pouco, têm poucas aulas, estão majoritariamente matriculados em cursos noturnos e acham que as escolas exigem pouco deles. Os cursos noturnos normalmente têm carga horária de 20 horas/aula semanais. A hora/aula noturna é de quarenta e cinco minutos. Ou seja, os estudantes noturnos só têm efetivamente, 15 horas/relógio de escolaridade semanal, o que corresponde a três horas por dia. Nos duzentos dias letivos, os estudantes dos cursos noturnos recebem apenas 600 horas de aulas⁷⁰. Para se ter uma idéia do que representa, comparativamente, esse volume de estudos, basta observar o sistema europeu de transferência de créditos, o ECTS⁷¹. Tal sistema aponta para uma carga de trabalho no ano letivo em torno de 1560 horas de trabalhos discentes. A carga de trabalho discente não é menor nos Estados Unidos,

⁶⁹ Sobre a diversidade institucional ou a mobilidade de sequenciais como pilar do sistema universitário tem-se os trabalhos de Cohen, Arthur e Brawer, Florence. **The American community college**. San Francisco: Jossey Bass, 1996.

⁷⁰ Nos cursos diurnos o volume de estudos não é muito diferente, com hora/aula de 50 minutos, ou quase 17 horas/relógio por semana, o que daria aproximadamente 670 horas aula nos 200 dias letivos.

⁷¹ O ECTS (Credit Transfer System) é uma medida do volume de trabalho para o reconhecimento acadêmico dos cursos realizados em instituições de ensino superior que pertençam aos Estados membros da União Européia ou aos países que fazem parte do Espaço Econômico Europeu, possibilitando a mobilidade de estudantes entre as instituições de ensino européias sem maiores obstáculos.

exceto na “*night school*” ou “*community colleges*”. Ou seja, um estudante europeu ou americano tem obrigações discentes bem superiores ao estudante brasileiro. Isso mostra como os quatro anos de bacharelado no Brasil equivalem a muito menos que dois anos de estudos em instituições de ensino superior do primeiro mundo. Por outro ângulo: com apenas 600 horas efetivas de trabalho discente/ano, será preciso aproximadamente 10 anos para receber o total de 6.240 horas de trabalho acadêmico discente contidas num bacharelado europeu ou americano de quatro anos.

Opção privatista de expansão da educação superior

O terceiro aspecto que merece reflexão, ao lado dos conteúdos curriculares e da carga de trabalho refere-se à necessidade permanente de um padrão de referência acadêmica de alta qualidade. Nisto, a responsabilidade do setor público adquire grande relevância por conta da decisão brasileira de expandir a educação superior através do setor privado.

Ainda que não se possa apontar o momento preciso em que se deu a expansão da educação superior preponderantemente através do setor privado, a evidência empírica aponta para a sua materialidade. Desde a década de 70, o número de alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas excedia os 60%, mantendo-se neste patamar, com variações insignificantes até 1996, quando se inicia um processo de expansão que a aumentou para a casa dos 70% em 2002⁷². O número de instituições de ensino superior privadas manteve-se razoavelmente constante, em torno de 650, entre 1980 e 1997. A partir de 1998, há um forte crescimento, passando-se de 764 para 1.842 em 2004. Já o número de instituições de ensino superior públicas oscila em torno de 200 no período 1980-2004.

Em termos comparativos, o Brasil apresenta-se como uma espécie de ponto fora da curva em termos do tamanho relativo de seu ensino superior público. Ao contrário dos 20-30% de estudantes matriculados nas IES públicas brasileiras, a média para os países da OECD é de 80%. Em outras 13 nações participantes das estatísticas da OECD, a média é de 65%. Brasil, Filipinas, Coreia do Sul, Chile e Japão são países que desviam dos números internacionais, com aproximadamente 2/3 de seus estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas⁷³. A comparação com os EUA,

⁷² MEC/INEP. **Perfil da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2002

⁷³ OECD, Education at a Glance 2003.

exemplo da matriz capitalista dos dias de hoje, é cortante: 75% de todos os seus estudantes, cerca de 11 milhões, estão matriculados em instituições públicas; 66% de todos os graduados são egressos das públicas; 75% de todos os títulos de doutor vêm das públicas, bem como 70% de todos os diplomas das áreas técnicas e das engenharias.

Diversidade institucional

Outra questão relevante diz respeito à rigidez institucional da educação superior no Brasil. De acordo com a legislação vigente no Brasil, as instituições de ensino superior classificam-se, segundo sua organização acadêmica⁷⁴, em:

- Universidades;
- Centros Universitários;
- Faculdades Integradas;
- Faculdades, Institutos e Escolas Superiores;
- Centros de Educação Tecnológica

Essa classificação, no entanto, não reflete adequadamente a real situação do sistema de ensino superior, que tende a ser bastante diversificado em termos de suas funções, objetivos, características e estruturas. Embora a classificação legal defina a organização formal da educação superior brasileira, ela não oferece uma taxionomia baseada nas características objetivas do sistema de ensino. Para isso, seria necessário que o processo de classificação das instituições partisse de aspectos objetivos da educação superior, tais como as características institucionais das IES, suas estruturas organizacionais, os tipos de graus concedidos, a variedade de cursos disponíveis, os perfis de seu alunado, a qualificação do seu corpo docente, a presença ou ausência de pesquisa, a vocação ou não para qualificação profissional, os recursos materiais e financeiros disponíveis, além da própria infra-estrutura existente, entre outros aspectos.

Outras taxionomias podem e devem ser citadas, para melhor se pensar a pobre classificação brasileira de instituições de ensino superior. Estudo de Dionne e Kean⁷⁵ sobre a crise fiscal das universidades recomenda que três tipos de instituições sejam

⁷⁴ Decreto 3.860, de 09 de julho de 2001, que regulamenta a LDB e trata da classificação do sistema; e os Decretos n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, e n.º 2.406, de 27 de novembro de 1997, ambos sobre os Centros de Educação Tecnológica.

⁷⁵ DIONNE, Joseph e KEAN, Thomas. **Breaking the social contract: the fiscal crisis in higher education**. New York, 1997. [Relatório da Comissão sobre Investimento Nacional em Educação Superior, Council for Aid to Education].

incentivadas e reconhecidas, no contexto americano: 1) os *community colleges* destinados à preparação da força de trabalho, treinamento para o trabalho, educação de adultos e *remedial education*; 2) as faculdades estaduais, orientadas para as distintas graduações, assumiriam a responsabilidade pela formação de docentes, sendo os professores destas casas fortemente estimulados a orientar suas pesquisas para as áreas relacionadas ao desenvolvimento regional e à assistência técnica para empresas regionais; e 3) as grandes universidades de pesquisa, com foco no desenvolvimento de pesquisas e na educação para o bacharelado, sendo o investimento federal em pesquisa concentrado nas maiores e melhores universidades e não-distribuído amplamente para múltiplos tipos de instituições.

Evidentemente, a taxionomia acima seria útil para o Brasil, já que aqui existem diversas universidades públicas, federais e estaduais, indiferenciadas em suas missões, díspares em termos de competências e habilidades, isonômicas, no entanto, no acesso aos benefícios públicos, principalmente aqueles relativos às carreiras docentes e de pesquisa. A crise fiscal exigirá, cedo ou tarde, que à taxionomia de benefícios e direitos, se associe a outra, de responsabilidade pública do Estado que possa contemplar as reais diferenças entre as instituições públicas e venha a concentrar esforços orçamentários naquelas onde o retorno seja particularmente alto.

Finalmente, cabe mencionar taxionomia que sugere que se deixe ao mercado a classificação de instituições de ensino superior. Conforme relata James Duderstadt⁷⁶, existiriam, talvez, três conjuntos distintos de entidades do terceiro grau: 1) *brand-name universities*, instituições altamente seletivas, de alto status, alto custo, oferecendo educação presencial para o grupo etário pertinente (exemplo, Harvard, Berkeley e outras); 2) instituições provedoras de educação de massa, matriculando a maioria dos estudantes em programas de baixo custo, mas relativamente tradicionais (exemplo, universidades locais e regionais e *community colleges*); e 3) instituições de conveniência, oferecendo amplo espectro de serviços educacionais em instituições custo-eficientes, com foco no consumido/cliente (exemplo, Universidade de Phoenix).

O Brasil apresenta uma espécie de “taxionomia conjuntural” que enrijece o sistema universitário brasileiro. Esta taxionomia foi muito mais um construto com objetivo regulatório do que o produto de uma reflexão sobre a educação superior. Não

⁷⁶ DUDERSTADT, James. **A university for the 21st century**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.

contém, por isso, nenhuma análise efetiva da educação superior, mas apenas constitui sua separação em "fatias", para os fins dos processos regulatórios. A categorização das instituições de ensino superior, por via de instrumento legal, acabou por exigir que se desse contorno às fronteiras entre um e outro tipo de instituição. O decreto que gerou a categorização não descreveu completamente os tipos de instituições, deixando ao Conselho Nacional de Educação (CNE) essa tarefa.

Mantida rigorosamente a descrição legal sobre o que constitui uma universidade e um centro universitário - apenas para mostrar um pouco a impertinência dessa taxionomia - quantas, das mais de 160 instituições classificadas como universidades atualmente, poderiam ser de fato consideradas universidades? E o que as separaria dos centros universitários?

Quanto á primeira questão, além da necessidade empírica de se descrever o sistema de IES, é necessário resgatar o conceito de Universidade, respeitando os princípios definidos em lei, até mesmo para que se possam acertar as prioridades de investimentos e as concepções estratégicas sobre a educação superior. A articulação do ensino, pesquisa e extensão em instituições de excelência que, segundo a legislação deve caracterizar o ensino ministrado nas universidades, é dispendiosa⁷⁷. Requer concentração de recursos materiais e humanos, e não dispersão como vem sendo sugerido pelo grande número de universidades, que seriam obrigadas a fazer atividades de pesquisa.

Quanto à segunda questão, se para as universidades, existe definição legal, atribuições e direitos definidos por lei, os centros universitários são seres infralegais, criados pelo Decreto nº 2.306 e pela Portaria MEC nº 2.041, de outubro de 1997. Aos centros não se prescreveu a atividade de pesquisa, na acepção que a palavra tem no meio acadêmico e científico, bem como não se lhes requer a pós-graduação *stricto sensu*. Determina-se, porém, que aos centros competem, entre outras obrigações de ensinar "as atividades integradas de pesquisa discente"⁷⁸.

⁷⁷ De acordo com a LDB, "as universidades caracterizam-se por serem instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Devem possuir: I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado; III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral." (Lei nº 9.340/96; art. 52). O Decreto nº 3.860/01 afirma ainda que as universidades são "instituições de excelência que articulam ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável.

⁷⁸ Inciso III, do artigo 1º, da Portaria MEC nº 2.041, de 22 de outubro de 1997, que mais não especificou o que seriam as atividades integradas de pesquisa discente. Esta inovação taxionômica, embora atenda aos

É necessário observar que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi redefinido no momento em que a Portaria nº 2.041 desenhou a figura dos centros universitários, e determinou que deles se exigissem atividades integradas de pesquisa discente. Em verdade, não haveria por que e como substituir a concepção precisa original por uma noção derivada, adjetivada por meio de fraseologia imprecisa e, possivelmente, vazia de sentido.

Não obstante, assim se fez. E ao fazê-lo criaram-se questões relevantes sobre a fronteira entre universidades e centros, marcada pela linha abstrata que separa as "atividades integradas de pesquisa discente" da pesquisa indissociada do ensino.

Três destas questões são particularmente instigantes. Primeira: quanta "atividade integrada" de pesquisa discente é necessária para que se mantenha o status de "centro universitário"? Segunda: como se definir precisamente o que seja atividade integrada de pesquisa discente, para que se possa adequadamente separá-la das atividades propriamente e classicamente conhecidas de pesquisa, as quais são requeridas às universidades? Terceira: supondo-se o sucesso das empreitadas anteriores, quanta atividade de pesquisa e pós-graduação é necessária para que se mantenha o status de universidade, sem que seja confundido com o de "centro universitário"?

Ainda que as questões possam parecer banais e irrelevantes, a resposta a elas passou a ser fundamental, no momento em que se confundiu taxionomia com prescrição de política pública. Ao se classificar as instituições de ensino superior através de conteúdos prescritivos de política pública, substituiu-se a observação taxionômica pela imputação de objetivos teleológicos ao objeto classificado. Passa-se, então, a realidade a ter que correr atrás do conceito que lhe deu vida e que, ao mesmo tempo, lhe cobra deveres.

Marco regulatório da educação superior privatizada

Discute-se hoje tanto a reforma universitária, quanto o estabelecimento de um sistema brasileiro de educação superior, bem como a instituição de um marco regulatório para o setor. Estão engajados neste debate o Executivo, o Legislativo e a sociedade. A despeito das dificuldades simbólicas, talvez ideológicas, da adoção explícita de tal perspectiva, até mesmo por suas implicações estratégicas e

requisitos de expansão do ensino superior no Brasil, nada acrescenta à discussão sobre a educação superior.

internacionais (tendo em vista a discussão sobre a educação como um serviço de mercado internacional), é preciso admitir a importância da iniciativa privada, a fim de melhor formular argumentos conducentes à constituição de um marco regulatório adequado para a educação superior no Brasil.

Em que pesem tais dificuldades, o atual governo já endossou esta perspectiva, ou seja, valeu-se de justificativas de mercado, ao fazer uso de argumentos relativos à equalização de custos entre Universidades privadas e Centros Universitários, para decretar o eventual fim dos Centros que não se transformarem em Universidades até 2007. Em suma, tanto a realidade, quanto o discurso de governo, perfilham a conclusão de que a educação superior repousa em um robusto componente de mercado. Admite-se, inclusive, senão se incentiva, que as novas instituições de ensino privado se constituam como sociedades mercantis, não mais como entidades sem fins lucrativos, muitas vezes aspirantes a problemáticos certificados de filantropia. E quais as conseqüências disso?

Primeiro, é preciso definir um marco regulatório legal para a educação superior, tal como se fez, ainda que de forma fragmentada, para outros setores da economia. A distinção essencial, contudo, é que, à diferença das áreas privatizadas, a educação não é uma concessão pública, exatamente por ser livre à iniciativa privada.

Segundo, o marco regulatório que se votará, visto que deve ser lei, precisará contemplar a regulação da competição por via de órgãos típicos da área econômica, de modo a proteger as instituições da competição predatória, de eventuais “dumpings”, incentivar a competição por eficiência, qualidade e preço, bem como viabilizar, o que parece inevitável no futuro, a fusão e absorção de umas instituições pelas outras, assim como a possível existência de firmas educacionais de escopo nacional.

Terceiro, as bases da chamada “lei do calote” precisarão ser revistas, que imputa custos extra-mercado às entidades que, cada vez mais, são de natureza puramente mercantil, fazendo com que tal lei constitua, ela mesma, uma contradição lógica à natureza deste enorme setor econômico, criado ao abrigo do incentivo de políticas públicas.

Quarto, o sistema de avaliação da IES precisará ser fortalecido, inclusive por departamentos da área econômica de governo, de modo a contemplar dimensões relativas a custos, qualidade, direitos, deveres e compromissos.

Quinto, será inevitável, em algum tempo futuro, tomar decisão sobre o fluxo e a repartição do volume de financiamento do setor público da educação superior, permitindo-se a existência de diversificação do sistema (como argumentado

anteriormente), e admitindo-se o financiamento competitivo, intensivo e diferenciado das IES públicas através de mérito e qualidade, o que resultará em quebra de vários princípios de isonomia e isomorfismo hoje existentes.

Sexto, será fundamental que se preste maior atenção ao sistema público de educação superior, como referência de ensino e pesquisa, visto que é simplesmente impossível garantir a viabilidade e a plausibilidade da escolha de expansão via setor privado se não se constitui um marco de referência robusto, cuja constituição depende exclusivamente do setor público, como obrigação irrecusável e imperativa.

A opção privatista e a imperativa salvação pelo público.

A admissão de que a empreitada da educação superior é também uma questão de mercado, com conseqüências regulatórias pertinentes sobre o setor privado, exigirá, como argumentado acima, a contrapartida de que se preste atenção estratégica ao setor público universitário. Isso porque o mercado é mal alocador de prioridades e valores imateriais e intangíveis, movendo-se em função de custos e oportunidades de ganho. Sendo assim, não se deve esperar que o mercado educacional responda adequadamente à estruturação de um sistema de ensino e pesquisa de qualidade exemplar, que venha a servir de referência nacional, tanto pelos enormes custos envolvidos, quanto pela lógica mesma da competição por estudantes, recursos e resultados materiais e financeiros.

Exatamente por isso, o setor público, através das instituições de ensino superior que mantêm, precisará garantir a referência de qualidade, o parâmetro através do qual será possível medir a qualidade da vida acadêmica e científica, referenciado, ademais, por padrões de qualidade internacionais.

Ou seja, referência acadêmica é matéria de Estado, não do mercado, por ser, em última instância, uma questão da sociedade. No momento, a discussão não permite vislumbrar claramente os desafios e as oportunidades trazidos pela decisão passada de expandir o ensino superior via setor privado⁷⁹.

O desafio da expansão da educação superior no Brasil

⁷⁹ Nesse aspecto, a coisa se complica, no momento em que se fala de inclusão, quotas, cursos noturnos nas federais, desmesurado aumento de vagas. Moralmente, ninguém pode ser contra as ações afirmativas. A política de inclusão, contudo, não pode nem deve sacrificar a missão imperativa que foi, ainda que contraditória possa parecer a circunstância, imposta à universidade pública, a de servir de referência.

Ao lado das reflexões acima sobre o estabelecimento no Brasil uma educação superior de qualidade, capaz de conferir formação genérica – própria de uma sociedade do conhecimento – ao mesmo tempo em que preparada para fornecer aos estudantes as habilidades básicas necessárias para um mercado de trabalho complexo e rotativo como o atual, tem-se um desafio a ser superado: a expansão de uma educação superior elitizada como a brasileira⁸⁰. Como alcançar a universalização da educação superior, ao mesmo tempo manter a qualidade do ensino, diante das restrições da estrutura social e da matriz profissionalizante que caracteriza a graduação brasileira é um desafio que deverá ser enfrentado no país. Num futuro ideal, simplificações heurísticas permitidas, deveríamos vislumbrar políticas que permitissem:

1) tirar vantagem e estimular a efetiva divisão social do trabalho institucional entre o setor público e o setor privado;

2) expandir aceleradamente a oferta de ensino superior, sem prejuízo da diversificação, com prioridade, do ponto de vista da massa do alunado, para a formação tecnológica e aplicada; diversificar corajosamente o número e a diversidade de diplomas oferecidos; indicar a perfeita e clara distinção prática e heurística entre educação pós-secundária e educação universitária;

3) garantir que o governo brasileiro possa concentrar esforços e recursos na direção de assegurar a existência de um pequeno conjunto nacional de universidades de classe mundial;

4) alternativamente, se for concluído que seria irracional, ou impossível do ponto de vista prático, investir em “universidades de classe mundial”, por conta de nossas vicissitudes ideológicas que não têm apreço por diferenças, mas sim por isonomias, procurar garantir a existência de um amplo conjunto de departamentos ou institutos de qualidade mundial;

⁸⁰ Dados do MEC de 2001 mostram o quanto a educação superior brasileira é elitizada. Naquele ano, os estudantes do ensino superior apresentavam uma renda mensal familiar em torno de R\$ 3.000. A população entre 18 e 24 anos que cursava o ensino superior tinha uma renda mais alta que a média, de quase R\$ 3.200, e os estudantes com idade acima de 24 anos tinham uma renda menor do que a média, de aproximadamente R\$ 2.800. Todas essas três faixas de renda dos estudantes do ensino superior (a média total, a média daqueles na idade certa e a média daqueles fora da idade) eram maiores do que a renda média dos jovens entre 18 e 24 anos que estavam fora da educação superior. Observe-se, ainda, que 70% dos estudantes do ensino superior no Brasil tinham uma renda familiar acima de 8 salários mínimos e apenas 30% daqueles que não estavam no ensino superior possuíam uma renda superior a 8 salários mínimos. Dados elaborados pelo Observatório Universitário (Databrasil - Ensino e Pesquisa/UCAM), a partir dos dados básicos do IBGE: Censo Demográfico 2000.

5) alterar o aparato regulatório num conjunto de direções: primeiro, retirar da LDB a definição aritmética de universidade, bem como, idealmente, embora saiba ser impossível, retirar da Constituição aquela noção de indissociabilidade de ensino/pesquisa e extensão; segundo, permitir a maior e mais ampla diversidade de escolhas e alternativas institucionais, inclusive estimulando a experimentação, eliminando os decretos e projetos de lei que definem “ex-ante” o que é cada instituição, aceitando, com a inevitável humildade intelectual, que não se pode definir “ex-ante” formatos institucionais nunca experimentados;

6) alterar as instâncias e instituições regulatórias, de modo a permitir que se diminua o peso da burocracia da administração direta, viabilizando, senão experimentando, arranjos governamentais mais adequados e flexíveis;

7) estabelecer que precisamos simultaneamente de mais e de menos: precisamos de mais alternativas educacionais pós-secundárias pragmáticas e menos soluções uniformizantes; precisamos de mais estudo e mais trabalho acadêmico para os alunos que escolherem a opção verdadeiramente universitária, e menos anos de estudo para alunos de orientação aplicada ou profissionalizante;

8) retirar da LDB a idéia de Diretrizes Curriculares Nacionais; estas só fazem sentido num mundo empobrecido pela lógica da profissionalização precoce como o nosso, que pretende organizar o país ao longo de 43 leis profissionais, 43 “linguagens”, ou 43 “impráticas” codificações da vida no planeta;

9) dar mais liberdade, incentivar a experimentação institucional, restringir a regulação defensiva e passadista, procurando avaliar resultados, não precondições.

10) alterar uma série de padrões vigentes e “naturais”, tais como:

a) oferecer mais educação aplicada e de orientação tecnológica, diminuindo, proporcionalmente, a supremacia acachapante das humanidades e das ciências sociais aplicadas no número total de estudantes de educação pós-secundária brasileira;

b) oferecer mais oportunidades e diplomas de estudos aplicados de curta duração, ampliando o sentido prático da educação pós-secundária e, simultaneamente, desprofissionalizar o primeiro ciclo da educação universitária, desta forma enfatizando claramente a distinção, bem como a complementaridade, entre educação pós-secundária aplicada e educação universitária;

c) encurtar, enquanto simultaneamente os desprofissionalizar, os cursos universitários, hoje todos resumidos ao mínimo de quatro anos, estimulando, em inevitável e longuíssima negociação com as corporações legalizadas, a obtenção da licença profissional em ciclo pós-graduado;

d) reforçar, adequadamente financiar e fazer crescer dramaticamente o componente pós-graduado da educação universitária inclusive de natureza profissional, conhecido entre nós como “*stricto sensu*”, à cargo da supervisão e da avaliação da CAPES, de modo a trazer para a educação superior a musculatura acadêmica e a robusta avaliação controlada por comunidades de pares, “tecnologia” que é hoje perfeitamente controlada e dominada pela CAPES, tendo sido capaz de criar, manter e estimular, um altíssimo padrão de referência educacional, nunca obtido ou conseguido pelo sistema sob a tutela/supervisão da SESU; trata-se portanto, de descortinar maneiras pelas quais a graduação brasileira possa se beneficiar de mecanismos assemelhados àqueles que são característicos da CAPES, já que nos dias atuais, a SESU, quem sabe até o Ministro da Educação, no que se refere às graduações, tende a se ocupar mais com sindicatos profissionais, corporações de ofício, entidades de representação de interesses profissionais, de mantenedores, enfim, se preocupar mais com um trabalho de resposta a pressões típicas da arena de representação de interesses, do que com questões propriamente acadêmicas;

e) entender que o “sistema SESU” tende a ser um sistema de massificação, que requer a adequada supervisão e verificação governamental, portanto, um “sistema de governo”, até mesmo por conta de sua pesada agenda de resposta a interesses organizados, enquanto o “sistema CAPES” tende a ser um sofisticado sistema de qualificação acadêmica e profissional controlado pelos pares, tanto cientistas quanto profissionais, num certo sentido, independente do governo, exceto pelo fomento, e certamente independente da lógica sindicalizada ou de representação de interesses corporativos e empresariais, totalmente baseado em regras e referenciais acadêmicos, científicos e profissionais, de qualidade e padrões internacionais, portanto um “sistema da sociedade” ou melhor, do “invisible college”, da comunidade internacionalizada de “scholars”, cientistas, profissionais e acadêmicos.

15. Referências bibliográficas

- ALTBACH, G. Philip. **Tradition and Transition – The International Imperative in Higher Education**. Massachusetts. Sense Publishers, 2007.
- ALTBACH, Philip. Empires of knowledge and development. Em: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. **World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.
- BAHRAM, Bekhradnia. **Implications of the Government's proposals for university title: or what is a University?** Higher Education Policy Institute, November 2003.
- CLARK, Burton. **The Research Foundations of Graduate Education**. Oxford, University of California Press, 1993.
- _____. **Places of Inquiry**. Los Angeles, University of California Press, 1995.
- _____. **On Higher Education – Selected Writings, 1956-2006**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2008.
- CLARK, William. **Academic Charisma and the Origins of the Research University**. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1953.
- ENDERS, Jürgen & EGBERT de Weert. **The Changing Face of Academic Life**. Great Britain, Palgrave Macmillan, 2009.
- FARRINGTON, Dennis & PALFREYMAN, David. **The Law of Higher Education**. Oxford. Oxford University Press, 2006.
- GASSET, José Ortega y. **Missão da Universidade**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999.
- GOTTLIEB, Esther & KEITH, Bruce. **The academic research-teaching nexux in eight advanced-industrialized countries**. In: Higher Education, vol. 34, Outubro de 1997.
- GRAHAM, Hugh Davis. **The rise of American Research Universities – Elites and Challengers in the Postwar Era**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1997.
- HATTIE, John & MARSH, H.W. **The relationship between Research and Teaching: A Meta-Analysis**. In: Review of Educational Research, Winter 1996.
- LIU, Nian Cai. Research Universities in China. Em: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. **World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.
- LUCAS, Christopher J. **Crisis in the Academy – Rethinking Higher Education in America**. New York, St. Martin's Press, 1996.

- MUSSELIN, Christine and PARADEISE, Catherine. France: From Incremental Transitions to Institutional Change. In: PARADEISE, Catherine; REALE, Emanuela; BLEIKLIE, Ivar; FERLIE, Ewan. **University Governance: Western European Comparative Governance**. Springer, 2009.
- NEWTON, John Henry. **The Idea of a University**. New Haven e Londres, Yale University Press, 1996.
- NOLL, Roger. The American Research University: An Introduction. In: NOLL, Roger (ed.) **Challenges to research Universities**. Washington, The Bookings Institution, 1998.
- NUNES, Edson. **Desafio Estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro**. Revista de Administração Pública, da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. Julho, 2007.
- RABY, Rosalind & VALEAU, Edward (ed.). **Community College Models – Globalization and Higher Education Reform**. California, Springer, 2009.
- STEINER, João E. Brazilian Research Universities. Em: Altbach, G. Philip; Balán Jorge. **World Class Worldwide - Transforming Research Universities in Asia and Latin America**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.
- STEINER, João E. **Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior no Brasil**. Instituto de Estudos Avançados da

16. Sobre os autores

Edson Nunes

Ph. D. em Ciência Política pela U.C. Berkeley e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ. Graduou-se em Direito e Ciências Sociais na UFF. Foi pesquisador e Vice-Presidente Executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Presidente do IBGE e Representante do Ministério do Planejamento no Rio de Janeiro. Foi, também, membro do Conselho de Administração do BNDES, FINEP e da Dataprev. É professor dos programas de mestrado em Direito e em Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes e Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa. Atualmente, é Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM). Seus trabalhos recentes incluem artigos de natureza acadêmica e jornalística, bem como relatórios de consultorias para agências brasileiras e internacionais. É conferencista de vários programas de pós-graduação e de desenvolvimento gerencial, tendo como foco principal a educação superior, a conjuntura política, as políticas públicas e o Estado brasileiro. Autor e/ou co-autor, entre outros, de *A Gramática Política do Brasil* (Zahar, 1997), *A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político* (Garamond, 2000), *Futuros Possíveis, passados Indesejáveis: selo da OAB, provão e avaliação do ensino superior* (Garamond, 2002), *Teias de Relações Ambíguas: regulação e ensino superior* (INEP/MEC, 2002), *Agências Reguladoras e Reforma do Estado no Brasil: Inovação e Continuidade no Sistema Político Institucional* (Garamond Universitária, no prelo); e, organizador dos livros *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* (Zahar, 1978) e *State and Society in Brazil: continuity and change* (Colorado Westview Press, 1987).

Márcia Marques de Carvalho

Pesquisadora da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes e do Observatório Universitário. Professora do Mestrado em Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes. Mestre em engenharia de produção pela UFRJ e graduada em estatística pela ENCE. Atua em projetos de pesquisa aplicada em educação superior, economia social e amostragem

Julia Vogel de Albrecht

Graduanda em Ciências Sociais pela Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV) é estagiária do Instituto Databrasil.